

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**A DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPORAL EM
FERNAND BRAUDEL: APORTES TEÓRICOS
PARA A GEOGRAFIA**

Maria Del Mar Ferrer Jordá Poblet

**Belo Horizonte
2011**

Maria Del Mar Ferrer Jordá Poblet

**A DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPORAL EM
FERNAND BRAUDEL: APORTES TEÓRICOS
PARA A GEOGRAFIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

Belo Horizonte

2011

À minha mãe, Rosa Maria Ferrer Jordá, que de um modo mediterrânico e próprio
sempre me ensina a ser aquilo que sou simplesmente.

Ao meu pai, Josep Jordá Poblet, que sem o saber, me guiou para o outro lado do
espelho (de Alice) onde o mundo mágico é o que mesmo importa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Cássio que mesmo diante das vicissitudes e do acúmulo de trabalho aceitou com todo o carinho e ânimo ser o meu orientador e com sua sabedoria e disposição me ajudou a vislumbrar os horizontes da minha pesquisa;

Agradeço à Doralice e José Geraldo que, através de sua cuidadosa leitura das várias partes do texto à medida que iam sendo escritas, contribuíram com seu olhar crítico, inteligente e amigo para que a pesquisa ganhasse mais consistência e alcance;

Agradeço ao Manoel que pacientemente leu os textos e que, com sua vasta cultura e bom senso, discutiu os tópicos essenciais sob os quais se desenvolveu a pesquisa trazendo observações e críticas que ajudaram a enriquecer o meu trabalho;

Agradeço a minha irmã Eulália pelo bom ouvido — uma médica *otorrino* não poderia deixar de ser boa ouvinte — e pelos *insights* e sugestões vivazes ao longo de todo o trabalho de escrita.

*A memória longínqua de uma pátria
Eterna mas perdida e não sabemos
Se é passado ou futuro onde a perdemos*

Sophia de Mello Breyner Andresen

Ter sido é uma condição para ser

Fernand Braudel

RESUMO

A presente pesquisa visa desenvolver a compreensão do exercício filosófico-metodológico de Fernand Braudel como pertinente aos estudos socioespaciais e, em particular, à geografia; tal exercício se refere às categorias dos tempos na história: os tempos de curta, média e da longa durações. Esta abordagem teórica pretende alcançar a totalidade da vida dos homens destacando a *espacialidade* presente em todas estas dimensões temporais. Fernand Braudel desenvolveu sua teoria tendo em vista perceber a presença do tempo e do espaço atuando concomitantemente no desenvolvimento das civilizações. No intuito de revelar os múltiplos aspectos que compõem a vida social parte-se para uma decomposição do tempo-espaço em temporalidades que conformam e explicam as sociedades, os modos que se dão. A temporalidade da *longa duração*, ligada a seus aspectos *estruturais*, a da *média duração*, ligada a seus aspectos *conjunturais* e a da *curta duração*, ligada ao tempo individual, do tempo presente, dos acontecimentos. A pesquisa se estrutura em três vertentes: A primeira trata de uma visão mais geral dos modos de explicação do mundo e do homem, dos conceitos de espaço e tempo. A segunda vertente aprofunda a compreensão da utilização destes conceitos na obra de pensadores que buscaram uma *Vernunft*, aqui considerados como adeptos de uma visão totalizante da história, sensível aos processos socioespaciais que a constituem. A terceira vertente aborda especificamente a vida e obra de Fernand Braudel, seu tratamento inovador das temporalidades e suas relações com os autores abordados anteriormente, praticante de uma leitura transdisciplinar que se debruça sobre o mundo e constitui uma práxis na produção do conhecimento científico. A pesquisa faz perceber a proximidade entre os campos da história e da geografia, e compreende o tempo e o espaço como dimensões indissociáveis, categorias matrizes e estruturadoras do pensamento, fundamentais para a explicação dos processos humanos em sua totalidade. Por isso faz-se necessário ressaltar a importância e a atualidade da teoria de Fernand Braudel, trazendo para a contemporaneidade seus aportes teórico-metodológicos, que mais do que nunca nos ajudam a perceber os elementos relevantes e a posição que ocupam para o conhecimento das formações societárias.

Palavras-chave: Espaço-tempo, Vernunft, transdisciplinaridade, Fernand Braudel.

ABSTRACT

The current research aims to develop the comprehension of Fernand Braudel's philosophic-methodological exercise as it is pertinent to the sociological-spacial studies, and in particular, relevant to geography. Such exercise refers to time categories in history: short, medium, and long periods of time. This theoretical approach intends to reach the totality of the lives of men, emphasizing the present spaciality in all these temporal dimensions. Fernand Braudel developed his theory aiming to notice the presence of time and space acting concomitantly in the development of all civilizations. Intending to reveal the multiple aspects that compose the social lives of people, the decomposition of time-space sets forth to the temporalities that conform and explain societies the way they are bestowed. The temporality of long duration connected to its structural aspects, the medium duration connected to aspects of conjuncture, and the short duration connected to the individual time, the present time, of the current events. The research bases itself on three watersheds: The first one is about a more general view of the methods to explain men and the world from the concepts of time and space. The second watershed deeps itself into the comprehension of the use of these concepts in the works of researchers who searched for a *Vernunft*, here considered as adept of a new totalizing vision in history, sensitive to the sociological-spacial processes that constitute it. The third watershed specifically approaches the life and the work of Fernand Braudel, his innovative treatment of the temporalities and his relation to authors previously approached, practicing an interdisciplinary reading that leans over the world and that is constituted by praxis in the production of the scientific knowledge. The research makes the proximity between the history and geography fields noticeable, and comprehends time and space as inseparable, matrixes categories and structures of thoughts, fundamental to the explanation of human processes in their totalities. For that reason it is necessary to emphasize the importance and the present of Fernand Braudel's theory, bringing to the contemporaneity its theoretical-methodological leadings, which now more than ever help us to realize the relevant elements and the positions that they occupy to better understand the formation of societies members.

Key words: Space-time, Vernunft, Interdisciplinary, Fernand Braudel.

RESUMEN

La presente pesquisa tiene el objetivo de desarrollar el ejercicio filosófico-metodológico de Fernand Braudel como pertinente a los estudios socio espaciales y, en particular, a la geografía. Tal ejercicio se refiere a las categorías de los tiempos en la historia. Este abordaje teórico pretende alcanzar a la totalidad de la vida de los hombres con destaque a la espacialidad existente en todas estas dimensiones temporales. Fernand Braudel desarrolló su teoría con el fin de comprender la presencia del tiempo y del espacio actuando en el mismo compaso del desarrollo de las civilizaciones. Con el objeto de revelar los múltiples aspectos que componen la vida social, el punto de partida sale de una descomposición del tiempo-espacio en temporalidades que conforman y explican las sociedades, los modos con que lo hacen. La temporalidad de la *longa duración*, en ligación a sus aspectos estructurales, de la *media duración*, en ligación a sus aspectos conjunturales y de la *corta duración*, en ligación con el tiempo individual, del tiempo presente, de los acontecimientos. La pesquisa se basea en tres vertientes: La primera se trata de una visión más general de los modos de explicación del mundo y del hombre, de los conceptos de espacio y tiempo. La segunda vertiente profunda la comprensión de la utilización de estos conceptos en las obras de pensadores que buscaran la *Vernunft*, aquí considerados adeptos de una visión total de la historia, sensible a los procesos socio espaciales que la constituyen. La tercera vertiente aborda específicamente la vida y la obra de Fernand Braudel, su tratamiento innovador de las temporalidades y sus relaciones con los autores abordados anteriormente, practicante de una lectura transdisciplinar que se asoma sobre el mundo como una práctica en la producción de conocimientos científicos. La pesquisa hace ver la proximidad entre los campos de la historia y de la geografía y comprende el tiempo y el espacio como dimensiones indisociables, categorías estructuradoras del pensamiento, fundamentales para la explicación de los procesos humanos en su totalidad. Por eso hace necesario resaltar la importancia y la actualidad de la teoría de Fernand Braudel, llevando para la contemporaneidad sus aportes teórico-metodológicos, que mas que nunca nos ayudan a ver los elementos relevantes y la posición que ocupan para el conocimiento de las formaciones societarias.

Palabras-llave: Espacio-tiempo, *Vernunft*, transdisciplinaridad, Fernand Braudel.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: Unidade e fragmentação no pensamento	21
1.1. <i>Dos inaugurais ao positivismo</i>	24
1.2. <i>A dimensão tempo-espaço</i>	45
1.3. <i>Uma síntese para a modernidade próxima: do conhecimento à crítica</i>	47
Capítulo 2: Geografias e Histórias	52
2.1. <i>Considerações teóricas</i>	57
2.2. <i>Marc Bloch e Lucien Febvre</i>	61
2.3. <i>Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda</i>	81
2.3.1. <i>Caio Prado: o sentido da evolução</i>	86
2.3.2. <i>Sérgio Buarque: para uma nova história</i>	95
2.4. <i>Milton Santos</i>	104
Capítulo 3: Temporalidades do espaço	109
3.1. <i>Traços biográficos</i>	110
3.2. <i>Decomposição do tempo histórico</i>	138
Capítulo 4: Reflexões teóricas complementares: considerações finais	148
Referências	154

INTRODUÇÃO

*Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive*

Fernando Pessoa

Desde o início das civilizações, os homens têm buscado explicar os processos que os envolvem, construindo, assim, ao longo dos tempos, um enorme acervo de conhecimentos e percepções que, de modo cumulativo, vão conformando o conjunto dos saberes sobre o mundo, sobre si próprios e sobre as relações entre estes campos tão imbricados. A filosofia, as ciências, as artes e as religiões constituem-se em um sistema interligado através do qual, ao longo da história, as sociedades se lançam num processo de compreensão do mundo e de atuação sobre ele.¹ Nesse processo, observa-se um movimento do pensamento, uma espécie de alternância entre uma visão unitária e totalizante do universo e, de outra parte, outra visão, fragmentária e parcial, na busca de explicações. Este movimento de alternância tem uma correlação com dois vocábulos alemães, *Verstand* e *Vernunft*, na sua concepção desenvolvida por Kant² e Hannah Arendt³. A *Verstand* diz respeito à análise, racionalização e percepção de um significado, ou seja, envolve a conceituação de algo, o seu isolamento e separação do contexto e mesmo dos elementos que o compõem. A *Vernunft*, por sua vez, diz respeito a um modo de apreensão de algo que busca captar a realidade com toda a sua riqueza, seus aspectos e dimensões. É um tipo de conhecimento oposto ao *Verstand*. É um modo de captar a realidade sem a necessidade de conceitos. Através da síntese, busca-se unir os significados que pareciam oponentes e excludentes. Na *Vernunft*, o conhecimento se dá de modo a fazer correlações, a interligar, concatenar, enfim, a realizar ligações entre o conhecimento e seus desdobramentos, entre o conhecimento e as derivações que possam dele surgir. O conhecimento disciplinar, fragmentado, processo pelo qual se enveredou o desenvolvimento das ciências particulares, permitiu diásporas diversas, especializações e isolamentos que obscureceram aquela necessidade de *Vernunft*, ou seja, fez-se de modo a se perder de vista o sentido universal e social ao qual se liga ou deve-se ligar toda a forma de pensamento e ação.

¹ Poder-se-ia mesmo dizer que se trata de um sistema interligado. Entretanto, com o advento da modernidade, que avança ao longo da história, processos de fragmentação têm prevalecido. É assim que a ciência se afasta da arte, da filosofia e da religião. Cf. ROSSI (2001).

² O preceito de ética e moral denominado Imperativo Categórico desenvolvido por Kant implica uma necessidade de *Vernunft*, de conhecimento com responsabilidade e síntese.

³ Toda a obra de Hannah Arendt é perpassada por uma idéia de *Vernunft*, ou seja, da necessidade de se estabelecer uma condição crítica e responsável da sociedade.

Na atualidade, observando-se o processo de evolução do pensamento científico geográfico, que é um território disciplinar do conhecimento científico⁴, percebe-se uma ampliação de seu campo de estudo. A este campo foram incluídos novos objetos que se ligam a uma visão dinâmica e crítica da geografia. Entende-se esta opção como um movimento em direção à realização da *Vernunft*, ou seja, de um procedimento de apreensão “científica” do mundo em busca de uma unidade que se dá na interdependência. Orientando-se por uma busca de explicação da totalidade dos processos socioespaciais e por uma necessidade de estabelecer diálogos interdisciplinares, esta “geografia nova” (Milton Santos, 2008) se torna cada vez mais capaz de compreender o conjunto dos aspectos estruturais das sociedades humanas contemporâneas.⁵ Para tanto, ela permanentemente se reinventa a partir da incorporação de paradigmas progressivamente mais críticos e de práticas cada vez mais próximas do mundo. A Geografia vai se afirmando a partir de uma idéia de totalidade que faz com que ela busque perceber o mundo e suas complexidades na relação que se estabelece entre tempo, espaço e sociedade. Ainda assim, é uma disciplina que experimenta, como todas as demais, também, a tendência hegemônica de se fechar de modo a se constituir como expressão da ciência moderna.⁶

⁴ Cf. HISSA, 2002, 2008, 2011.

⁵ Refere-se, aqui, à geografia nova com a mesma conotação empregada por Milton Santos — quando da publicação, em 1978, de *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica*. O que faz Milton Santos é utilizar o adjetivo para criticar a postura positivista presente na Nova Geografia. Entretanto, o adjetivo faz mais do que isso. Ele nos obriga a renovar ou a reinventar permanentemente o pensamento que se refere à geografia e aos objetos de seu interesse.

⁶ Cf. SANTOS, B., 1989; HISSA, 2002, 2008, 2011.

Objetivos da pesquisa

O objetivo central da presente pesquisa é o de desenvolver a compreensão do exercício filosófico-metodológico de Fernand Braudel como pertinente aos estudos socioespaciais e, em particular, à geografia. Tal exercício — aqui compreendido como teórico-metodológico — se refere às categorias dos tempos na história: os tempos de longa, média e de curta durações. Fernand Braudel desenvolveu sua teoria tendo em vista a sua percepção acerca da presença do tempo e do espaço atuando concomitantemente ao desenvolvimento das civilizações. No intuito de revelar os múltiplos aspectos que compõem a vida social, buscando as permanências e as mudanças que, como num caleidoscópio, se dão de forma dinâmica e intrincada, Braudel decompõe o tempo histórico em três durações — longa, média e curta — como método possível para alcançar a totalidade da vida dos homens destacando a espacialidade presente em todas estas dimensões temporais. Ele havia criticado os historiadores tradicionais acusando-os de *desespacializar a história*, de “retirarem a experiência humana esquecendo-se do espaço”. (RIBEIRO, 2010, p. 22). As temporalidades se agrupam através das suas relações com aspectos considerados fundamentais e que por isso estruturam a sua categorização. Essas temporalidades são aqui apresentadas, sumariamente, de modo a permitir uma melhor compreensão acerca do que se pretende refletir:

1. A *longa duração* é ligada aos aspectos *estruturais* que conformam uma sociedade tais como o tempo geográfico, considerada uma história que se move lentamente, relacionada ao homem em suas relações com o meio que o cerca, assim como com os aspectos mentais, considerados atavismos das sociedades.

2. A *média duração* é ligada aos aspectos *conjunturais* que conformam uma sociedade em uma instância de tempo social, relacionado a “forças de profundidade” (BRAUDEL, 1983, p. 25) articuladas às estruturas econômicas, sociais e políticas, que atuam de forma “lentamente ritmada” (BRAUDEL, 1983, p. 25).

3. A *curta duração* é ligada ao tempo individual, do tempo presente, dos acontecimentos, o tempo das “oscilações breves, rápidas, nervosas”, mas que são, por sua vez, manifestações desses largos destinos, forças de fundo e que “só se explicam por elas” (BRAUDEL, 1983, p. 25).

Não se pretende buscar uma teoria-modelo a partir da qual se enquadre toda a realidade. O que se pretende buscar é o modo como Braudel realizou um processo de *Vernunft* ao utilizar-se de seu método e, ainda, questionar: em que medida sua metodologia permitiu uma libertação do pensamento e não o seu aprisionamento.

Estratégias de pesquisa

As estratégias de leitura e de escrita seguem a organização que parte da sua estrutura em quatro momentos. Inicia-se a partir do estudo da formação dos conceitos de tempo e espaço e da sua relação ao longo do tempo. Passa-se a uma segunda parte em que são vistas práticas historiográficas em que são formados conceitos de integração entre tempo e espaço e, também, trata-se de aspectos conceituais desenvolvimentos em prol da sua síntese (entre tempo e espaço). Num terceiro momento, é estudada a contribuição de Fernand Braudel, percebendo tanto a sua formulação teórico-metodológica como a sua prática historiográfica através do livro, sua grande obra: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. Fernand Braudel, em seu prefácio à segunda edição, coloca as questões das espacialidades e das temporalidades, afirmando:

A problemática fundamental [do livro] é a dialética espaço-tempo [história / geografia]. O problema de fundo de qualquer trabalho histórico: será possível captar simultaneamente uma história em permanente transformação, [...] e uma outra história, subjacente, mais silenciosa, discreta, passando quase despercebida às suas próprias testemunhas e atores, e que, não

obstante, se mantém, contra tudo e contra todos, e até contra a usura obstinada do tempo? (BRAUDEL, 1983, p. 28).

Na quarta parte, são encaminhadas algumas conclusões — que se reúnem às reflexões conceituais complementares — após aprofundamentos feitos nas seções anteriores. Objetiva-se compreender o valor da obra e dos aportes filosóficos e epistemológicos de Fernand Braudel para o estudo da geografia.

Os textos selecionados para leitura são apreciados de modo a “recortar” os momentos em que tratam, seja no campo teórico, seja na prática historiográfica, da dimensão espaço-temporal como explicação da totalidade dos processos históricos. Portanto, a leitura das obras e dos autores selecionados tem mesmo esse propósito da reescrita ou da interpretação, do modo como nos fala Cássio E. Viana Hissa (2010b). O objetivo é mesmo, a partir da reescrita — interpretação — das obras e dos autores, especialmente através dos estudos de Fernand Braudel, buscar a aproximação e o entrelaçamento de duas categorias que, na modernidade, estão apartadas e subjugadas ao tratamento cartesiano: *espaço* e *tempo*. A estratégia da escrita da pesquisa visa também realizar essa aproximação entre tempo e espaço em todas as etapas do presente exercício reflexivo, a partir do qual também podem se compreender as correlações entre os aspectos estudados e a construção de uma visão global, totalizante, que permita pensar, de forma integrada, também, a geografia e a história.

Estrutura da pesquisa

A pesquisa se desenvolve através de investigações e de interpretação de textos selecionados, estruturando-se em três vertentes que servirão de base para a organização e apresentação do conjunto articulado em capítulos e seções.

A primeira vertente refere-se a uma visão mais geral dos modos de explicação do mundo e do homem, dos conceitos de espaço e tempo que nos permitem situar as diversas correntes teóricas e estabelecer um panorama do desenvolvimento destes conceitos.

A segunda vertente aprofunda a compreensão da utilização destes conceitos na obra de alguns geógrafos e historiadores que buscaram a *Vernunft*, aqui considerados como adeptos de uma visão totalizante da história, sensível aos processos socioespaciais que a constituem.

A terceira vertente aborda especificamente a vida e obra de Fernand Braudel, sua abordagem inovadora das temporalidades e suas relações com os autores abordados anteriormente. De início, refere-se à trajetória de vida do historiador Fernand Braudel, buscando perceber os elementos que constituíram seu posicionamento intelectual e o levaram à elaboração de sua teoria e métodos.

Posteriormente, pretende-se compreender o fazer teórico de Braudel como uma espécie de trampolim para um exercício do pensamento criativo em que o método tradicional, ao invés de tolher os movimentos da imaginação, mostra-se libertador, uma vez que inova dentro da tradição. É esta dimensão que lhe dá atualidade: no momento nômade, desenraizado, servil à mercantilização da vida, a tradição e a história devem retornar como uma neo-tradição, aquela que revoluciona por manter os balizamentos — quase perdidos — que impedem a total coisificação humana.

Relevância da pesquisa ou justificativas

Pode-se dizer, em princípio, que a presente pesquisa movimenta algo que se aproxima da transdisciplinaridade no exercício de experimentar a leitura das coisas na práxis da produção do conhecimento científico envolvendo mais de um campo do conhecimento. A presente pesquisa, ao abordar, teoricamente, as categorias referentes ao espaço e ao tempo, faz perceber a proximidade entre os campos da história e da geografia, ainda que os mesmos tenham relações com diversos outros campos do conhecimento. O entendimento do tempo e do espaço como dimensões indissociáveis é fundamental para a explicação dos processos humanos em sua totalidade.

Por isso, faz-se necessário ressaltar a importância e a atualidade da teoria de Fernand Braudel — e do seu modo de ver o mundo, a ciência, a geografia e a história

—, trazendo para a contemporaneidade seus aportes teórico-metodológicos, que, mais do que nunca, nos ajudam a perceber elementos relevantes e a posição que ocupam para o conhecimento das formações societárias. A pesquisa pretende ressaltar, na obra de Fernand Braudel, sua visão ampliada da história que incorpora o espaço tratando-o como essencial na constituição da abordagem histórica, entendida — a história — como uma “ciência da diversidade” (BLOCH, 2001, p. 79). A história, assim como a geografia, se afirma a partir de uma idéia de totalidade que faz com que estes campos, na busca de compreensão do mundo, da vida dos homens e da dinâmica social, estabeleçam a relação entre tempo e espaço.

De que trata o Capítulo 1

UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO DO PENSAMENTO

O espaço e o tempo

O primeiro capítulo da dissertação poderá ser apresentado a partir de alguns dos seus objetivos que, por sua vez, estão entrelaçados e, de alguma maneira, se confundem Mas podem ser desdobrados de modo a fornecer uma imagem mais precisa do capítulo introdutório da pesquisa. O primeiro deles: entender o espaço e o tempo como grandes categorias — categorias matrizes e estruturadoras do pensamento e, também, do experimentar a vida — capazes de encaminhar um sentido de totalidade ao mundo, aos processos nos quais se envolvem os objetos, as coisas e os seres. O segundo deles: compreender o espaço e o tempo como categorias indissociáveis que, na modernidade, são fragmentadas em prol da construção do pensamento disciplinar. O terceiro deles: compreender as particularidades do tempo e do espaço como categorias que se fazem: a existência de uma implica a de outra. Trata-se, portanto, de uma reflexão teórica e epistemológica acerca da natureza do tempo e do espaço. Para isto, buscam-se as matrizes teóricas sob as quais as categorias ligadas ao tempo e ao espaço são compreendidas e como estas categorias são introduzidas nestas abordagens,

especialmente no que se denomina *geografia humana*. Nesse sentido, procuram-se os aspectos em que estas teorias se inclinam para uma abordagem sintética, dialética e totalizadora, preparando as rupturas que se darão mais adiante quando se acentua o caráter crítico da geografia e da história. Isso poderá realizar-se, seja superando uma visão restrita de simples descrição do espaço físico, como na geografia tradicional, seja incorporando a espacialidade das coisas no campo da história contrariando o fazer historiográfico da chamada “história historizante” (FEBVRE, 1947).

Esta vertente/capítulo será composta por partes definidas em função das explicações pretendidas sobre a construção dos conceitos de tempo e de espaço, em que medida ao longo dos tempos estes conceitos se relacionaram dialeticamente para o entendimento dos processos socioespaciais das civilizações. Estas partes estão assim designadas: *Dos inaugurais ao positivismo; A dimensão tempo-espaço; Uma síntese para a modernidade próxima: do conhecimento à crítica.*

De que trata o Capítulo 2

GEOGRAFIAS E HISTÓRIAS

Focalizando autores, trajetórias e interpretações

O segundo capítulo da pesquisa poderá ser apresentado, também, através dos seus propósitos que, como no capítulo primeiro, também estão entrelaçados e fazem um só grande objetivo. O primeiro deles: a partir da leitura interpretativa ou crítica de geógrafos e de historiadores que apresentam uma formação híbrida e transdisciplinar, compreender como as categorias relativas ao tempo e ao espaço são indispensáveis, quando tratadas de modo articulado, para a construção da interpretação do mundo. O segundo deles: a partir da leitura desses intérpretes do mundo, vozes de Geografias e de Histórias, fazer compreender como as categorias — espaço e tempo — são indispensáveis tanto para a crítica histórica como para a geográfica. Alguns autores e pensadores, já selecionados, terão algumas passagens de suas obras interpretadas sob a referência dos propósitos da pesquisa. Dentre eles, alguns são ressaltados: Marc Bloch,

Lucien Febvre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Milton Santos. Os pensadores — intérpretes do mundo — selecionados para a pesquisa assim o foram por serem considerados fundamentais no processo de construção de uma historiografia/geografia crítica e renovadora. Buscar-se-á compreender como as categorias relativas ao tempo e ao espaço devem ser tratadas de modo associado para que se façam leituras do mundo e da vida dos homens. Propõe-se, a partir do cotejamento entre as obras, perceber as influências entre uma e outra, os conceitos e métodos utilizados, extraindo-se assim os avanços que estas obras estabelecem no diálogo que se coloca entre a história e a geografia.

As obras destacadas são: *A terra e seus homens*, de Marc Bloch; *A Europa, gênese de uma civilização*, de Lucien Febvre; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Por uma geografia nova*, de Milton Santos. O capítulo será dividido em quatro partes assim designadas: *Considerações teóricas*; *Marc Bloch e Lucien Febvre*; *Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior*; *Milton Santos*.

De que trata o Capítulo 3

TEMPORALIDADES DO ESPAÇO

A trajetória de vida de Fernand Braudel é vista, aqui, a partir de um enfoque semelhante ao da *longa duração* aplicada à formação do indivíduo, no caso do historiador focalizado na presente pesquisa. Na tentativa de perceber o modo como se estruturou a sua formação intelectual, buscam-se os fundamentos que o levaram a construir a teoria e os métodos sobre os quais embasou os seus exercícios de pesquisa, a sua obra. As experiências vividas por Braudel a partir da sua infância, em sua formação de historiador, como professor na Argélia e no Brasil, nos difíceis momentos da prisão na Segunda Guerra, são, por si, capazes de nos fazer compreender o modo como ele gradativamente construiu uma visão específica da história e sua teoria. A sua

visão de mundo, de caráter histórico, e a sua teoria se constituíram em uma contribuição singular para a historiografia. Aqui é apresentada sua atuação junto à *Escola dos Annales*, assim como também é ressaltada a influência que esta *Escola* exerceu sobre ele. A história de Braudel, principalmente a partir de 1946, se confundirá com a história da *Escola dos Annales*, da qual será dirigente, evoluindo em suas posições pessoais quanto aos rumos da historiografia juntamente com a evolução dos rumos temáticos dos quais irá tratar a *Revista*.

Esta primeira parte — denominada *Traços biográficos* — é composta por seções definidas em função do desenvolvimento da trajetória de Braudel desde a infância até a *Escola dos Annales*. Estas são, aqui, designadas: *Acervos de infância; Formação de historiador; Braudel no Brasil; Contato com Lucien Febvre; Escrita do Mediterrâneo; Decepção na Sorbonne; Defesa da Tese e Escola dos Annales*. Mas não se trata de uma biografia desinteressada como, equivocadamente, talvez, poderia ser compreendida. Ler a vida de Fernand Braudel é dar um passo no sentido de compreender a sua visão de mundo e, conseqüentemente, compreender o método de leitura que propõe.

Passando-se à sua obra, procura-se a compreensão dos modos de escrita de Fernand Braudel, que desenvolve um conceito ampliado de história e utiliza o método da decomposição do tempo histórico em três dimensões: a) a temporalidade de longa duração; b) a temporalidade de média duração; c) a temporalidade de curta duração. Refletir sobre cada uma dessas dimensões é, também, propósito desse capítulo que, ainda, carrega o objetivo de compreender as temporalidades incorporadas pelas espacialidades. Em cada uma dessas temporalidades está presente o espaço: o tempo e seus desdobramentos são vistos como constitutivos do espaço, inerentes a ele. Assim, pode-se afirmar, por exemplo, que o presente — definido pelos acontecimentos que se dão no momento e, também, referenciado pelo que já passou e pelo que está por vir — é o tempo do agora e do aqui.⁷ O tempo do aqui é uma expressão metafórica e, também, modo de se referir ao espaço — território, lugar, paisagem, região — através do momento, da história e do tempo. O tempo do aqui é o tempo do lugar de hoje, desse tempo do agora. Está-se referindo, portanto, à escala do cotidiano e, nesse caso, ao tempo de curta duração. Entretanto, outras analogias podem ser feitas com a mesma

⁷ Cf. Milton Santos, 2008.

riqueza conceitual. Não se pode conceber a distância que se fez entre história e geografia e, nesse caso, não se pode admitir, conceitualmente, a distância que se fez, equivocadamente, entre espaço e tempo: categorias que fazem uma só instância epistemológica.

A temporalidade de média duração, por sua vez, se refere às escalas da política, da economia, das estruturas sociais, ou seja, diz respeito aos movimentos que se estruturam com mais vagar e que se movem menos rapidamente do que aqueles ligados ao tempo presente. A temporalidade que se refere à longa duração corresponde às geografias ou espacialidades que se fazem, por exemplo, na escala da cultura e das tradições (incluindo os saberes e práticas). Caberia, também, talvez, refletir sobre a escala geológica de tempo como pertencente à longa duração. Talvez, aqui, a longa duração se refira mais às formas físicas não produzidas pelas culturas ou pelas sociedades, e também às espacialidades extensas, como, por exemplo, as grandes regiões oceânicas abissais ou os espaços geomorfológicos mediterrânicos.

De que trata o Capítulo 4

REFLEXÕES TEÓRICAS COMPLEMENTARES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reflexões teóricas complementares não fazem exatamente um capítulo convencional de pesquisa. Entretanto, com o desenvolvimento do estudo, ele emergiu como uma necessidade com o objetivo de reunir pontos e argumentos considerados importantes que, nas considerações finais, recebem uma espécie de síntese. Procura-se, aqui, perceber os possíveis avanços para a geografia ao serem incorporados as reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas por Fernand Braudel. Busca-se compreender os critérios em que se assentam os pressupostos metodológicos elaborados por Braudel, ou seja, a presença das temporalidades da longa, da média e da curta duração. Procura-se discutir em que medida estes pressupostos — ou critérios de classificação do tempo que, mais do que isso, são modos de ver o mundo espacializado através do tempo — são úteis para os estudos da geografia e, ainda,

como podem ser pensados como suportes para a pesquisa socioespacial mais abrangente. Significa pensar, portanto, que a discussão poderá estar a serviço não apenas da geografia, mas de todos os campos do conhecimento científico que procuram a compreensão ou a interpretação dos processos sociais que se dão através das espacialidades, territorialidades.

CAPÍTULO 1

UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO NO PENSAMENTO

Todos os homens tendem por natureza a saber.

Heráclito

*Não há momentos primitivos que,
Em uma sucessão cronológica linear,
Sejam substituídos por momentos modernos subsequentes.
O que se compreende como primitivo pode, inclusive,
conviver com o que se denomina moderno.*

Cássio Eduardo Viana Hissa

O objetivo do presente capítulo que, afora a *Introdução*, abre a pesquisa, é o de recuperar, através da história do pensamento — história da filosofia, história da ciência —, o apartheid que se dá entre os diversos campos do conhecimento e, particularmente, a separação entre espaço e tempo. Conforme determinados modos contemporâneos de pensar — métodos, paradigmas —, os conceitos de espaço e tempo formam única totalidade em permanente movimento. Entretanto, não se pode afirmar que esses métodos e paradigmas sejam hegemônicos ou que estejam prevalecendo, na atualidade, na produção do conhecimento científico. Isso significa que René Descartes ainda é emblemático, paradigmático, na estruturação do pensamento moderno e, conseqüentemente, da ciência moderna. É ele o primeiro moderno, o que inaugura o modo moderno de pensar ou de interpretar o mundo. Separa a mente do corpo, o sujeito do objeto. Mais adiante, entretanto, viriam outros pensadores, filósofos, que não apenas reforçam o paradigma cartesiano, mas o estendem.

A estratégia de leitura e de escrita, entretanto, fará com que os olhos passem por diversos estudos, autores e obras, especialmente da filosofia. A recuperação do referido apartheid, contudo, não se dá, aqui, de forma descontextualizada. Isso implica em trazer para o texto uma diversidade de informações que não têm o objetivo de ilustrar ou de construir paralelismos entre o que se promete e o que se vai fazendo ao longo da história. Assim, não são poucas as referências feitas aos processos que se dão com a distância que se vai fazendo entre os conceitos de espaço e de tempo. Do mesmo modo, não são poucas as referências que se fazem a determinadas práticas, como a artística, a científica, a filosófica, a religiosa que, no contexto histórico, auxiliam a compreensão da distância que, por diversos motivos, empobrece a capacidade de interpretação do mundo.

Sobre o presente capítulo, ainda se pode afirmar: trata-se, também, de um estudo de contexto: ele tem esse propósito. Portanto, não se faz, aqui, uma leitura aprofundada das questões que são focalizadas. Em outras circunstâncias, talvez, isso poderia ter sido feito. Entretanto, não há tal demanda e, sendo assim, é preciso definir limites de abordagem. Não se faz, também, uma leitura com uma rota dispersa e diversificada de obras e de autores. Isso também poderia ter sido feito, mas em outras circunstâncias — quando o caso fosse o de espriar as interpretações acerca de uma

questão focalizada. Mas faz-se, aqui, uma cartografia da leitura de linha relativamente bem definida. Há uma escolha. Esta escolha é definida por poucos autores, ainda que referências bibliográficas sejam feitas, sobretudo em notas indicativas de rodapé, de modo a conduzir os leitores para a amplitude de possibilidades de abordagem. Muitas vezes, inclusive, servi-me de dicionários que, com a sua superficialidade e brevidade, nos passam informações úteis para o esclarecimento de determinados pontos, conceitos e questões. É evidente que não posso contar com essas referências para a construção dos argumentos necessários à compreensão da separação dos conceitos que dizem respeito ao espaço e ao tempo. Mas elas são auxiliares de uma leitura que poderá ser feita, mais adiante, com o objetivo de estender reflexões possíveis e necessárias, desde que cabíveis com o propósito de uma pesquisa em que se tenha mais tempo para explorar os conteúdos teóricos e as temáticas amplas. É evidente, também, que os riscos de incompreensão não são pequenos e, tampouco, passíveis de controle a partir desse breve anúncio que se antecipa aos tópicos que fazem todo o capítulo. Existe uma passagem de texto inédito, em processo de escrita por Cássio E. Viana Hissa (2010, p. 86), em que ele diz algo que muito auxilia nesse momento:

Em um projeto de pesquisa, não é conveniente — não é acertado, justo ou preciso — dizer o que é que não se vai fazer com o desenvolvimento da pesquisa. Isso quer dizer que não se anuncia o que não se vai fazer. Entretanto, em determinadas situações, não vejo qualquer problema grave dizer o que não se faz para que sejam ressaltados os exercícios que se pretendem fazer. A estratégia não deixa de ser metodológica, mas, também, ética e, mais ainda, não deixa de ser generosa com o leitor; porque ela, antecipadamente, procura, nesse tênue limite que separa coisas — o que se faz, do que não se faz; o que se pode fazer, do que não se pode; o que se deve fazer, do que não se deve; o que promete ser feito (e é feito) daquilo que se promete não fazer (e não se faz) — encaminhar o máximo de coerência e, principalmente, de esclarecimentos acerca do que verdadeiramente é feito. Como o projeto de pesquisa assume, de alguma maneira, recortes de introdução à pesquisa, é comum e, por vezes, aceitável, a referida estratégia.

Portanto, o que se faz aqui não é precisamente construir justificativas que nos livrem: do que não se fez, do que não pode ser feito e do que não deveria ter sido feito. Trata-se mais de sublinhar o que é feito a partir do que não se fez, de modo a evitar incompreensões.

1.1. Dos inaugurais ao positivismo

Na origem do pensamento ocidental, no período clássico, mais precisamente nos princípios da filosofia, com Tales de Mileto (aprox.624-556 a.C.)¹, pode-se perceber uma idéia de totalidade como um pressuposto geral, original.² A filosofia surge como forma de explicação do mundo e de seus fenômenos a partir da razão, em substituição, sobretudo, às explicações mitológicas. No desenvolvimento da filosofia tem-se uma construção de diversos olhares sobre o mundo, que partem de uma origem ou noção totalizante, passam por momentos em que se experimentam processos de fragmentação e outros em que ambos os processos, totalização e fragmentação, se dão ao mesmo tempo ou de modo inter-relacionado. De início, há um esforço em buscar o *princípio único*, a *arché* ou aquilo que está por trás de todas as coisas que existem, assim como se acredita, que existe uma matéria elementar que é o fundamento de todas as coisas e confere unidade ao universo, a *physis*. As duas dimensões, *arché* e *physis*, serão aspectos fundamentais para o pensamento clássico: num primeiro momento serão tratadas como dimensões que se dão concomitantemente e que se relacionam, mas, posteriormente, a partir de Sócrates e de Platão, a dimensão *arché* será relacionada com o que é abstrato e a dimensão da *physis* será relacionada com a natureza e com o mundo sensível. É este o momento da primeira cisão operada sobre a totalidade original. Esta cisão terá como fundamento as dimensões *arché* e *physis*, julgando o intelecto humano como um poder separável, fazendo uma divisão entre sujeito e objeto, afastando a natureza do homem, colocando-o à distância do mundo, como se dele não fizesse parte. Aquele período original será equivocadamente denominado como *período pré-socrático*. No entanto, mais apropriado seria o nome de *período*

¹ Segundo Aristóteles, Tales de Mileto foi o fundador da filosofia. O dia 28 de maio é considerado o dia do nascimento da filosofia, pois, nesta data, em 585 a.C. ocorreu um eclipse confirmando-se a previsão feita por ele.

² Cf. OS PRÉ-SOCRÁTICOS, 1983.

*inaugural*³ uma vez que não se trata apenas de um momento preliminar a Sócrates, Platão e Aristóteles. Este tratamento que se dá pelo nome *pré-socrático* denota um desprezo para com o ideário desenvolvido pelos pensadores de então, mas, muito pelo contrário, seus questionamentos e suas concepções serão da maior importância para o desenvolvimento da filosofia a partir deles. A necessidade de explicação do mundo centrada no pressuposto da razão passa a ser uma atividade praticada por filósofos, e estes passam a fazer reflexões sobre o mundo e sobre o homem dedicando-se a uma *vida teórica*⁴, ou seja, a uma vida voltada para a atividade do pensamento. Parte-se de início para uma visão cosmológica⁵ de explicação da estrutura geral do universo e das leis que o regem.

Os *pré-socráticos* ou filósofos do *período inaugural* (Tales foi o primeiro deles) especulam sobre a natureza, tentando defini-la, explicá-la.⁶ Buscam um novo instrumento de apreensão do mundo: a razão. Este esforço de explicação do mundo tenta captar toda a realidade, e não apenas uma parte dela, através da razão e da observação. Os filósofos *pré-socráticos* fundamentam seus argumentos no intuito de descobrir uma unidade, na *arché* e na *physis*. A *arché*⁷ pode ser entendida como a origem de todas as coisas; no entanto, ela permanece nas coisas, constituindo-as. Para Tales, segundo Aristóteles, o princípio de todas as coisas é a água, a *physis*, o estado de umidade (MARÍAS, 2004, p. 16). Pela primeira vez na história, é feita a pergunta sobre o que é a natureza, e é Tales quem a faz, inaugurando uma nova vertente sobre a qual o pensamento irá se voltar. Tem-se aqui uma natureza inteira, integral, totalizante e universal, na qual se inclui o homem e todo o universo.

³ Segundo Orsely Guimarães Ferreira de Brito (2011) o período inaugural foi um momento extraordinário, criativo e inovador, que colocou a *physis* como o domínio de todos os domínios, o que evoca a existência de uma unidade primordial a partir da qual tudo deriva.

⁴ A *vida teórica* é aquela dedicada à investigação das coisas que transcendem a experiência sensível, voltadas ao pensamento sobre os campos abstratos.

⁵ *Kosmos* em grego significa harmonia.

⁶ Cf. OS PRÉ-SOCRÁTICOS, 1983.

⁷ Para os filósofos *pré-socráticos*, a *arché* (origem) seria um princípio que deveria estar presente em todos os momentos da existência de todas as coisas; no início, no desenvolvimento e no fim de tudo. Assim, é a origem, mas não como algo que ficou no passado e sim como aquilo que, aqui e agora, dá origem a tudo, permanentemente.

Parmênides (530-460 a.C.) é conhecido através de escritos fragmentários, de seu poema, *Da natureza*, e através de Platão e Aristóteles⁸ que a seu pensamento se ativeram bastante. Elabora o sentido do Ser (*ente*) a partir da sua unidade e da imobilidade. Para ele “toda a mutação é ilusória”; ele não irá tratar “simplesmente sobre as coisas, mas sobre as coisas enquanto são, ou seja, como *entes*”. (MARÍAS, 2004, p. 23) Seu pensamento faz surgir a *Ontologia* que é o campo de investigação da natureza plena e integral do ser, o tema próprio da filosofia. É por isso considerado o filósofo mais importante dos pré-socráticos.⁹ Em Parmênides, ao atribuir ao *ente* uma série de atributos contraditórios, coloca-se um problema: a consciência de uma contradição¹⁰. O seu pensamento será colocado em oposição ao pensamento de Heráclito, que irá se interessar pela percepção do movimento das coisas.

Em Heráclito (aprox. 540-470 a.C.), tem-se a introdução de um processo dinâmico, que trata do movimento e da transformação, e que irá permitir ao pensamento uma liberdade de não se ater ao que é estático. Para Heráclito, “tudo flui” (*Panta Rhei*) ou “tudo se move”.¹¹ Desloca o olhar para o movimento, retira o pensamento da quietude daquilo que é fixo e empobrecido. A *physis* de Heráclito é o fogo, este é o elemento do qual deriva tudo o que nos circunda. Elabora também o conceito de *devir*, que é também de caráter dinâmico e que significa a alternância entre os contrários¹², define uma relação entre os opostos, que, segundo ele, são partes da mesma realidade: *tudo é feito através de contrastes; da disputa entre contrários emerge a harmonia*. Heráclito é considerado o pai da dialética e, através de seus aforismos e de seu legado, delimitou os diversos campos que constituem as totalidades. É dele a afirmação de que “não cruzarás o mesmo rio duas vezes porque outras são as águas que correm nele” (OS PRÉ-SOCRÁTICOS, 1983, p. 88). Seu pensamento representa um grande avanço para os rumos da filosofia, e sua proposição é de que todas as coisas se

⁸ Platão dedicou a Parmênides um diálogo que leva seu nome e Aristóteles considera muito seu pensamento.

⁹ Cf. OS PRÉ-SOCRÁTICOS, 1983.

¹⁰ É a contradição do ser e do não-ser, ou seja, o ente é uno e imóvel, mas constata-se que as coisas se movem e são muitas. (MARÍAS, 2004)

¹¹ Cf. OS PRÉ-SOCRÁTICOS.

¹² Heráclito nos fala da guerra entre os contrários, assim, tudo tende à harmonia através da alternância entre os opostos, o quente e o frio, por exemplo, são vistos como duas dimensões de uma mesma realidade.

movem numa permanente busca de harmonia e de unidade global. Seu pensamento será algo inteiramente novo para o contexto filosófico de então, ele lida com a unidade, a pluralidade e o movimento.

O pensador Anaxágoras (pré-socrático 499-428 a.C.) desenvolve o conceito das *homeomerias* em que defende o princípio de que “há de tudo em tudo” (MARÍAS, 2004, p. 35) Este princípio nos diz que, na menor parte de cada coisa, existem outras partes muito pequenas dentre todas as demais. A diversidade de coisas então seria formada a partir da união ou da separação das *homeomerias*¹³. Sendo assim, todas as coisas estariam interligadas por se originarem de uma unidade comum tendo assim sempre e inerentemente as suas características. O mundo é fragmentado. No entanto, não perde a unidade, pois esta continua a se dar através da união e da separação permanente entre os fragmentos e seu movimento. Anaxágoras descobre a importância da forma, em grego: *eidos*, ou seja, vai tratar da disposição das coisas. Esta descoberta gera a perspectiva e a valoração da plástica.¹⁴ Percebe-se então uma preocupação com a espacialidade das coisas, emerge para a filosofia seu aspecto e concretude. Para ele os elementos são infinitos. Sua diversa possibilidade de união e separação explica o mundo e o movimento. Anaxágoras nasce em Clazómena (Ásia menor), mas vai para Atenas e é considerado o primeiro filósofo de Atenas (MARÍAS, 2004).

Os atomistas, sendo os principais Leucipo e Demócrito, são os últimos *pré-socráticos* e desenvolvem a última divisão dos *entes*¹⁵ (algo que é) em partes indivisíveis. Estas partes teriam formas distintas e a sua forma determinaria as suas características e propriedades e assim, pelas suas diferenças, se associam umas as outras de várias maneiras, produzindo as coisas. Para os atomistas tudo é composto de átomos, inclusive a alma. Esta é uma visão material dos entes, colocando-se então a questão do lugar, do espaço: onde estariam os átomos. Na filosofia dos pré-socráticos tem-se o pressuposto de que existe uma totalidade, mas que esta totalidade está em movimento, dinamicamente envolvendo o que é estático com o que muda. Segundo Marías “a

¹³ Qualquer porção, pequena ou grande, do mundo material que, embora contenha necessariamente todas as múltiplas e contraditórias qualidades encontráveis no resto do universo, pode ser definida e caracterizada por uma qualidade preponderante ou hegemônica. (HOUAISS, 2010).

¹⁴ Cf. OS PRÉ-SOCRÁTICOS, 1983; REALE; ANTISERI, 1990.

¹⁵ Os *entes* serão definidos por Parmênides como aquilo que é.

physis é uma unidade, é tudo, o conjunto, é um pensamento, digamos, cosmológico ou cosmogônico” (MARÍAS, 2004, p. 17).

Esta unidade originária começa a ser questionada pelos sofistas, que irão buscar uma visão relativa do mundo. Para eles “o homem é a medida de todas as coisas: das que são, enquanto são e das que não são, enquanto não são” (Protágoras) (MARÍAS, 2004, p. 41). Este momento, que se inicia a partir do século V, se caracteriza principalmente por uma volta do homem para si mesmo (MARÍAS, 2004, p. 39). É este o segundo período da filosofia, também chamado de período antropológico por ter dado centralidade ao homem e ao espírito no sistema do mundo. Os sofistas instituem o relativismo como a única certeza e afirmam a impossibilidade do conhecimento exato. Por trás do relativismo prático existe um ceticismo teórico que não acredita na moral. Esta é fruto do arbítrio e é um empecilho para o homem. Faz-se a oposição entre a natureza e a lei. A natureza é vista como a natureza instintiva, animal, sensível e a lei como uma convenção, arbitrariamente estipulada. O único bem é o prazer e a única regra de conduta é o interesse particular. A sofística utiliza-se da retórica, daquilo que aparenta ser filosofia, mas que não o é, pois não busca a verdade e sim o convencimento do outro com o que aparenta ser a verdade. Assim ela (a sofística) será questionada por Platão e Aristóteles. Este último dirá que a sofística “parece uma sabedoria, mas não o é” (MARÍAS, 2004, p. 40), ela proclama a inconsistência das coisas abandonando o ponto de vista da existência da verdade.. Ao relativizar a verdade, retirando-lhe o caráter absoluto e tornando-a subjetiva, os sofistas abrem caminho para que a unidade pretendida das coisas seja questionada, desacreditada. A filosofia “perde-se na retórica e na renúncia da verdade” (MARÍAS, 2004, p. 42) Será necessário recolocar o problema da metafísica sob novas bases para poder abordar a verdade. E é Sócrates, que, com a sua *maiêutica*¹⁶ (arte de fazer dar à luz na verdade), irá ampliar os horizontes da filosofia, e, segundo vários autores, este é o momento em que a filosofia vai atingir a sua plenitude.

Sócrates (469-399 a.C.) supera a sofística com seu pensamento, e seu legado nos chega através de Platão (diálogos), Aristófanés (peças) e Xenofonte (diálogos), uma vez

¹⁶ Sócrates era filho de um escultor e de uma parteira, e dizia que sua arte era, como a de sua mãe, uma *maiêutica*, o que seria hoje a obstetrícia.

que não deixou nenhum texto escrito. Através de suas palavras e atitudes, Sócrates conquistou um grande séqüito de discípulos entusiastas e atentos que o acompanhavam. É o homem da *Ágora*, da rua, da praça, do espaço público, considera a amizade e o sentido de comunidade como sendo altos valores. Para ele, a virtude é a mais importante de todas as coisas. Questiona as pessoas sobre o que seria o valor, a justiça, a amizade, a ciência e outras coisas essenciais. Seu método para atingir o conhecimento é o diálogo. Assim, Sócrates conduz as pessoas a questionar suas próprias concepções e as leva a uma nova perspectiva sobre os temas abordados. Sócrates se diz consciente de sua ignorância sobre estas coisas, e se expressa através de infindáveis perguntas e respostas sobre as coisas do mundo e do homem, este visto em sua interioridade, afirmando o “conhece-te a ti mesmo” como fonte de sabedoria (MARÍAS, 2004, p. 44). Segundo Aristóteles, deve-se a Sócrates principalmente duas coisas: “os raciocínios indutivos e a definição universal” (MARÍAS, 2004, p. 43). Para ele (Aristóteles), estas duas coisas se referem ao princípio da ciência. Em Sócrates se tem a busca da essência das coisas, sua definição, seus limites; desenvolve o discernimento. Sócrates retoma o ponto de vista do Ser, ontológico, do qual a sofística havia se afastado. A definição das coisas significa o isolamento delas de seu mundo relacional, ou seja, ao distinguir as coisas, Sócrates as isola, e sendo assim abre o caminho para a teoria platônica das idéias, da independência delas do mundo e do afastamento de suas correlações. É, pois, em Sócrates que está rudimentarmente desenhada uma cisão entre dois mundos, o mundo do bem: das idéias e do saber e o mundo do mal: da ignorância e da inconsciência das coisas. O mundo das idéias socrático, no entanto, sabe da responsabilidade das idéias do homem sobre as coisas. Segundo ele, deve-se optar pela *vida justa*, e é por isso, por esta opção, que Sócrates não foge da própria morte¹⁷ a que foi condenado: para ele, fugir da morte seria fugir da sua verdade.

Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, se atém, dentre outras coisas, ao domínio das idéias, *eidós*. Para ele, nada no mundo real era totalmente definível ou absoluto. Por isso, ele vê o mundo das idéias como um mundo à parte, distinto das

¹⁷ Sócrates foi condenado a beber cicuta em seu cativoiro. Acompanhado de seus seguidores que lhe asseguravam uma fuga optou dignamente pela morte.

coisas, absoluto e ideal.¹⁸ “A idéia é, portanto, o pressuposto do conhecimento e da visão das coisas como tais” (MARÍAS, 2004, p. 51). O ser das coisas, verdadeiro, buscado por Parmênides, em Platão está fora delas, ou seja, encontra-se no mundo das idéias. Segundo Platão, na metáfora que “as coisas são sombras das idéias”, (MARÍAS, 2004, p. 53) ele nos diz que o mundo real é composto de estímulos para que nos afastemos dele e alcancemos o mundo das idéias. Em sua teoria definem-se dois mundos: o mundo sensível (*doxa*), das coisas reais e o mundo inteligível (*nous*) das idéias.¹⁹ Este dualismo irá influenciar não só a filosofia como também as religiões, em especial o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Esta noção dual também irá favorecer a separação entre filosofia e ciência, até então campos que coincidiam em seus pressupostos e propósitos. A ela corresponde outro dualismo que a embasa que é a separação entre sujeito e objeto. Este conjunto de fundamentos irá constituir a racionalidade Platônico-Aristotélica. O campo da ciência principia a se constituir de modo autônomo, mas ainda incipiente. Outro aspecto fundamental colocado por Platão diz respeito à aproximação entre a beleza e a verdade. Segundo Platão, “o filósofo é um amador”, no sentido que este contempla a beleza (em latim *forma*), por meio do belo se chega ao verdadeiro (MARÍAS, 2004, p. 63), de modo que esta contemplação da beleza se inicia pelo que é aparente (a beleza dos corpos), segue pela contemplação das almas e dela para a das idéias, que é a verdadeira *sophia*²⁰. O amor é colocado como método da filosofia para acesso à verdade. No entanto, o amor se vê pelo menos de três formas para os gregos: como o *eros*, que é o desejo do que não se tem e faz falta, como a *philia*, que é a amizade, o cuidado, e como *ágape*²¹, que é a estima, o amor recíproco. Em Platão não se entra na filosofia a não ser pelo *eros*. (MARÍAS, 2004, p. 63). Esta noção de que o amor nos liga à filosofia, ao saber e à

¹⁸ Cf. PLATÃO, 1983.

¹⁹ Essa idéia se assemelha aos princípios do maniqueísmo, filosofia dualística ligada ao profeta Mani, que viveu na Pérsia no século III a.C., que considera que, por natureza, a matéria é má, enquanto, pelo contrário, o espírito é essencialmente bom.

²⁰ *Sophia* palavra grega que significa saber, ciência.

²¹ A *ágape* será entendida como *caritas* pelo cristianismo, e Santo Agostinho (354-430) nos diz que não se pode enveredar pela verdade senão pela caridade. Cf. Santo Agostinho (1984).

verdade, parece construir uma ponte entre os mundos ideal e sensível, entre o que é (ou parece) objetivo e o que é (ou parece) subjetivo.²²

Aristóteles (384-322 a.C.) irá se aprofundar no estudo das questões metafísicas, avançando no processo de cisão entre o mundo inteligível e o mundo sensível.²³ Divide as ciências entre teóricas, práticas e poéticas; sendo a *theoria*, a contemplação (também um modo de *práxis*, é a *práxis* suprema), uma atividade cujo fim é ela mesma e que contém em si mesma seu próprio objeto; a *práxis* é uma ação, uma atividade cujo fim é ela mesma; e a *poiésis* quer dizer produção, fabricação, uma atividade que tem um fim distinto dela mesma (MARÍAS, 2004, p. 67). Tem-se em Aristóteles uma diversidade e complexidade temática que se desenvolvem a partir desta divisão anterior entre os três campos das ciências. As ciências são definidas como: ciências teóricas, como a matemática, a física e a metafísica; ciências práticas, que são a ética, a política e a economia (ligadas à vida individual e social do homem); e ciências poéticas, que são a poética e a retórica, que, segundo Aristóteles, é de onde vai derivar a arte. A lógica é colocada como uma instância anterior, à parte, o *Organon*, instrumento, e serve para todas as ciências. A verdadeira sabedoria será aquela dada pela *episteme* e pela *nous*, ou seja, só conhecemos algo plenamente quando sabemos suas causas e seus princípios. A *episteme* é o saber demonstrativo, mas os princípios só podem ser alcançados pela intuição, que é a *nous* (entendimento), pois estes não são demonstráveis (MARÍAS, 2004, p. 69). Aristóteles enfrenta os graves problemas colocados pela filosofia que dizem respeito à unidade do ser e à multiplicidade das coisas e ao movimento (o ser e o não-ser). Para ele, o ente é uno, mas ao mesmo tempo é múltiplo, e isto pode ser resolvido pela analogia que estabelece uma relação entre estas dimensões aparentemente antagônicas, mas que não o são. Para Aristóteles, a ciência é ciência demonstrativa, saber não é mais discernir como nos pré-socráticos, nem sequer definir como em Sócrates e Platão, mas demonstrar, saber o *porquê*, suas causas e seus princípios (MARÍAS, 2004, p. 79). A filosofia de Aristóteles vai tratar de uma ampla temática, aprofundando e sistematizando problemas cujo enfrentamento se dá pela estruturação dos campos do pensamento e da ciência por ele definidos. Essa

²² Cf. PLATÃO, 1983.

²³ Cf. ARISTÓTELES, 1983, 1984.

estruturação irá influenciar o desenvolvimento posterior de todo o pensamento ocidental, da filosofia e das ciências. O desenvolvimento da Metafísica, ou a sua percepção e aprofundamento em separado em relação aos outros campos do saber, definiu o campo específico da filosofia, e concomitantemente definiu também os campos das ciências e das artes, no sentido que serão entendidas quando estas idéias forem retomadas no Renascimento.

Depois de Aristóteles, desenvolve-se uma corrente filosófica que irá se desinteressar pela metafísica, preocupando-se pelas questões da ética, da filosofia vista como um modo de vida, abandonando seu valor teórico, reduzindo o campo da filosofia e tratando-o sem o rigor intelectual anterior. Neste momento, tem-se a progressiva substituição do *thaumazéin*, o espanto ou o assombro, ao qual se devia a origem da filosofia e a manutenção de seu interesse, pela necessidade de se instituir uma moral mínima e mais acessível a muitos que passaria a ser a tônica para os tempos difíceis da crise do mundo antigo (MARÍAS, 2004, p. 97). O *thaumazéin* gera uma busca pela totalidade, pelo conjunto da realidade para assim entendê-la, a sua falta gera um processo de estagnação que será dominado pela explicação religiosa do mundo como fundamento de toda a existência humana.

Embora tenham suas diferenças, a escola estóica e a epicurista (300-200 a.C.) se igualam no entendimento de que a razão é denominada *deus*. Segundo Marías, “Deus e o mundo aparecem identificados no estoicismo; Deus é reitor do mundo, mas por sua vez é a substância, e o mundo inteiro é a substância de Deus. A natureza, regida por um princípio que é razão, se identifica com a Divindade” (MARÍAS, 2004, p. 101). Todas as coisas estão a serviço de uma perfeição da totalidade, constituem a natureza e existe uma norma divina que encadeia tudo, dando a tudo um sentido. A filosofia epicurista é materialista, crê no prazer como a origem de todo o bem, é o prazer que nos aponta o que convém e o que não, é ele o indicador do que está em acordo com nossas verdades. Mas este não é um prazer sensual, e sim um prazer mais sutil e espiritual, pois neste não pode haver dor nem instabilidade e deve deixar o homem livre e imperturbável. As paixões não fazem parte da ética epicurista, o homem sábio é sereno, moderado, sem inquietudes. O sábio resiste à dor, à adversidade com resignação e tranqüilidade. Esse isolamento sensível do indivíduo tem correspondência

a um isolamento social, levando o indivíduo a um afastamento das questões políticas e da vida social. Esse pensamento, dentre outros, será incorporado pelo pensamento cristão revelando um esgotamento do humanismo, que é o esgotamento do próprio mundo antigo.

A metafísica, ausente desde Aristóteles, reaparece no que é considerado o último sistema helênico: o *neoplatonismo*. Neste período formulam-se os problemas metafísicos a partir de uma visão grega. No entanto esta se dá influenciada pelo cristianismo emergente e pelas religiões orientais que entram no mundo greco-romano. O *neoplatonismo* contém uma filosofia original que irá exercer enorme influência sobre o pensamento cristão posterior, durante toda a Idade Média. Ele é um “monismo idealista, segundo o qual a realidade é constituída por um princípio único, um fundamento elementar, sendo os múltiplos seres redutíveis em última instância a essa unidade” (HOUAISS, 2004, p. 1951). Plotino (204-270 d.C.), o fundador do *neoplatonismo*, propõe um sistema explicativo que se baseia principalmente em dois aspectos: panteísmo e oposição ao materialismo²⁴. “Não há nele distinção entre Deus e o mundo, este procede do Uno, mas não por criação, mas por emanção” (MARÍAS, 2004, p. 110). O *neoplatonismo* vai ser cultivado até o século VI, final do mundo antigo.

Às novas exigências colocadas apresenta-se um mundo em transformação que se modifica constituindo uma nova base filosófica: a filosofia medieval. Essa filosofia irá fazer uma distinção e ao mesmo tempo correlacionar o ser finito da criatura e o ser pleno de Deus. Na Idade Média ocorre um sincretismo entre o conhecimento clássico e as crenças religiosas. A própria palavra igreja (*ekklesia*) é de origem grega e significa “assembleia”. Nesse momento, outra noção de totalidade se configura. Esta é uma totalidade alimentada pela idéia de Deus, um Deus criador do universo, com os atributos da onipotência, da onipresença e da onisciência²⁵. O cristianismo primitivo surge então influenciado pelo helenismo e a sua afirmação, posteriormente, como religião universal se deve em grande parte à expansão da cultura grega, em especial a

²⁴ O Panteísmo é uma “doutrina filosófica caracterizada por uma extrema aproximação ou identificação total entre Deus e o universo, concebidos como realidades diretamente conexas ou como uma única realidade integrada.” (HOUAISS, 2004)

²⁵ Tendo-se a onipotência como poder total, absoluto, infinito; a onipresença como presença em todos os lugares e a onisciência como saber absoluto, pleno, conhecimento infinito sobre todas as coisas. (HOUAISS, 2004)

partir de Alexandre (356-323 a.C.), ao longo dos três séculos anteriores à era cristã, criando um campo homogêneo, em especial nos espaços mediterrânicos onde a língua grega era falada ou conhecida (BARROS, 1975). O monoteísmo cristão substitui uma noção de totalidade dada pela complexidade integrada entre as diversas coisas e entes, da cultura clássica, por uma outra noção de totalidade dada pela idéia da unidade através do Uno, de Deus. Esta se constitui numa divisão profunda na história da filosofia. O cristianismo não é um sistema filosófico, e sim uma religião, mas afeta a filosofia definitivamente ao recolocar o problema da explicação do mundo em outros termos, de outro ângulo: “para um grego ser é estar aí, para o europeu ocidental ser é, em primeiro lugar, não ser um nada” (MARÍAS, 2004, p. 116). Na filosofia medieval tem-se, por outro lado, uma percepção dualista do mundo.²⁶ Esta apreensão pode ser encontrada, por exemplo, nos ensinamentos monásticos em que é feita uma divisão entre os campos dos saberes. Estes serão colocados em dois grandes grupos, o *trivium*, da gramática, da retórica e da dialética, e o *quadrivium*, o campo da aritmética, da geometria, da astronomia e da música.²⁷ Para o pensamento medieval, homem e mundo são criações divinas. A sua ordem é regida por Deus, não cabendo ao homem atuar sobre ela; a vida humana tem um sentido finalista, ela é uma passagem para a vida eterna, e a vida terrena é feita de provações que preparam o homem para um futuro idílico no paraíso. A Idade Média perde a noção de uma idealidade de cidade existente no período grego e romano. A cidade ideal é a Jerusalém celestial, e nela tudo é perfeição e harmonia.

A chamada Idade Média corresponde a um período de cristianização do ocidente. A doutrina da igreja — presente em Santo Agostinho e outros pensadores — recompõe sociedade e pessoa em uma totalidade que tem o paraíso celeste como fim. Isto se dá segundo um plano harmônico da história, no qual cidade celestial e cidade terrena se colocam em campos que dialogam entre si. A cidade terrena tem origem no delito de Caim; por isso, sua história não está coordenada com a da cidade de Deus. O homem é um peregrino e a cidade um lugar provisório, um trânsito rumo à cidade

²⁶ Cf. REALE; ANTISERI, 1990.

²⁷ Tem-se notícia de que Santo Tomás de Aquino, em 1225, estudou estas matérias nos mosteiros em Monte Cassino e Nápoles.

divina. No Apocalipse, João faz uma contraposição entre a Babilônia, a grande prostituta, e a Jerusalém celestial, a cidade-virgem. A perfeição desta é referida a partir de sua estrutura quaternária: a cidade com forma quadrada; o paraíso e seus quatro rios; Cristo e os quatro evangelistas. A pouca importância da cidade terrena transparece na quase ausência de uma intenção programática para a cidade cristã primitiva. Se tal intenção existe, ela se limita ao rechaço das formas nobres da cidade mundana e da sensualidade das representações da arte pagã, o que leva ao distanciamento entre arte e realidade terrena e humana, característica da arte cristã primitiva e, em especial, da arte bizantina. No ano 1.100, Santo Anselmo constrói uma escala de periculosidade das artes representativas em função do número de sentidos que elas envolvam e despertem. Apenas nas igrejas e, especialmente, nas catedrais se projeta a representação do plano histórico do Espírito Santo e se expressa, simbolicamente, o sentido da peregrinação humana. A catedral se converte, assim, no símbolo da comunidade urbana e de sua sublimação, rumo à cidade celestial.²⁸

O Renascimento, iniciando-se no período chamado alta idade média, procede a uma retomada da ligação com os clássicos, a partir de um novo humanismo, uma valorização do homem enquanto ser capaz de colocar-se diante do mundo e entendê-lo a partir da experimentação.²⁹ Essa nova postura alimenta-se da lógica clássica, em especial aristotélica.

O contexto é o da retomada da vida urbana e do poder das cidades, a partir de uma nova classe de ricos comerciantes e banqueiros, nomeados duques e príncipes, cuja ascensão e poder se ligavam a seu esforço pessoal, a seu enfrentamento do mundo. São esses novos senhores das cidades, cada vez mais associados ao poder religioso, que estimulam e apóiam, até por necessidade de legitimação e afirmação, o processo de renovação das artes. As próprias noções de arte, enquanto campo que se separa do fazer artesanal, e de artista, enquanto autor nomeado e detentor de um saber/fazer especial, se constituem nesse momento e contexto.

²⁸ Cf. REALE; ANTISERI, 1990.

²⁹ ABBAGNANO, 2000.

Esse novo olhar sobre o mundo vai consolidar-se, inicialmente, na literatura no século XIV, em Dante³⁰ (1265 / 1321); e, mais adiante, no mesmo século, em Petrarca (1304 / 1374) e Bocaccio (1313 / 1375), quando o terreno, o ser humano comum e seu cotidiano, passam a ser o objeto da narrativa, como no *Decameron*, de Bocaccio. A pintura, a partir da obra inaugural e inovadora de Giotto (1266 / 1337) vai, progressivamente, aproximar representação e realidade, o que a escultura consolida em primeiro lugar, ao final do século XIV e início do XV (Ghiberti, Donatello), ao retomar com muito mais facilidade os modelos clássicos greco-romanos. A pintura tem um processo mais lento, quando o humanismo e a absorção dos modelos clássicos se mesclam com uma representação em que transparece a herança medieval. Mas o deixar-se captar pelo mundo é outro, e aparece não só na humanização dos seres humanos, mas, também, em uma paisagem que busca mostrar o entorno, paisagem ainda carregada de simbolismos, não realista, mas explicitamente fazendo parte da composição do quadro: paisagem da vida humana, onde os seres perdem a hierarquia característica da representação medieval e se inserem na dimensão e na descrição de um espaço. Em geral, a representação espacial absorve e é demonstrativa da aplicação racional dos princípios geométricos da perspectiva, como em Piero della Francesca (1416 / 1492). Dá-se, assim, uma forte ligação entre a arte e o conhecimento racional, a nascente ciência. A pintura assume também um caráter narrativo, histórico. Um quadro pode ser subdividido e contar, através de algumas cenas, a vida de um santo. Narra episódios bíblicos e feitos humanos. Argan fala que Giotto (1266 / 1337), libertando a arte da influência bizantina,

(...) religa-a à fonte clássica, a uma arte cujos conteúdos essenciais eram a natureza e a história. (...) Para os homens do Medievo a Antiguidade é o mundo da filosofia “natural”: a naturalidade de Giotto não nasce da observação direta do verdadeiro, mas é recuperada do antigo por meio do processo intelectual do pensamento histórico. (...) O modo de pensar *histórico*, que vê as ações determinadas por uma finalidade que as justifica, é modo antigo e cristão: para Giotto, o antigo não é sobrevivência, evocação nem modelo, mas experiência histórica para investir no presente. (ARGAN, 2003, p. 22).

³⁰ DANTE, 1985.

A entrada do humano na pintura, nas cenas do cotidiano e mesmo nas cenas religiosas, vai passar, no século XV e meados do XVI, pela tríade Leonardo, Rafael e Michelangelo, e atingir sua plenitude no século XVII, em Velazques, Goya, Caravaggio, entre outros, e na preciosa captação do mundo da pintura flamenga, como em Rembrandt e Vermeer. Nestes últimos, as cenas da vida burguesa e a paisagem das cidades adquirem contornos fortemente realistas, refletindo a vivacidade do cotidiano.

Esse novo olhar sobre o mundo estimula sua investigação racional e vai desembocar na reviravolta nas concepções espaciais do mundo e do universo com as descobertas de Copérnico (1473-1543) e Galileu (1564-1642), no início do século XVI, já em pleno desabrochar do conhecimento científico.³¹

No século XVI, com as navegações e descobertas marítimas, as noções de tempo e de espaço alteram-se fortemente e, ainda, estimulam uma farta vontade de descrição, fantasiosa ou realista, científica ou romântica, ou às vezes tudo isso misturado, do novo mundo que se abria. Tem-se o início de uma geografia descritiva amparada pelo desenvolvimento de métodos de catalogação, inventários e mapeamentos, possibilitados por novos instrumentos de aferição e verificação do mundo de modo sistemático e exaustivo.

Após o Renascimento, a filosofia, no bojo do desenvolvimento das ciências, assume uma vertente experimentalista, baseada em métodos, sob influência de filósofos como Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650).³² O processo de constituição dos diversos campos da ciência, partindo para um tipo de investigação vertical, pulveriza o conhecimento em vários campos isolados e distantes entre si, configurando-se uma fragmentação do pensamento.

René Descartes será um divisor de águas entre o mundo medieval e o mundo moderno. Segundo Ortega e Gasset³³, Descartes “é o primeiro homem moderno” (MARÍAS, 2004, p. 229). Aos oito anos, René Descartes estudou em um colégio jesuíta que valorizava muito o ensino das línguas e da literatura clássicas. Estas foram,

³¹ GALILEU, 1983.

³² BACON, 1984; DESCARTES, 1983, 2008.

³³ Filósofo espanhol, ativista político e jornalista, autor dentre outros do livro A HISTÓRIA COMO SISTEMA, para ele “O que importa é a lucidez e a compreensão do mundo para operar nele”.

portanto, matérias que Descartes se interessou fortemente e estudou a fundo. A matemática é um campo de seu interesse e, àquela altura, o que seria impensável aos olhos de hoje, é uma área do conhecimento que desconsidera a física. Descartes será aquele que irá estabelecer a conexão entre estes campos. Ele será o responsável pela fusão entre a álgebra e a geometria, o *sistema de coordenadas cartesianas*, por ele criado, irá dar impulso ao desenvolvimento à mecânica de Newton, à teoria eletromagnética de Maxwell e à teoria da relatividade de Einstein. Estas teorias, tendo sido amplamente aplicadas, deram forma ao mundo assim como o conhecemos.

René Descartes após ter estudado por oito anos na escola jesuíta de La Fleche, posteriormente teve instrução em matemática e em filosofia escolástica, que busca usar a razão humana para interpretar a doutrina cristã. Em 1616, formou-se em direito e em 1618 acompanhou o príncipe Maurício de Nassau, líder das Províncias Unidas dos países Baixos, nas incursões militares da Guerra dos trinta anos, contra a Espanha. Interessou-se por problemas de matemática e filosofia. Este interesse pode ser de algum modo explicado em função de o exército holandês utilizar este tipo de conhecimento aplicando-o à artilharia, construção de fortificações e cartografia. A Holanda vivia um período de grande dinâmica intelectual, ligada à vinda de mouros e judeus expulsos³⁴ da península ibérica por razões religiosas. Estes grupos humanos religiosos vieram para a Holanda, onde havia o espírito de liberdade e tolerância e, assim, vivendo de um modo harmônico, se destacaram na perpetuação do legado da Antiguidade Clássica. Assim, René Descartes entra em contato com as obras de Euclides e Ptolomeu da Alexandria e conhece o método de experimentação sistemática praticado por Galileu Galilei, este com base em procedimento para medir o tempo por contagem de oscilações de pêndulos.

No *Discurso sobre o método*, publicado em 1637, Descartes inicia o texto intitulado-o “Para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências”; esta será a síntese da sua investigação ao longo de sua vida: procurar a verdade. Neste trabalho, René Descartes apresenta aquilo que será a base de todos seus trabalhos posteriores: aplicar os métodos indutivos racionais da ciência em todos os campos de estudo, da matemática à filosofia. Esta postura irá contrariar o método escolástico de

³⁴ Os árabes e judeus foram expulsos, definitivamente, em 1492.

estudo da filosofia que lhe fora ensinado. Para ele, o mundo era dividido, por Deus, em duas classes de substâncias: a mente e o corpo. Ele irá recolocar as três grandes questões que haviam sido postas pela filosofia medieval: o mundo, o homem e Deus. Em Descartes, estes três mundos se estruturam na independência. No entanto ele não irá se ocupar do estudo da teologia, pois segundo ele, “seu caminho não está menos aberto para os ignorantes que para os mais doutos, e que as verdades reveladas que conduzem a ele estão acima de nossa inteligência, não teria ousado submetê-la à fragilidade de meus raciocínios” (DESCARTES, 2008, p. 17).

Portanto, a questão de Deus será excluída posto que não se exprime a partir da *razão*. O problema de Deus irá ficar fora do seu campo de investigação. Para abordar qualquer questão — exceto a teologia — à qual voltasse o interesse de estudo, René Descartes terá como pressuposto a *dúvida metódica*. Esta concepção será o instrumento primeiro através do qual o pesquisador deve se aproximar de seu objeto de estudo. René Descartes perceberá que da pluralidade de opiniões presentes em todo o passado filosófico, muitas vezes contrárias e consideradas verdades, nasce o *ceticismo*. Para ele, “os sentidos nos enganam (...) e o pensamento não merece confiança” (MARIAS, 2004, p. 231). A sua única certeza era a dúvida; assim, parte da dúvida para começar a filosofar. Nesses termos, ele irá reconstruir a certeza, partindo do nada a seu respeito. A seguir, afirma o *penso, logo existo (cogito ergo sum)* em que esta máxima se coloca como uma verdade irrefutável. Em meio a tudo que é inseguro tem-se essa segurança: a da existência daquele que pensa o mundo. Portanto, “Não há nada certo, exceto eu. (...) Portanto nem sequer homem corporal, somente razão. O homem fica sozinho com seus pensamentos. A filosofia vai fundar-se em mim” (MARIAS, 2004, p. 233). Mas essa verdade primeira ainda o distancia do mundo, das coisas, da “natureza a que se aplica a ciência de seu tempo” (MARIAS, 2004, p. 234). Para alcançá-la, René Descartes precisa sair da subjetividade, e esta primeira afirmativa o ensina a ver como *é* uma verdade. A sua veracidade consiste em que ela *é* uma *evidência* da qual não se pode duvidar. Embora não se ocupe de Deus, ou melhor, da sua explicação, ele precisa demonstrar a sua existência, pois para ele entre o homem e o mundo existe Deus. (MARIAS, 2004, p. 234). A prova da existência de Deus é dada pela consciência que tem da sua finitude e imperfeição (humanas) e por encontrar dentro de si a idéia de

Deus, que, em oposição, é algo infinito e perfeito. “Mediante a elevação ao infinito de tudo que há em mim de positivo e a anulação dos limites, elevo-me intelectualmente até Deus. Se tenho a idéia de um ente perfeito, logo ele existe” (MARIAS, 2004, p. 234).

Ao distinguir a alma pensante (*res cogitans*) separando-a do mundo (*res extensa*), René Descartes acentua e sedimenta a cisão entre o mundo sensível e o mundo inteligível — cisão iniciada pela racionalidade Platônico-Aristotélica. No entanto, para Descartes, o homem que pensa precisa obter o conhecimento das coisas, “transcender a si próprio, ser capaz da verdade. Deus é a substância infinita que funda o ser da substância extensa e da substância pensante” (MARIAS, 2004, p. 238). Assim, só é possível a comunicação entre duas esferas tão distantes e diferentes, as duas esferas da realidade — a substância pensante (*res cogitans* — o homem) e a substância extensa (*res extensa* — o mundo) — pela intermediação de Deus. “Tem de ser Deus, fundamento ontológico das duas substâncias infinitas, que efetue essa impossível comunicação das substâncias” (MARIAS, 2004, p. 240). Em Descartes, a razão é o que nos traz a verdade, o critério da evidência. A evidência das coisas nos é dada não pela percepção nem pelos sentidos que nos iludem, mas, sim, pela clareza das idéias: portanto, o método cartesiano é o racionalismo. Constata-se então que, na dualidade cartesiana, em que as duas esferas do mundo estão assim divididas, estas só nos permitem chegar a verdades parciais. Esta divisão não nos permite “perceber a essencial dependência que o eu tem em relação às coisas, com as quais sempre depara em sua vida” (MARIAS, 2004, p. 242).

Depois de René Descartes, passamos pelas idéias de Leibniz (1646-1716) que irão alterar o conceito de substância e incluir o movimento como o elemento essencial para a constituição das coisas.³⁵ Estas seriam constituídas por *mônadas*, unidades mínimas indivisíveis e autônomas que interagem no mundo em constante processo de harmonia. Assim sendo, se para Descartes o mundo físico era extensão, algo quieto, para Leibniz a idéia de *força*, que impulsiona e move as coisas é o conceito fundamental da física, ela é *vis*, *impetus*, *conatus*. Diante disto, “a idéia de natureza estática e inerte de Descartes é substituída por uma idéia dinâmica; contra a física da extensão, uma

³⁵ Cf. LEIBNIZ, 1984.

física da energia; não geométrica, mas física (...) a natureza é *princípio de movimento*” (MARIAS, 2004, p. 260).

Do século XVI ao século XVIII, desenvolve-se na Inglaterra, paralelamente ao desenvolvimento racionalista do continente, um modo de filosofia com características próprias, denominado *empirismo*. Esta vertente não se ocupará das questões metafísicas e irá influenciar, profundamente, a sociedade europeia. Esta influência se dará através de suas idéias de tolerância, ceticismo, princípios liberais, espírito iluminista, preconizando uma “filosofia do bom senso” (*common sense*), propondo, enfim, uma moral utilitária e pragmática. Neste quadro, destaca-se Francis Bacon — o introdutor do empirismo e do método indutivo. Bacon coloca “no mesmo plano o fazer e o entender, a mão e o intelecto. Assim como o técnico, o pensador deve subordinar-se às exigências da realidade com que lida (...) só se vence a natureza obedecendo a ela” (MARIAS, 2004, p. 271).

A época do Iluminismo — o século XVIII — representa o fim da especulação metafísica do século XVII. A Europa mudou totalmente e esta transformação do que se pensa determinará, pouco depois, a radical mudança da história, que se constituirá em um grande marco histórico — uma ruptura — denominada Revolução Francesa. Este é o momento da crítica. Questiona-se a disciplina, a hierarquia, a autoridade, os dogmas, a desigualdade, a religião, enfim, passa-se a uma valorização da vida social, em que os arranjos sociais são vistos por outro ângulo. Neste momento, terá grande importância o papel dos enciclopedistas. Diderot (1713-1784), d’Alembert (1717-1783), Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Turgot (1727-1781) e outros publicaram na Enciclopédia os valores máximos do Iluminismo; assim, faz-se uma tentativa de classificação das ciências, e a história passa a ser compreendida a partir de uma dimensão prática, como reflexo da sociedade que a produz.³⁶ O Iluminismo sintetiza diversas correntes intelectuais: filosóficas, políticas, sociais e atitudes religiosas a partir do conhecimento crítico em todos estes campos da cultura. É um momento em que ocorre o questionamento do sistema mercantilista, considerado ultrapassado para as novas exigências do sistema econômico em vias de estruturação: o capitalismo.

³⁶ Cf. DIDEROT, 1985; VOLTAIRE, 1984; MONTESQUIEU, 1985; ROUSSEAU, 1983.

Um dos grandes expoentes intelectuais do iluminismo, Immanuel Kant (1724-1804) irá fazer uma síntese entre as idéias racionalistas, dedutivas, com base no uso da razão (Descartes, Leibniz, Wolf), as idéias empiristas, indutivas, com base na experiência (Hume, Locke) e na física de Newton, baseada na observação e na experimentação. Assim, o pensamento de Kant será um avanço filosófico fundamental para o desenvolvimento da epistemologia do conhecimento. Kant busca os princípios que viriam alicerçar o conhecimento em bases mais seguras. Assim, na *Crítica da Razão Pura*³⁷, Kant questiona sobre o que é o conhecimento, quais as condições de possibilidade do conhecimento. Segundo Kant, “todo o conhecimento começa pelos sentidos, passa pelo *entendimento* e termina na *razão*” (CAMARGOS, 2009, p. 3). Ele vai investigar o *tempo* e o *espaço* na sua relação com o conhecimento. O conhecimento começa pela experiência. O *tempo* e o *espaço* são formas “a priori” da sensibilidade. São instituições puras e não conceitos. São formas anteriores a todas as coisas. Para ele, o *espaço* é a forma da exterioridade e o *tempo* é a forma da interioridade. Sem a mediação entre *espaço* e *tempo* nenhuma percepção é possível. O tempo e o espaço ordenam e tornam conceitualmente concebível ao intelecto o turbilhão caótico de dados que se apresentam (CAMARGOS, 2009, p. 3). Para Kant, “Sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado. Sem o entendimento, nenhum seria pensado. (...) O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar. Só pela reunião se obtém conhecimento” (CAMARGOS, 2009, p. 6). Por outro lado, a filosofia de Kant irá fundar o *relativismo*. Para ele, aquilo que *descobrimos* nas coisas contém elementos que nós colocamos nelas através de nossas faculdades internas. As categorias estão no entendimento e não imediatamente no ser (MARIAS, 2004, p. 318). Kant irá discutir o tempo absoluto de Newton e intuir sobre o tempo relativo. A filosofia de Kant vai modificar profundamente a filosofia, propõe dimensões novas, cria caminhos kantianos, que ainda na atualidade são colocados. Serão desdobramentos do pensamento Kantiano, o idealismo alemão, de Fichte, Shelling e Hegel, o neokantismo e o momento presente, de Nietzsche, Dilthey e Bérqson, assim como de Husserl (fenomenologia), Ortega e Heidegger (MARIAS, 2004, p. 328).

³⁷ Importante trabalho publicado em 1781, após dez anos de reflexão, quando Kant tinha 57 anos. Cf. KANT, 1983.

Na primeira metade do século XIX, estrutura-se uma corrente filosófica, que seria um particular desdobramento do Iluminismo, denominada Positivismo, baseada nas idéias publicadas por Auguste Comte a partir de 1830 em seu *Cours de philosophie positive*. Ele afasta a teologia e a metafísica e busca uma teoria do conhecimento fundada nos fatos e nas leis, ou seja, ao que é *positivo*: que está posto e dado pela evidência das coisas em si. Para Marias, “essa ciência positiva se atém humildemente às coisas; fica diante delas, sem intervir, sem pular por cima pra lançar-se em falaciosos jogos de idéias. Não pede mais causas, tão-somente leis.” (MARIAS, 2004, p. 391). Comte desenvolve a tese da lei dos três estados. O primeiro, o Estado Teológico, considerado a infância da humanidade, em que a mente procura as causas e os princípios das coisas. É o tempo das explicações míticas e religiosas como as que dão sentido ao mundo. O segundo, o Estado Metafísico, considerado a adolescência da humanidade, na busca de explicações, ainda procura-se os conhecimentos absolutos: é um estado abstrato e crítico, e constitui-se em um momento de transição. O terceiro, o Estado Positivo, é o real e definitivo. Nele, a imaginação fica subordinada à observação, atendo-se às coisas. Procura fatos e leis. Para Comte, o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Tem validade só aquilo que possa ser comprovado. É uma reação ao Romantismo e à subjetividade que questionavam os imperativos iluministas. O positivismo é influenciado pelo próprio modo em que se organizava o mundo: ligado ao pensamento mecanicista fruto da Revolução Industrial.³⁸ Este pensamento terá grande repercussão nos desenvolvimentos posteriores do conhecimento, implementando um tipo de determinismo na ciência do qual ela jamais conseguiu se desvencilhar até os nossos dias. Apesar dos diversos rumos tomados pelo pensamento filosófico posterior, como em Kierkegaard, Nietzsche, Simmel, Bergson (já chegando ao século XX), Heidegger dentre outros, as idéias de Comte permanecem enquanto “referência científica” justificando os procedimentos utilizados para o desenvolvimento do conhecimento e da ciência contemporâneos. A intensa dispersão dos conteúdos da ciência, estilhaçando-se em diversos campos de um conhecimento multifacetado, permitiu um distanciamento e aprofundamento tamanhos que a idéia de totalidade tem sido obscurecida e esquecida

³⁸ COMTE, 1983.

(propositalmente). A idéia de totalidade subsiste ainda, numa existência difícil e sofrida, nas obras de alguns pensadores que buscam se opor a esta fragmentação lançando-se contra a tendência quase inexorável de esfacelamento. Ciência, mundo, homem, são dimensões que se entrelaçam e na sua relação é que se estabelecem as condições de vida, de existência coletiva e de felicidade (ou não). Assim, tem-se em Hanna Arendt, um julgamento esclarecedor sobre a necessidade de não se perder o exame da totalidade das coisas. Seu pensamento é um grande exemplo de resistência a esta perda quando nos diz, na primavera de 1955:

O moderno crescimento da ausência-de-mundo, a destruição de tudo que há entre nós, pode ser também descrito como a expansão do deserto. O fato de vivermos e nos movermos num mundo-deserto foi primeiramente percebido por Nietzsche, também o primeiro a se equivocar em seu diagnóstico. Como quase todos que vieram depois dele. Nietzsche acreditava que o deserto está em nós, assim se revelando não apenas um dos primeiros habitantes conscientes do deserto, mas também, por essa mesma razão, uma vítima de sua mais terrível ilusão. (...) O maior perigo é que no deserto há tempestades de areia e que o deserto não é sempre plácido como um cemitério, onde tudo, afinal, continua sendo possível, mas pode criar um movimento próprio. Essas tempestades são movimentos totalitários cuja principal característica é serem extremamente bem ajustados às condições do deserto. (...) Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem de se tornar um ser ativo. As tempestades de areia ameaçam, além do mais, até mesmo os oásis do deserto sem os quais nenhum de nós poderia resistir. (...) Pelo fato de arruinar os oásis vitais quando vamos a eles com o propósito de escapar deles, às vezes é como se tudo conspirasse para generalizar as condições do deserto. Em última análise, o mundo humano é sempre o produto do amor mundi do homem, um artifício humano cuja potencial imortalidade está sempre sujeita à mortalidade daqueles que o constroem e à natalidade daqueles que vêm viver nele. É uma eterna verdade o que disse Hamlet: "O mundo está fora dos eixos: Ó que grande maldição/Eu ter nascido para trazê-lo à razão!" Nesse sentido, na sua necessidade de iniciantes para que ele possa começar de novo, o mundo é sempre um deserto. Mas da condição de não-mundo que veio à luz na era moderna — que não deve ser confundida com a condição cristã de *outro-mundo* — proveio a pergunta de Leibniz, Shelling e Heidegger: por que existe alguma coisa em vez de nada? E das condições específicas de nosso mundo contemporâneo, que nos ameaça não apenas com o nada, mas também com o ninguém, talvez surja a pergunta: por que existe alguém em vez de ninguém? Essas perguntas podem parecer niilistas, mas não são. Ao contrário, são perguntas anti-niilistas feitas numa situação objetiva de niilismo em que o nada e o ninguém ameaçam destruir o mundo. (ARENDR, 2004, p. 266)

1.2. A dimensão tempo-espaço

O tempo é dimensão que encerra tantas e múltiplas faces, abstrato que é, parece permear todas as outras dimensões da vida, é o movimento, ora tranqüilo e suave orquestrando um *continuum*, ora precipita-se em mudanças alterando todo o quadro estabelecido. O tempo é sucessão de marcações de relógio: segundos, minutos, horas, dias e anos. É uma sucessão cronológica, nesses termos, construída pelo homem e a serviço de suas rotinas. Ele guarda, em si, as noções de presente, de passado e futuro. É meio contínuo e, por vezes, indefinido, no qual os acontecimentos podem se suceder através de momentos que marcam a sua presença.

Os vários tempos, que em nossa língua se expressa, falam da sua presença inexorável. Assim, teremos o tempo da colheita, o tempo ruim e o bom, o mau tempo, o meu tempo de colégio; o tempo musical em andamentos diferentes (gravíssimo, grave, larghissimo, largo, larghetto, lento, adágio, adagietto, andante, andantino, moderato-nem rápido, nem lento — *allegretto* ou *allegro ma non troppo* — *allegro*, *vivace*, *vivacíssimo*, *presto*, *prestissimo*), o compasso de dois tempos, o de três tempos. O tempo da gramática, o tempo composto, dos verbos. O tempo cósmico e o tempo védico. O tempo das efemérides, das vacas gordas e das vacas magras, o tempo sideral da astronomia, o tempo do onça, o tempo pervertido, do horário de verão, do Jet-leg; ainda: fecha-se o tempo, se ganha tempo, se perde tempo, temporiza-se.

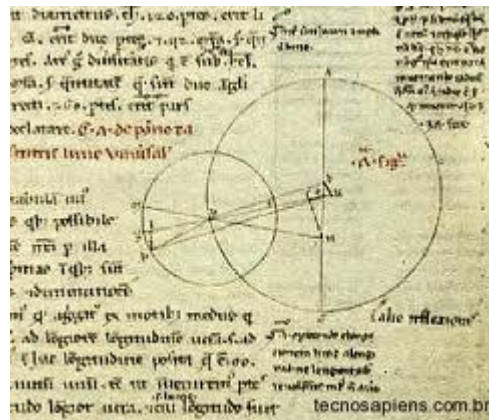
Como nos diz Manuel Bandeira em *Estrela da Vida Inteira*: “O Tempo, horas de horror e tédio da memória”. (BANDEIRA, 1993, p. 71) O tempo é o campo em que a história, como ciência, vai se constituir e buscar as explicações sobre o mundo, suas origens e os processos em que se dão as atividades humanas. Este conhecimento construído da história se expressa através da linguagem, que, por sua vez e por sua natureza, permite que em uma mesma forma de ser (a linguagem) sejam envolvidas as mais diversas matérias, ações, pensamentos, todos exprimíveis em palavras. Esta homogeneização das coisas diversas através das palavras faz com que à história se permita um campo de estudo amplo, lato, cuja extensão, já tão grande, ainda se

expande e abarca outra dimensão elementar, que ao mesmo tempo a define e a constitui: *o espaço*. A nova historiografia se constrói incorporando as espacialidades, contextualizando-se no tempo e no espaço: no espaço-tempo. O espaço como aspecto (categoria) cujo espectro amplo e diverso, rico em existência, concretude e em transversalidades, prenhe de leituras possíveis, permite que nele e a partir dele sejam feitas leituras diversas, uma infinidade de recortes possíveis. Esses recortes são tantas quantas forem as relações que podem ser estabelecidas entre sociedade e natureza. Esta categoria, rica em materialidade e ação, é o lugar onde as *verdades* tomam forma, se constroem e desconstroem, muitas vezes ocultas, veladas, outras desnudadas, aparentes. É o espaço o campo por excelência objeto da Geografia. Na construção de sua epistemologia, vem sendo “descoberto” em sua riqueza e totalidade. Uma totalidade também infinita, em vias de construção, um vir a ser constante, que nunca se esgota, e que dessa dinâmica toma fôlego para seguir adiante.

A partir de Hiparco (190-126 a.C.), tem-se um desenvolvimento da astronomia³⁹, da cartografia e da matemática, sendo ele também construtor. Foi um importante representante da Escola Alexandrina. Elaborou uma tabela trigonométrica utilizando a idéia pioneira da divisão do círculo em 360 partes iguais herdada dos babilônios. Cada grau teria 60 minutos e sessenta segundos. Tem-se aí o estabelecimento de uma importante correlação entre o tempo e o espaço — no caso a forma geométrica do círculo. Ora, sendo o círculo a forma geométrica que evoca o mundo, que é considerada a forma perfeita, da unidade, tem-se nesse instante a representação do cosmos ligada à passagem do tempo, a um modo de cânone do tempo, o repetir-se das horas, como no relógio. Segundo Platão, no Banquete, havia um ser original perfeito, andrógino, “um todo esférico” (PLATÃO, 1986, p. 127) que se aproximou tanto da perfeição e da divindade provocando assim a ira de Zeus. Este, então, o partiu em dois a fim de “torná-lo mais fraco” (PLATÃO, 1986 p. 127). Assim, o círculo representa o mundo, a sua totalidade e harmonia. O tempo pode ser medido através do círculo, pois a passagem do dia pode ser dividida em *vinte e quatro horas*. As *vinte e quatro horas*, por sua vez, englobam uma dupla de *doze horas*. No mundo

³⁹ Hiparco é considerado o fundador da astronomia e o pai da trigonometria.

moderno-ocidental, por sua vez, as referidas *doze horas* se reduzem à forma do círculo contador de horas, que é o relógio.



O círculo, a esfera, o redondo: desde a origem, o símbolo do todo, da perfeição

1.3. Uma síntese para a modernidade próxima: do conhecimento à crítica

É preciso afirmar a necessidade de se buscar a *Vernunft* na atualidade. Faz-se necessária a instituição permanente de uma busca de síntese histórica para a compreensão dos processos em que estamos envolvidos e que definem a vida do mundo, num momento de difícil apreensão dos conteúdos que nele circulam. Vive-se em um tempo em que as transversalidades históricas, passado e presente, se confundem gerando a necessidade de novas abordagens para encontrar os sentidos das coisas. Na atualidade,

Não há momentos primitivos que, em uma sucessão cronológica linear, sejam substituídos por momentos modernos subsequentes. O que se compreende como primitivo pode, inclusive, conviver com o que se denomina moderno. E, além disso, nem sempre o primitivo é o tempo histórico antecedente ao moderno. Completa-se: nem sempre, também, o moderno é presente. (HISSA, 2002, p. 49).

No tempo presente, momento em que se acumulam diversos conhecimentos e saberes sobre o mundo, gera-se uma sensação contraditória em que, ao mesmo tempo, se tem tudo e não se tem nada; mais, ainda: se é tudo e, simultaneamente, nada. O trabalho de indagar, investigar, interpretar, descobrir os arranjos que vão se estabelecendo dinamicamente, nunca foi tão difícil dada a fluidez com que se dão estes arranjos. Uma possibilidade de potência aparece eclipsada por uma incapacidade de pensar o mundo e de visualizar saídas para seus enigmas, seus grandes problemas, dramas e conflitos. Em tempos de *modernidade líquida*⁴⁰, quando se percebe uma *mutação* nos modos de organização e de pensamento das sociedades, conformando uma transformação social sem precedentes na história, é preciso estar atento aos elementos que redefinem o mundo e desenham estas mudanças, uma vez que nos atingem de forma poderosa e sob elas muitas vezes nos sentimos impotentes e pequenos para lidar. Através dos tempos, constituiu-se uma espécie de diáspora do pensamento, permitindo, dentre outras coisas, que as pessoas, tanto o homem comum quanto os pesquisadores, enveredassem por caminhos que os têm levado para uma visão parcial das coisas, para aspectos pontuais e isolados da vida, através do conhecimento sobre uma ou outra matéria, especializando-se. A organização econômica da vida social, a divisão do trabalho por ela exigida, reforçou esta especialização e promoveu o que se denominou a *alienação pelo trabalho*. Faz-se necessário rever o conceito trazido por Marx uma vez que, na atualidade, esse processo de alienação transbordou os limites da vida do trabalho, afetando a vida pública e privada, o estado e as instituições sociais, incorporando-se em todos os campos da vida humana e das relações sociais como um todo, ligado às novas configurações do mundo.

Para fazer frente a este transbordamento do conceito de alienação, tem-se que levar em conta que a vida humana é composta por conjuntos de complexidades que se relacionam e que não podem ser reduzidas apenas a aspectos econômicos, ou a qualquer outro elemento parcial destas mesmas complexidades. Tal alienação, estreitamente ligada à dificuldade para uma compreensão mais totalizante do mundo,

⁴⁰ Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, nos fala da modernidade líquida que, em substituição à modernidade sólida, possui a propriedade de não fixação no espaço e de não se prender ao tempo, provocando grandes mudanças em todos os aspectos da vida humana.

é acompanhada pelo descolamento da sociedade em relação às instituições, levando a um processo de questionamento e mesmo de dissolução destas instituições, de desprendimento das redes de pertencimento social, resultando em sociedades de aparência amorfa e homogênea. Tem-se no presente, em ritmo rápido de ascensão, uma produção da *indiferença moral*, ou seja, a *deslegitimação* dos preceitos morais, segundo Zigmunt Bauman (1998, p. 197). Esta é uma constatação que deve ser mais bem estudada entendendo-se que: “Na ordem de coisas construída pelo discurso sociológico, o *status* da moralidade é estranho e ambíguo. [...] assim, as questões do comportamento moral e da opção moral foram situadas aí em uma posição marginal, e recebem uma atenção apenas marginal”. (BAUMAN, 2010, p. 10).

Este e outros eventos em curso na modernidade precisam ser pesquisados e interpretados com a profundidade necessária. Deve-se buscar o seu entendimento e incorporá-los ao universo das pesquisas, nas universidades ou fora delas, para que sejam construídos *espaços de resistência* — ou pelo menos *espaços de compreensão* destes processos — para fazer face ao desmantelamento do que é humano e daquilo que o faz florescer, conforme entendido por Hannah Arendt. Na busca de explicações para tais questões, essa filósofa, no ano de 1966, em um colóquio denominado “A condição crítica da sociedade moderna”, nos fala que, se por um lado não se poderiam definir “padrões gerais” de explicação e muito menos “regras gerais” para aplicar aos erros que estavam sendo cometidos⁴¹, por outro era preciso não perder a capacidade de *pensar*. Segundo ela, os principais elementos humanos através dos quais devemos olhar o mundo são *a responsabilidade* e o *juízo* (ARENDRT, 2004, p. 45). Deve-se buscar compreender — para lutar contra — o significado da presente incapacidade de pensar nas sociedades modernas. *A responsabilidade* e o *juízo*, segundo Arendt, é que nos permitem a *consciência*, sendo o juízo uma espécie de atividade de equilíbrio, de busca do que é certo e do que é errado. A capacidade de pensar é a pré-condição do julgar (ARENDRT, 2004, p. 47). *A consciência* deve ser insistentemente buscada, pois é ela que nos dá alguma certeza para nos deslocarmos em um ambiente escorregadio e

⁴¹ Naquele ano, de 1966, havia uma crise política específica, a guerra do Vietnã, e por isso os cidadãos haviam se reunido para expressar sua preocupação com a política americana no Sudeste da Ásia.

fluido. Ter consciência é situar-se no mundo, buscar compreender as relações que importam. Na contemporaneidade, são tantas (qualitativa e quantitativamente) as relações que existem que, atordoados, não sabemos distinguir aquelas que constroem significados de algo novo ou do que nos eleva, daquelas que nos traem, aprisionando-nos sob o manto de seus objetivos mesquinhos, travestidos de virtude.

A dimensão tempo-espaço tende a nos conduzir a uma idéia de totalidade, que resulta da forma própria em que se dão as organizações sociais, lidando com a sua complexidade, com as relações entre as coisas, os seres e os homens. No entanto, o estudo desta dupla dimensão, tempo-espaço, nos remete à natureza problemática de outras duplas-dimensões como as que relacionam teoria e prática, filosofia e política ou o pensamento e a ação (ARENDRT 2004, p. 89). Esta dificuldade pode ser explicada, entre outras coisas, pela aproximação entre entidades de natureza diversa, ou seja, por mais imbricadas que estejam/sejam nos remetem (distanciamento) a universos imensos e autônomos. Por outro lado, estas entidades duplas têm mais condições, na medida do possível, de abarcar o mundo, de explicá-lo. Não se trata de buscar uma totalidade única; trata-se, isso sim, de abordar, naquilo que se estuda, a sua totalidade intrínseca. As correlações que definem e conformam esse objeto de estudo e que o contextualizam. Fernand Braudel construiu um Mediterrâneo que emergiu de um obscurantismo teórico, confuso e fragmentado, passando a outro patamar explicativo em que clareza e simplicidade — associados a uma pesquisa criteriosa — puseram em evidência vastos elementos que explicavam a sua identidade (do mediterrâneo), compondo um material teórico que passou, depois dele, a ser considerado óbvio.

Assim sendo, em um mundo favorável à fragmentação, tem-se o dever de buscar o que, no dizer de Braudel, é a “história à *contra-pelo*” (BRAUDEL, 2007), que visa reunir em suas explicações os elementos que alinhavam os fatos, lhes dão vida e auxiliam o nosso discernimento. É preciso conhecer também em que medida as experiências humanas estudadas buscaram renovar o mundo, engrandecê-lo. É nesse sentido que devemos entender a importância da pesquisa que ora se propõe, realçando nos trabalhos de Fernand Braudel e dos outros pesquisadores aqui destacados, os diversos modos de esclarecimento da vida do mundo. Estes exemplos nos ajudam a

estabelecer uma forma de *Vernunft* e nos servem de guia para enveredar no estudo de objetos de pesquisa pertinentes ao campo das ciências humanas.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIAS E HISTÓRIAS

FOCALIZANDO AUTORES, TRAJETÓRIAS E INTERPRETAÇÕES

*Todos os caminhos se comunicam.
Caprichos das invenções traçadas sobre o largo deserto geral.
Mas as construções se amontoaram,
Ladeando a passagem.
Daí, toda esta dificuldade de prosseguirmos.
Mas estou persuadida de que ir e ficar é o mesmo.
Não creio nos tempos.
Não creio nos lugares.
Não creio nas coisas.
Talvez em mim, unicamente e levemente.*

Cecília Meireles

Parte-se, aqui, por princípio, nessa espécie de preâmbulo ao segundo capítulo, de que parcelas substantivas referentes aos conteúdos disciplinares estão fora dos territórios disciplinares. Isso significa que, a despeito dos movimentos da ciência moderna — que se expressam através da construção política dos territórios disciplinares — sinalizarem para a edificação dos diversos campos do conhecimento, os limites interdisciplinares são artificiais.¹ Tal situação, em diversas circunstâncias, é bastante explícita. O caso da geografia e da história, no entanto, é emblemático. Tempo e espaço são de fato única categoria: espaço-tempo. Além disso, a história e a geografia são recortadas de único universo do saber de modo a constituírem territórios supostamente distintos, o que gera contradições e superposições. Pode-se afirmar que todo o grande esforço histórico de interpretação contém geografia. O inverso também poderá ser afirmado e, sobretudo, quando se trata da geografia humana. Finalmente, ainda ressalta-se o esforço de se pensar a história e a geografia juntas através da construção de certa disciplina: a geohistória. No entanto, ainda que não se desenvolva aqui o argumento, a denominada geohistória é, também, produto do pensamento disciplinar e é expressão consentida de que história e geografia estão apartadas; e, assim, somente poder-se-ia perceber a história na geografia (e a geografia na história) a partir desse campo: a geohistória.

Parte-se, aqui, ainda, de outro pressuposto: o de que há geografias; o de que há histórias. Antes de tudo porque as disciplinas são abstrações, pois — enfatiza-se — são feitas de limites artificiais.² Há geografias disseminadas por outros variados campos do conhecimento: economia, biologia, sociologia, antropologia e diversos outros. Há histórias disseminadas, também, ou diversos campos do conhecimento científico: economia, sociologia, antropologia, dentre tantos outros. Mas a geografia — e, particularmente, a geografia humana — não apenas se integra essencialmente à história como, politicamente, foi gestada no berço da história. Por sua vez, como imaginar a plenitude da história destituída da geografia?

¹ Cf. HISSA, 2002, 2008, 2009, 2011.

² Cf. TAVARES; HISSA, 2008.

Há quem possa afirmar que a geografia humana nasce, na Alemanha, no berço da antropologia, com Friedrich Ratzel.³ Trata-se de uma interpretação que muito interessa à discussão, pois a antropogeografia ratzeliana — e, conseqüentemente, a geografia ratzeliana — sempre esteve na classificação de Kant na antropologia.⁴ A geografia de Kant é geografia física. No entanto, a geografia de Ratzel é combatida especialmente pelos franceses e, particularmente, pelos historiadores da escola dos *Annales*. É Lucien Febvre quem dirá, a Paul Vidal de La Blache, qual será a geografia que se permite fazer sem invasões de outros campos. Não é sem razão, portanto, que é Paul Vidal de La Blache o personagem que, através do seu modo de pensar o mundo através da geografia, dissemina uma leitura da ciência geográfica a partir dos desejos da história e dos historiadores franceses. Ele próprio, Paul Vidal de La Blache, um historiador, dirá que a geografia é a ciência dos lugares, mas, como observa Cássio E. Viana Hissa (2005), para o geógrafo-historiador Paul Vidal de La Blache, os lugares serão sempre lugares físicos.

Historiadores e geógrafos são personagens que, nem sempre, construíram as suas formações em seus respectivos campos. Assim, por exemplo, Milton Santos, geógrafo, não iniciou a sua trajetória na geografia. O mesmo pode ser dito do historiador Caio Prado Júnior que, geógrafo, nasceu jurista como Milton Santos. O que dizer de outros como Sérgio Buarque de Holanda que, com a sua vasta interpretação do mundo, jamais deixou de ser geógrafo para ser historiador. A propósito, talvez seja tão apropriado quanto arriscado afirmar que o brilho do historiador mais completo jamais deixa de ser produzido pela sua condição de também geógrafo? O geógrafo, do mesmo modo, em sua plena leitura do mundo, não deixará de ser historiador. Há geografias e histórias. Entretanto, em cada uma delas, a presença híbrida na formação dos intérpretes do mundo apontam para a convergência e a ocupação da mesma fronteira.

Foram aqui selecionados alguns autores, pensadores, intérpretes do mundo que sempre estiveram ligados à história e à geografia. Entretanto, não se faz aqui algo que se aproxime da ideia de amostra. Pode-se até afirmar que as escolhas sejam arbitrárias

³ Cf. RATZEL, 1914.

⁴ Cf. MORAES, 1986.

e que contrariam princípios básicos da leitura mais rigorosa. Muitos autores, pensadores, obras não foram contemplados. O próprio Paulo Vidal de La Blache poderia ter sido abordado, posta a sua importância na disseminação do pensamento geográfico clássico e, principalmente, pelos seus vínculos com a escola dos Annales. Entretanto, assim como Vidal de La Blache, outros pensadores e intérpretes do mundo, não foram focalizados. A lista não é pequena. Vários deles nem são vinculados, explicitamente, à geografia e à história, mas são tão importantes quanto aqueles que foram selecionados para o desenvolvimento da presente pesquisa. É o caso, por exemplo, de Celso Furtado (1878, 1981, 1982), economista, mas tão geógrafo e historiador como foi Caio Prado Júnior. Outro: Eric J. Hobsbawm (1981), conhecido historiador, mas reconhecido como grande cientista social e, portanto, como historiador e geógrafo. Paul Singer (1973, 1976) poderia ser também trabalhado, na sua condição de sociólogo ou de economista, grande cientista social que jamais deixará de ser historiador e geógrafo. Além de todos esses, mesmo com a consciência plena de que muitos estão esquecidos pela seleção, mas, também, com a explícita intenção de não fazer da seleção uma categorização excludente — assumindo todos os riscos da iniciativa —, ainda há o nome de Henri Lefebvre.

Filósofo, pensador das epistemologias, dos métodos, intérprete da vida, leitor das cidades — ele próprio, um construtor do mundo urbano a partir da leitura que faz das cidades, um intelectual pleno, belíssimo escritor: o que mais poderá ser dito sobre ele? Dizer que é um cientista social parece minimizar o que de fato fez e as contribuições que encaminhou à leitura e à crítica. Entretanto, caso fiquemos com o referido rótulo, o de cientista social, Henri Lefebvre (1969, 1979, 1991, 2004, 2008) é sociólogo, urbanista, historiador, geógrafo, antropólogo, sem nunca deixar de ser filósofo. Com toda essas possibilidades de inserção, Henri Lefebvre tem sido bastante utilizado pela geografia como uma das referências. É uma utilização recente, mas fortíssima. Em algumas instituições, equivocadamente, o que tem sido feito é contrapor o pensamento de Lefebvre ao de Milton Santos. Não se trata apenas de um anacronismo, mas de uma descabida inadequação. Como é que poderíamos, por exemplo, pensar a oposição de Milton Santos a Ratzel? Como é que poderíamos pensar a oposição de Lefebvre a Sartre ou a Freud? Trata-se, pelo percebido, de uma oposição

que objetiva criar nichos de pesquisa na universidade — especialmente a brasileira — que se torna progressivamente fábrica de produção de linhas que incorporam personagens docentes e discentes em torno de causas e de pensamentos que, apenas aparentemente, são rivais ou distantes. Está aí, portanto, outro grande autor, de belíssimo traquejo literário, que poderia ser explorado por teses e estudos que, porventura, venham completar o presente modesto exercício.

Ainda: caso pensemos em estudo clássico, o próprio Friedrich Engels (1986) enriqueceria a lista e, com apenas uma de suas obras, nos diria o que é ser cientista social, jamais deixando de ser historiador e geógrafo. Além disso, os autores selecionados são discutidos de modo a articular o seu pensamento com outras referências. Portanto, não se trata de construir uma trajetória linear, mas buscar a compreensão de cada presença intelectual no seu contexto em que, também, estão vivas as influências e outros personagens da história do pensamento.

O que se tem, aqui, a partir das presentes considerações introdutórias, é uma interpretação possível diante de tantas outras que poderiam ser feitas — tantas quantas são as obras e os autores, geógrafos e historiadores, além de tantos cientistas sociais — acerca de entrelaçamentos envolvendo história e geografia. Entretanto, isso não é o mais importante. O que mais importa é que toda essa leitura deve ser compreendida à luz da contribuição de Fernand Braudel: um historiador que, cientista social, jamais deixou de ser geógrafo.

O presente capítulo tem o propósito de abordar, ainda que sumariamente, e apenas encaminhando sinais de que é preciso compreender a presença da história na geografia — e as *relações de constituição*⁵ entre os referidos campos — e de que tempo e espaço são única categoria. A compreensão de uma implica a compreensão de outra. Alguns intérpretes do mundo, geógrafos e historiadores, são aqui trabalhados: Marc Bloch, Lucien Febvre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Milton Santos. O objetivo é extrair de suas trajetórias, interpretações e contribuições teóricas, alguns sinais expressivos de modo a reforçar o argumento: há histórias e geografias e elas se entrecortam de modo a fazer, contraditória e paradoxalmente, caminho único e, do mesmo modo, uma formação que se completa com a presença de ambas.

⁵ Cf. HISSA, 2002.

2.1. Considerações teóricas

A partir da estrutura reflexiva — teórica e metodológica — criada por Fernand Braudel com a qual se decompõe o tempo histórico em temporalidades, pode-se dizer que a cada temporalidade corresponde uma espacialidade e que estas duas dimensões se dão concomitantemente, ou seja, de modo integrado: uma não existe sem a outra.⁶ Este é um ponto importante a ser explorado.

O *modo de pensar* — que pode ser compreendido como teoria e como método — encaminhado por Fernand Braudel não apenas permite que se perceba a presença da geografia no âmbito do exercício analítico de natureza histórica, mas, através dos argumentos que aqui se desenvolvem, permite encaminhar um *modo de pensar a geografia*. Não se trata de um método, no sentido empírico da palavra.⁷ Não se trata de uma metodologia originária da história a ser aplicada na geografia. Trata-se de recolher, desse modo de pensar a história (que incorpora a geografia), um modo de pensar a geografia. Por tal motivo é que se diz, desde o título do presente estudo: *aportes teóricos para a geografia* — através do foco a ser dado na dimensão espaço-temporal em Fernand Braudel.

Por outro lado, o recorte temporal não se pauta por uma cronologia lógica linear, como pode parecer, talvez, para alguns. As temporalidades da longa, média e curta duração convivem no presente; é no tempo presente e, a partir dele, que se volta o olhar para aquilo que foi constituído na longa, na média e na curta duração e que continuam se constituindo no tempo-presente:

Rabiscamos o movimento da história no presente. Será incompreensível dizer que somos, simultaneamente, passados, presentes e futuros vividos e imaginados? Digo todos os tempos no plural porque selecionamos momentos em todos os tempos. Assim, contextualizados, coletivamente, somos, de alguma maneira,

⁶ Está, aqui, novamente, a presença indiscutível da geografia nos interiores da história.

⁷ Para um aprofundamento acerca da discussão que envolve a questão do método, sugere-se, também, a leitura do estudo desenvolvido por Cássio E. Viana Hissa (2002).

portadores de passados, de presentes sobre os quais transbordam futuros. O nosso discurso parece ser invadido por um toque ficcional? Vivemos o futuro no presente? Os historiadores para que se percebam produzindo ciência, necessitam de distanciamentos temporais e, do presente, voltam os seus olhos para o passado. Assim, os historiadores convencionais percebem as transições. Entretanto, a arrogante percepção analítica, dita científica, também produzida por muitos historiadores, está sempre irremediavelmente amarrada ao presente. A imagem que construímos do passado é condicionada pelo que vivemos no presente. Portanto, penso a existência, apenas, da história contemporânea. Não me convence o referido distanciamento e, tampouco, frente a tais argumentos, me conformo com a impossibilidade, proferida por historiadores, de produzirem a história do presente. (HISSA, 2011, p. 258).

Esta é uma leitura que se pode desenvolver acerca da epistemologia da história; e, assim, dos seus métodos de interpretação. Ela está articulada às temporalidades de Fernand Braudel que se sobrepõem às espacialidades ou às territorialidades. Na mesma medida em que as temporalidades se distinguem, elas se dão e atuam no tempo-presente. O tempo-presente se dá na esfera do lugar, mas, no entanto ele é referenciado por esferas espaciais/temporais que se dão como círculos concêntricos em torno do lugar e que atuam sobre ele.

A convergência entre História e Geografia, dois campos disciplinares supostamente autônomos — que com a própria história da construção do pensamento científico também construíram distanciamentos a despeito das óbvias proximidades —, portanto, pode ser percebida ou compreendida a partir dessa breve menção que, por sua vez, não é uma metáfora: *o tempo-presente se dá na esfera do lugar; ou, o tempo-presente se dá no âmbito das territorialidades*. O tempo-presente é o lugar onde se faz a co-presença dos sujeitos, como observa Milton Santos (2008), assim como a vizinhança, a solidariedade e a possibilidade da comunhão — como potencialidades transgressoras e oponentes ao modo hegemônico de viver⁸ ou, mais precisamente, às racionalidades impostas pela ordem global. É assim, portanto, que o denominado tempo-presente dá-se nos *lugares-territórios*, onde existem possibilidades de compreensão história acerca de processos de transformação socioespacial.

⁸ Cf. HISSA (2009).

A referida convergência entre História e Geografia, entretanto, não se dá exclusivamente pelos motivos sublinhados. Trata-se, além disso, talvez, mais do que uma convergência. Há quem possa dizer que História e Geografia jamais poderiam ter sido apartadas? É certo que há a presença da Geografia Física que, além de promover uma cisão epistemológica no interior da própria Geografia, produz, certamente, alguns distanciamentos — referentes às distinções acerca da natureza dos objetos — entre a Geografia e a História. É certo, também, que a outrora ativa História Natural bem poderia, como no passado, testemunhar as possibilidades muito ricas, nesse campo, de entrelaçamentos envolvendo a Geografia e a História. Entretanto, na modernidade, nos espaços modernos construídos pela universidade, não existem, em profusão, possibilidades de reencontro entre conhecimentos científicos que mal se reconhecem no presente. Pelo contrário, são muito circunscritas ou limitadas as possibilidades de atravessamento interdisciplinar. Ainda assim, poder-se-ia afirmar que Geografia e História, ao longo do percurso construído pela ciência moderna, fazem alguns caminhos de proximidade. Mais do que isso, talvez, poder-se-ia afirmar que certas geografias e certas histórias, mais do que convergir, estão superpostas: tempo e espaço fazem única categoria. Como pensar a existência de uma sem a outra (quando, na modernidade, pensamos as duas em separado)?

Na contemporaneidade, tempo e espaço se apresentam de forma indissociável: é o que poderia ser dito, mas não é o que se confirma por meio do processo de fragmentação do conhecimento científico. Pelo contrário. O processo de parcelamento disciplinar obstrui a possibilidade de compreensão explícita do caráter indissociável envolvendo espaço e tempo — ainda que tal parcelamento, que diz respeito à construção dos limites entre disciplinas, como já se observa, seja artificial⁹ e um movimento que atende, principalmente, às demandas efêmeras de um mercado instável. Entretanto, talvez, seja mais acertada a presente síntese que se refere à questão: “não se podem definir os domínios da temporalidade moderna nem os da territorialidade dos tempos modernos”.¹⁰ Diante disto, faz-se necessário levantar as diversas questões que possam atuar por sobre o objeto definido, recortado. Para tanto,

⁹ Cf. TAVARES; HISSA (2011).

¹⁰ HISSA, 2010b.

em princípio, e em conformidade com os objetivos da presente pesquisa — uma leitura do *mundo dos tempos e dos espaços*, dentre tantas possíveis —, sirvo-me da interpretação fornecida por Fernand Braudel.

As temporalidades apresentadas por Fernand Braudel abrem novos caminhos — ou, talvez, mais precisamente, outros *percursos epistemológicos* — para a compreensão de um objeto. A noção das temporalidades nos informa sobre a consistência das coisas, dos nossos objetos. É a constatação de que para entendermos as ações humanas e o que delas decorre é preciso buscar a sua interpretação crítica e criativa, concomitantemente em suas origens remotas, em seus aspectos estruturais e em suas condições imediatas. Apenas uma pesquisa superficial e simplista poderia se ater à aparência primeira dos fatos, que não é de se desprezar, mas que explica muito pouco sobre o modo como eles foram engendrados e em que condições se estabeleceram. É preciso incluir, considerar, toda a diversidade de aspectos correlatos: geográficos ou espaciais, culturais, econômicos e políticos. A longa duração, pertinente às questões estruturais, explica as questões mais intrínsecas e definidoras de um objeto permitindo-nos conhecer a sua essência, aquilo que constitui a sua matéria mais profunda. Ela está relacionada a um tempo lento, em que as mudanças ocorrem gradual e lentamente.

A média duração, pertinente às questões conjunturais, econômicas e sociais, explica as questões constitutivas de um objeto à medida que ele se constrói na sua relação com o mundo em um nível afeto à vida material, à organização social do trabalho e à conformação do quadro institucional e cultural de uma sociedade. Ela está relacionada a um tempo médio, em que as mudanças podem ocorrer em porções de tempo que podem variar entre poucos e muitos anos. São, no entanto, mudanças de forte impacto sobre as sociedades trazendo novos arranjos culturais, econômicos e sociais.

A curta duração relaciona-se com o tempo individual e com o tempo presente dos acontecimentos. São manifestações daquilo que se engendrou na longa e na média duração sendo por elas explicadas. No entanto, a curta duração está ligada ao poder criativo de um ente social (indivíduo ou grupo de indivíduos), que efetiva uma ação, naquele momento estudado, na medida em que põe em prática uma vontade, que, em geral, é coletiva.

Retornaríamos, ainda, muito ligeiramente, às reflexões que se podem fazer acerca dos significados do tempo-presente: ele se dá nos lugares; ele se refere às temporalidades de curta duração. Talvez, essa relação possa ser mais explícita, aqui, entre espaço e tempo e, também, entre Geografia e História. Entretanto, ainda cabem reflexões a serem estendidas por meio de leituras, pesquisas e exercícios de caráter epistemológico de modo a explicitar as *relações de constituição*¹¹ entre Geografia e História — entre espaço e tempo, portanto — a partir do foco a ser encaminhado para as temporalidades de média e de longa duração. Como perceber e compreender a Geografia — espacialidades e territorialidades — a partir de temporalidades que não sejam as de curta duração, ou que não sejam articuladas ao tempo-presente?

2.2. March Bloch e Lucien Febvre

Sincronicidade¹² em Estrasburgo

Marc Bloch e Lucien Febvre deram início a uma prática historiográfica e a uma reflexão teórica até então inéditas no quadro do pensamento moderno. Suas pesquisas constituem-se em uma mudança de patamar quanto às escolhas, aos métodos e à abordagem dos objetos de pesquisa em ciências sociais. Sua importância se estende a muitos círculos de pesquisa mundiais, sendo reconhecidos por vários estudiosos do campo da história e das ciências humanas como um todo¹³. O modo de abordar o seu objeto — as sociedades humanas —, por sua vez, estabelece fortemente o contato com a geografia, que já vinha desenvolvendo, através de Paul Vidal de La Blache, uma escola

¹¹ Cf. HISSA (2002).

¹² Conceito elaborado por Carl Gustav Jung (2011) que aparece em uma publicação científica de 1929, e que se liga a um princípio “de conexões acasuais” que tem, no entanto, uma profunda relação e sentido.

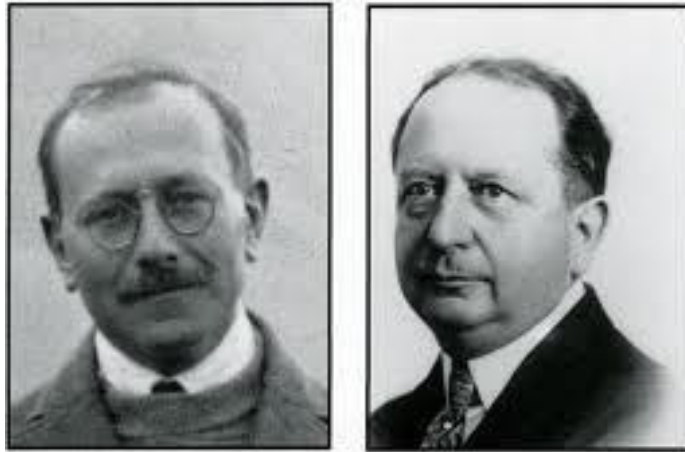
¹³ Emmanuel Lê Roy Ladurie, no prefácio ao livro *A Terra e seus Homens* de Marc Bloch, nos fala sobre um referendun realizado nos anos 80, no Departamento de História de uma grande universidade norte-americana, que tratava de saber qual tinha sido o maior historiador do mundo do século XX, e que a maioria dos votos caiu sobre Marc Bloch.

que irá marcar tradições importantes ao longo da formação do pensamento geográfico. Mas são diversos os autores que vinculam a geografia que se pôde fazer — descritiva e tradicional, e muito presa ao mundo físico — às influências sofridas por Vidal de La Blache no âmbito da Escola dos Annales, e às críticas de Lucien Febvre à geografia desenvolvida por Friedrich Ratzel. Um desses autores é Peter Burke (1997). Imagina-se que a geografia poderia assumir caminhos diferentes, caso não experimentasse, através de Vidal de La Blache, a influência da Escola dos Annales — expressão relativamente corporativista de uma história que não desejava a concorrência ou a superposição. O historiador que mais influenciou a geografia lablacheana foi mesmo Lucien Febvre.

Vindo por trajetórias de vida distintas, Marc Bloch e Lucien Febvre, encontram-se na Universidade de Estrasburgo para lecionar. Fundam a *Revista dos Annales*, em 1928, dando espaço a uma nova forma de produzir o conhecimento histórico. Outro historiador que irá influenciá-los é Fustel de Coulanges, professor e pesquisador da antiguidade clássica e de história medieval que irá tratar das crenças, do papel da religião na política social, do direito e das instituições da Grécia e de Roma e da sua importância na evolução daquelas sociedades. Publicou em 1870 um estudo intitulado “*L’Alsace est elle Allemande ou Française*” que teve grande repercussão nos meios acadêmicos da Europa. A obra de Fustel de Coulanges será pioneira quanto à inclusão de novos temas nas pesquisas em história, e será também um marco, para não dizer uma revolução, nos métodos de pesquisa em relação ao que havia. Fustel de Coulanges, que viveu de 1830 a 1889, irá deslocar-se para as regiões de estudo, participando em escavações e nos levantamentos documentais de época a fim de se munir de fontes materiais, documentais e iconográficas de um modo inaugural. Outro importante professor e pesquisador que também teve grande influência sobre Marc Bloch e Lucien Febvre foi Henri Pirenne.

Henri Pirenne foi um historiador belga que se inclinou para o estudo da Idade Média, tendo escrito o famoso livro intitulado *Mahomet e Charlemagne*, e elaborado sua famosa tese conhecida como a “Tese de Pirenne” em que contesta o início e a duração da Idade Média relacionados à queda do Império Romano. Para ele, os Bárbaros não destruíram o Império, mas, pelo contrário, romanizaram-se. A invasão muçulmana da península Ibérica é a que propõe um verdadeiro início do período medieval. Os

muçulmanos invasores possuíam uma civilização mais desenvolvida que a europeia e, adotando uma estratégia de fechar o mar mediterrâneo à navegação, transformaram a Europa eminentemente marítima em uma Europa continental. Isto reduziu enormemente a sua riqueza favorecendo o surgimento dos feudos. A sua presença definiu uma nova correlação de forças na Europa e pôs em confronto os muçulmanos e os cristãos — acentuando-se cada vez mais a intolerância entre estes grupamentos humanos. Esta questão será retomada mais adiante por Lucien Febvre que a partir dela irá desenvolver e aprofundar seus estudos sobre a gênese da civilização europeia. É de Marc Bloch a afirmativa sobre Pirenne de que “é necessário repetir o valor das qualidades que fazem cada uma das obras do grande sábio belga, desde sua aparição, no sentido próprio das palavras, um clássico da literatura” (FEBVRE, 2004, p. 87). Henri Pirenne irá escrever também uma história da Bélgica em que nela ele apresenta uma visão distinta daquela que prevalecia até então, incluindo temas e estudos mais aprofundados que revelaram novos aspectos até então não estudados. Trata-se, portanto, de reconhecer em Henri Pirenne sua importância como um historiador que ampliou os campos de pesquisa da história interessando-se por questões até então desconhecidas ou não pesquisadas, por serem desconsideradas como objeto de estudo para os pesquisadores de então. Lucien Febvre (2004) presta uma homenagem a Henri Pirenne dizendo que ele escreve uma história da Europa “em condições emocionantes”, assim como Braudel, escreve de memória, sem livros e sem fichas, quando se encontrava em uma residência vigiada na Turíngia. Por tudo isso, Henri Pirenne será uma das grandes referências para Marc Bloch e Lucien Febvre quanto aos modos de encaminhar uma pesquisa e de se tratar os objetos históricos.



Marc Bloch e Lucien Febvre

A questão da Alsácia — Alsace/Elsass

A cidade de Estrasburgo se insere na região da Alsácia da qual é considerada a capital, sua principal cidade. A região, ao modo da longa duração, encontra-se situada entre a França e a Alemanha, sendo esta uma região cuja especificidade histórico-geográfica marcará profundamente a trajetória de Marc Bloch e Lucien Febvre. Do ponto de vista da sua geomorfologia, a região da Alsácia pode ser entendida como tendo basicamente duas formas geomorfológicas, uma definida pela cadeia de montanhas denominada Vosges e a outra definida pela planície que se estende ao lado oeste do rio Reno. Na paisagem original, que remonta à era Terciária, os Vosges juntamente com a cadeia diametralmente oposta ao rio Reno denominada Cadeia da Floresta Negra (no lado da Alemanha) conformavam um vasto conjunto rochoso que foi dividido em um momento posterior em dois maciços pela formação da “falha Renana” formando a planície Renana, o vale do Reno. Esta nova conformação criou uma outra unidade geomorfológica onde o rio Reno tem um caráter de integração e não de divisão.

Em seu trabalho secular, o rio conformou a própria planície¹⁴, tornou-a fértil, e para ela acorreram os homens, criaram cidades, ali se sedentarizaram. O rio é veículo de transporte, meio de contato entre pessoas e coisas que por ele trafegam. As duas margens possuem uma mesma identidade geográfica, cultural, econômica, trabalham solidárias e se complementam. Por outro lado, a cadeia de montanhas afasta esta planície do outro lado, atrás da montanha — ela é um limite natural. Essa questão, como nos fala Cássio E. Viana Hissa, também nos faz pensar “nas naturezas dos limites no espaço e no território” (HISSA, 2002, p. 37). O espaço é aquele que tem limites originais, de uma natureza em si, fora da cultura e o território é aquele cujos limites são definidos politicamente, pela ação humana. Esta unidade geográfica explica em parte a questão da indefinição geopolítica desta região, a definição do território se choca com a do espaço, estabelece-se então um campo de tensão, de equilíbrio bastante frágil, comprovado pela sua história instável e de difícil apreensão.

Habitada por tribos nômades na pré-história, em 1.500 a.C. estabelecem-se os povos Celtas; em 58 a.C. a região é invadida pelos romanos que ali fundam um importante centro de viticultura. Os Vosges e o Reno definem a fronteira natural do Império, e para além dela, localizam-se povos agrícolas, tribos germânicas, denominados Alamanos¹⁵. A região é posteriormente ocupada pelos Francos que expulsam os Alamanos no século V. Nos tempos do Império Romano a cadeia dos Vosges se constituiu em um limite natural do Império. Após a queda do Império Romano é formado o Sacro Império Romano-Germânico¹⁶, que terá uma grande duração iniciando-se na Idade Média, Séc. VIII, atravessando toda a Idade Moderna e alcançando o início da Idade Contemporânea¹⁷. Em 1648, como resultado do tratado de

¹⁴ “A planície é o rio. Ela não existe sem a sua presença recortante, líquida e paciente. Em seu trabalho secular, o rio é veículo de transporte. Carrega partículas menores nas estações secas; abandona as maiores nas curvas mais lentas do conjunto de seus meandros” (HISSA, 2002, p. 23).

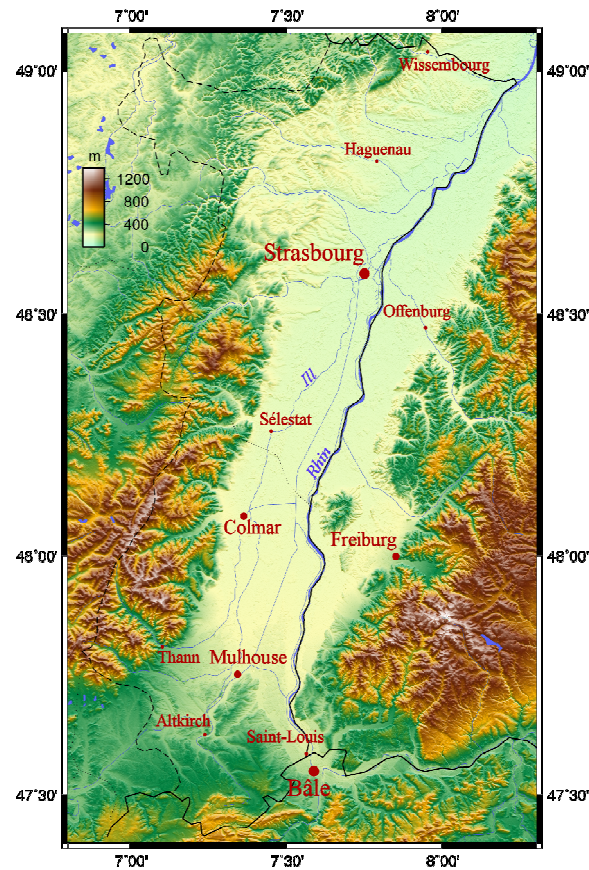
¹⁵ Os povos *Alamanos* falavam uma língua a partir da qual derivou o dialeto *alsaciano* ainda hoje praticado naquela região.

¹⁶ Carlos Magno é considerado o primeiro imperador do Sacro Império Romano Germânico, em 800. Este foi a união de territórios da Europa central, congregando diversos principados, ducados e cidades-livres em seus domínios.

¹⁷ O escritor Goethe viveu sob o domínio deste império ao qual dedicou grande parte de seus interesses. Expressando a hipocrisia em que se assentava o Sacro Império já ao fim de sua existência, Goethe escreve na peça Fausto um questionamento sobre o que ainda mantinha

Vestfália, a França incorpora a Alsácia. A partir desta data, o território passa a ser objeto de disputas dos Estados-nações então criados em 1870, com a guerra franco-prussiana, tornando-se parte do território do Estado da Alemanha (Tratado de Frankfurt-1871). No final da primeira guerra, com o Tratado de Versalhes a Alsácia é reincorporada à França. Na ocupação alemã, a partir de maio de 1940, o território francês passa a ser dominado pela Alemanha e apenas em 1944, com o fim da guerra, é restabelecida e organização político-administrativa dos estados envolvidos de modo que a Alsácia volta a ser território francês. Estas questões intervieram diretamente na formação dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre assim como na própria definição de seus destinos. Marc Bloch, de origem judaica e militante da resistência francesa, foi morto, fuzilado, aos 58 anos, em Saint Didier de Formans, onde havia sido feito prisioneiro. A situação de guerra e as decorrências dela advindas fizeram com que Lucien Febvre se empenhasse, mais do que nunca, no objetivo de compreensão do homem e para alcançá-lo buscou o caminho da interdisciplinaridade.

aquele Império unido. Voltaire também teria dito em um de seus ensaios que o Império não era nem sagrado, nem romano e muito menos um império (a cidade de Roma jamais pertenceu a ele).



Mapa com relevo da Alsácia: Vosges, planície renana e Floresta Negra

Marc Bloch: a terra e seus homens

Marc Bloch é considerado um dos grandes historiadores contemporâneos, destacando-se, inclusive, por abrir novos horizontes para os estudos sobre o feudalismo. Foram publicados em vida os livros *Os Reis Taumaturgos*, em 1924, *As Características Originais da História Rural Francesa*, em 1931 e *A Sociedade Feudal*, em 1939. Após sua morte — que se deu em 1944 — foram publicados *A Estranha Derrota*, em 1946 e *Apologia da História*, em 1949. Toda a sua obra é pautada por um esforço para se buscar a totalidade da vida humana pela inclusão da dimensão espaço-temporal na explicação dos processos históricos. Esta visão inovadora, por outro lado, tinha lastro no trabalho de outros historiadores que o antecederam e que foram precursores de um modo de se compreender o “ofício do historiador” (BLOCH, 1945) como uma busca de

totalidade sob a qual se organiza a vida social humana. Foram eles responsáveis por avanços parciais, mas que, no entanto, foram fundamentais e necessários para que fosse realizado um esforço de síntese quanto ao conhecimento dos modos de organização da vida humana. Pode-se construir o início da vitalidade intelectual de Marc Bloch a partir do exemplo retirado da sua família, realçando-se a importante presença de seu pai, Gustave Bloch (*1848 +1923), na sua formação de historiador.

Gustave Bloch foi um grande pesquisador de história antiga e de arqueologia e professor de história romana na Universidade de Lyon, *École Normale Supérieure* e na Faculdade de Letras de Paris. Gustave Bloch, em sua aula inaugural anunciou sua adesão a uma nova doutrina de história clássica:

a reconstituição da realidade do passado (la réalité disparue) deve explorar todos os tipos de testemunho; ela demanda um energético exame dos textos e monumentos e uma persistente comparação entre ambos. Este labor exige diversas e raras qualidades: um exato e completo conhecimento dos fatos, uma amplitude de visão que além dos fatos, descubra as razões, uma sensibilidade capaz de distinguir estilos e épocas, uma imaginação que reproduza os sentimentos de um outro tempo, e que tenha a fineza de perceber as mais sutis nuances... (FINK, 1991, p. 7)

Tendo feito estágios em Roma e em Atenas, Gustave Bloch foi fortemente influenciado pelas pesquisas de Fustel de Coulanges (*1830+1889) que foi um historiador cuja prática historiográfica ampliava os campos de estudo da história e, em especial, atentando para o importante papel da religião e das crenças para a política social e sua evolução. O historiador Fustel de Coulanges (*A Cidade Antiga*, 1864) realça a importância da vida cotidiana na conformação das estruturas sociais e políticas da antiguidade e, assim, abre um novo caminho para o estudo e o conhecimento das sociedades daquele período. Ao mesmo tempo, ele levanta aspectos relevantes para a historiografia até então subestimados e que hoje têm sido frequentemente valorizados. A própria *História das Mentalidades*, prática historiográfica que deve o seu nascimento à *Escola dos Annales*, pode ter a sua origem relacionada às pesquisas realizadas por Fustel de Coulanges. A percepção da importância da vida cotidiana remete inevitavelmente à percepção da espacialidade da vida. A organização social está relacionada ao modo como se dão as ações humanas indissociavelmente ligadas ao espaço geográfico. Toda

atividade humana, mesmo a mais abstrata como o próprio pensamento, nos remete à concretude e materialidade da vida, aos lugares de experiência humana, seja às divisões agrárias para o cultivo do alimento, seja aos lugares para os cultos religiosos, aqueles para habitar, sendo todos estes espaços de construir laços de sociabilidade que estruturam as sociedades humanas. Portanto, pode-se estabelecer uma espécie de genealogia da *história nova* que vinha sendo colocada por Marc Bloch a partir de elementos advindos das pesquisas de Fustel de Coulanges, mas que, no entanto, não partiam para uma síntese histórica assim como será a proposta colocada pela *Escola dos Annales* mais adiante.

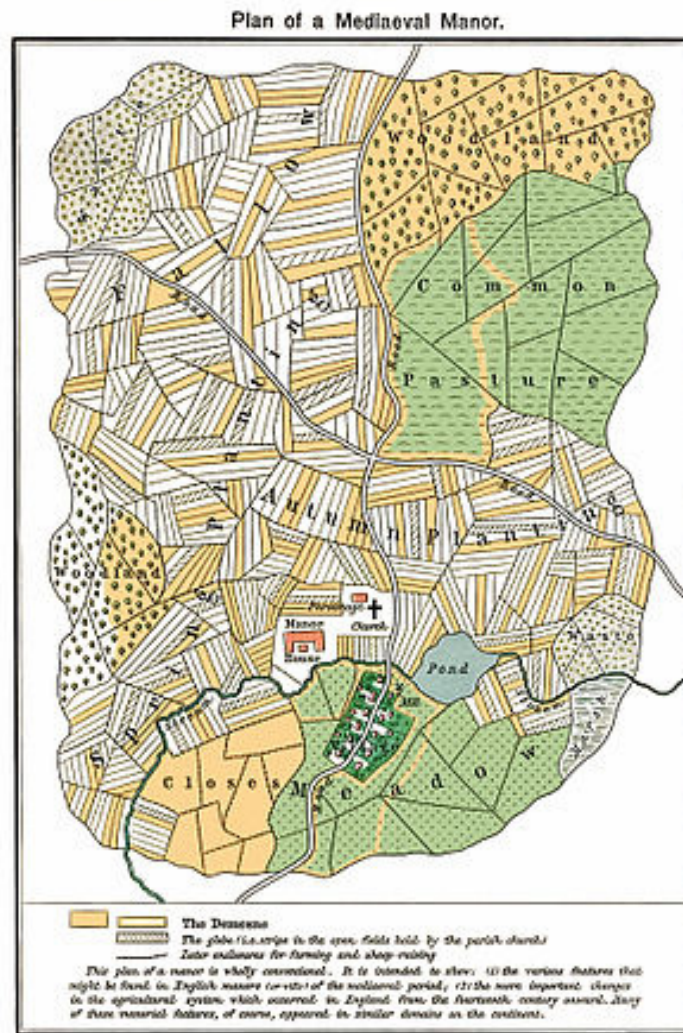
Marc Bloch será um historiador que, segundo o dizer de Emmanuel Le Roy Ladurie, irá “desviar a atenção de seus colegas da consideração dos acontecimentos do curto prazo para voltar-se para a reflexão sobre as estruturas; reflexão também sobre a longa duração” (BLOCH, 1999, p. 9). Ou, como disse o Sr. Pierre Toubert, a respeito do livro de Bloch, em seu prefácio à última edição da obra, *Les Caracteres Originaux de L’histoire Rurale Française*, o livro é “uma via de acesso maior à história rural francesa”. (BLOCH, 1999, p. 25) Marc Bloch havia tido contato com a cultura alemã quando da sua estada em Leipzig e Berlim (1908-1909), e por lá teve acesso à ideologia darwiniana e à obra de Karl Lamprecht, familiarizando-se assim com a história econômica que se desenvolvia na Alemanha. O seu interesse pela história agrária foi em grande parte ampliado pelas pesquisas de historiadores alemães que estudavam as técnicas agrícolas descrevendo as lavouras e a utilização da charrua¹⁸ e dos arados durante a alta Idade Média. A esta altura, é de grande importância a influência da escola geográfica francesa através de Vidal de La Blache, simultaneamente agrária e cidadina (BLOCH, 1999, p. 13). Esta “geografia” fez com que os jovens historiadores se interessassem pelas subestruturas materiais e geohistóricas do passado camponês. Marc Bloch fazia críticas a uma historiografia detalhista, descritiva, apegada aos fatos políticos e de cronologia precisa, estes aspectos eram certamente meritórios, mas Bloch não se identificava com este tipo de abordagem; para ele, era necessário “tomar a

¹⁸ Considerado um avanço tecnológico do período medieval que possibilitou o aumento da produção agrícola. Era um aparato de tração animal, (em geral dois bois ou cavalos) cuja peça essencial, a ralha, tinha a função de rasgar o solo com o fim de revolvê-lo e afotá-lo.

medida de um fluxo de vida, encontrar a unidade de impulsão de uma época; em poucas palavras, delimitar o *Zeitgeist*¹⁹. (BLOCH, 1999, p. 14) Para ele, uma cronologia essencialmente política não tinha sentido para os domínios da história da arte, da cultura, da agricultura dentre outras. Ao se debruçar sobre a história agrícola, Bloch o faz de modo a buscar os processos de fundo que segundo ele definiam a sociedade feudal, pesquisando os progressos da rotação trienal, os aperfeiçoamentos da charrua de rodas, fatos materiais que transcendiam os marcos fronteiriços das datações (BLOCH, 1999, p. 15). Segundo Ladurie, havia também em Bloch, desde sua juventude, “um gosto pronunciado pela universalidade do saber, pela pesquisa interdisciplinar e mais genericamente pela síntese entre os diversos ramos do conhecimento, quer se tratasse das ciências *moles* (ciências sociais) ou *duras* (ciências naturais, física)” e das interações entre esses dois campos. (BLOCH, 1999, p. 15) Marc Bloch participa da guerra de 1914-1918 e ao retornar se torna professor na universidade de Estrasburgo, recém recuperada pela França da Alemanha. Como professor, Marc Bloch tinha o hábito de passear com seus alunos alsacianos ao longo de passeios geográficos, ao modo aristotélico, mostrando os *openfields*²⁰ alsacianos, com suas pequenas parcelas em forma de teclas de piano ainda remanescentes. Vê-se que a história, aqui, também, incorpora práticas geográficas de caráter técnico e metodológico — tanto na pesquisa quanto no ensino.

¹⁹ Significa o espírito de uma época, de um tempo, ou seja, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo numa certa época. O termo foi usado por Johann Gottfried Herder, como tradução do latim *genius seculi*, mas ficou conhecido à partir da sua utilização por Hegel em sua *Filosofia da História*.

²⁰ Sistema agrícola de campo aberto que prevaleceu em grande parte da Europa na Idade Média. Eram tiras cultivadas por famílias individuais, com cerca de 200 m de largura. Por serem muito caros, os equipamentos e os bois eram compartilhados entre as famílias de uma aldeia. A partir do século 12, os campos abertos foram sendo substituídos pelos campos particulares.



Desenho que ilustra os *openfields*, os campos abertos da Inglaterra

Marc Bloch pesquisara as plantas parcelares através de pesquisas em arquivos principalmente nos arquivos de Moscou, Leipzig e Berlim e em Montpellier, Haute-Vienne e de Creuse. Ele as retira do obscurantismo e as eleva à categoria de documentos históricos, de fontes primárias de grande valor para os historiadores. A partir da influência de Antoine Meillet (*1866-+1936), lingüista estudioso de gramática comparada e Henri Pirenne (*1862-+1935), historiador belga inovador na abordagem sobre as origens e duração da Idade Média, Marc Bloch vai se interessar pela história comparada, estudando assim na história agrária, as correlações entre as *enclosures* na Inglaterra e os *bocage* cercados dos normandos e dos bretões na França ((BLOCH, 1999, p. 18).

Outros aspectos estudados por Marc Bloch denotam um aprofundamento da pesquisa quanto à apreensão da importância de se medirem as porções de terra na época medieval. Esta pesquisa empreendida por ele nos leva a esclarecer pontos obscuros do conhecimento adquirido sobre aquele período e nos faz “descobrir” novos ângulos de visada da sua história. Por outro lado, ele indica problemas de pesquisa quanto às medidas, às quantidades e às suas unidades de mensuração afirmando que estes estudos deverão ser aprofundados caso se queira adentrar em uma análise da vida regional, seja para o historiador como para o geógrafo. Tem-se como exemplo a medida do “pé real” que no Antigo regime era uma das medidas de comprimento mais difundidas, derivada do sistema métrico introduzido por Carlos Magno e que demonstra uma necessidade de padronização que atendia a um desejo de unificação favorável ao desenvolvimento do comércio. Os mapas cadastrais pesquisados por Bloch demonstram também sua preocupação com a documentação dos sistemas de divisão de terras como, ainda, revela uma importante fonte de conhecimento daquela realidade — uma vez que uma realidade material se encontraria reconstituída em um desenho, as plantas parcelares, fiel à sua realidade concreta. Ele irá fazer o estudo dos mapas e dos *compoix* que seriam segundo ele “verdadeiras matrizes cadastrais” (BLOCH, 1999, p. 35).

Marc Bloch teve todo o interesse em instigar as pesquisas ao tema das plantas e dos cadastros sendo que, já no primeiro número dos *Annales*, lançou uma grande enquête sobre a questão; e isso fez com que a direção nacional dos Arquivos saísse à procura de documentos mandando buscar e reunir numerosas plantas que se encontravam em diferentes depósitos, conduzindo assim a novas “descobertas”. Ele próprio havia recolhido e arquivado uma grande coleção de reproduções de antigas plantas parcelares senhoriais e pensava em colocá-las à disposição dos pesquisadores.

Lucien Febvre: gênese de uma idéia nova

A obra *A Europa, gênese de uma civilização* de Lucien Febvre é aqui abordada por se tratar de um dos momentos em que a questão *geohistórica*, ou seja, a constatação da espacialidade das coisas emergiu em toda sua plenitude. O livro publicado após a sua morte em 1999 fora escrito em forma de aulas que foram proferidas entre 1944-1945 no *Collège de France*, onde Febvre era professor na cadeira de *História das Civilizações* desde 1933 (FEBVRE, 2004, p. 19). O interesse pelo estudo da Europa era compartilhado por Lucien Febvre e Marc Bloch, sendo que o primeiro tratará principalmente dos períodos compreendidos pelos séculos XV e XVIII, Europa moderna e contemporânea e o segundo dedicava suas resenhas à Idade Média européia. Assim publicaram diversos trabalhos, artigos e resenhas, nas revistas de Henri Berr e na revista dos *Annales*. Ambos tinham um projeto de ensino de “história comparada das sociedades européias” (FEBVRE, 2004, p. 21) que não pode ser realizado.

Lucien Febvre estrutura o seu curso falando sobre a gênese, a articulação do mundo mediterrâneo e do mundo nórdico e sobre os aspectos psicológicos envolvidos. De início, Febvre busca definir a Europa, esclarecendo que não chama de Europa uma divisão geográfica; tampouco tratará de uma raça européia, pois, ao contrário disso, a Europa é prodigiosa nas diversidades étnicas e não possui uma “formação política definida, reconhecida, organizada, dotada de instituições fixas e permanentes” (FEBVRE, 2004, p. 35). Ele irá chamar de Europa, simplesmente, uma unidade histórica, “incontestável, inegável, feita de diversidades, de pedaços, de entulhos arrancados de unidades históricas anteriores, elas mesmas feitas de pedaços, de entulhos, de fragmentos de unidades anteriores” (FEBVRE, 2004, p. 35).

Para Febvre, a Europa não se define por limites geográficos e sim por movimentos que ele chama de correntes e que “não param de atravessá-la” (FEBVRE, 2004, p. 35), que são de toda natureza: correntes políticas, correntes econômicas, correntes intelectuais, científicas, artísticas, espirituais e religiosas. Estas correntes atravessam espaços de composições diferentes, “encontrando obstáculos que em seu trajeto elas penetram ou contornam, se diversificam, se ramificam, se separam para se reunir” (FEBVRE, 2004, p. 37). Ressalta que a unidade européia não é uma

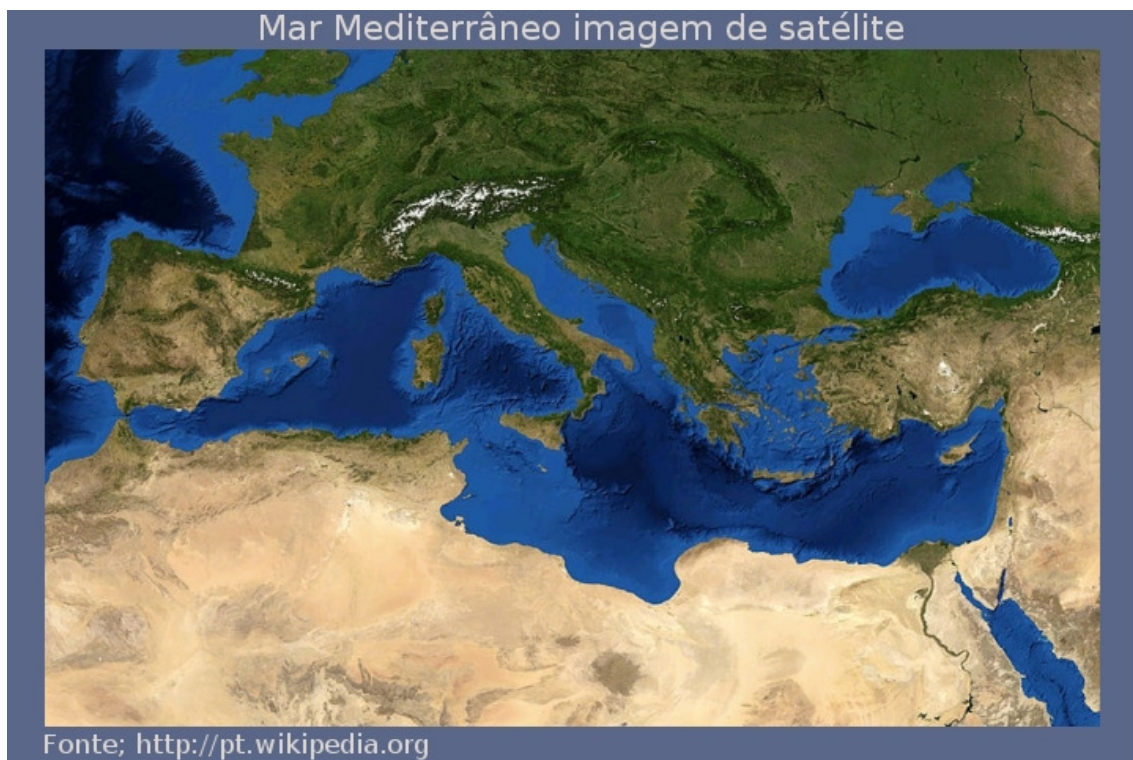
uniformidade; segundo ele, “o capítulo das dessemelhanças é tão importante quanto o capítulo das semelhanças” (FEBVRE, 2004, p. 35). Compara as formações das cidades, percebendo as suas diferenças, ora grupamentos uniformes, como a cidade nórdica, ora arranjos específicos, característicos, como os grupamentos da Provença ou da Toscana (FEBVRE, 2004, p. 36).²¹ Para ele, a constituição da Europa se dá pela lenta fusão de elementos originários de dois mundos, um mundo mediterrâneo e um mundo nórdico (“de maciços e planícies”) que são partes de um mesmo universo histórico e cultural. Para Lucien Febvre, a história faz-se da terra, mas não apenas dela; vai para além dela. Para ele “a história não se faz através de espaços mais ou menos extensos, através de espessuras maiores ou menores de duração. A história também se faz na cabeça dos homens, a história, ciência do homem” (FEBVRE, 2004, p. 38). Mais adiante, Febvre nos fala do nascimento da noção de Europa e remonta ao Helenismo, à “tomada de consciência” (FEBVRE, 2004, p. 61) pelos gregos de uma realidade que se impunha. Para Febvre (2004, p. 62), a Grécia “inventou a Europa”, mas tomando-se as cidades fundadas pelos gregos, lançando-as no mapa do mundo, vemos que o mundo grego incluía regiões do que hoje se chama Europa, das costas da Ásia, no entorno da Ásia menor e nas costas da África. Girava em torno de um Mediterrâneo “ainda parcial, fragmentado” (FEBVRE, 2004, p. 62), mas que, a partir dele, influenciaram o mundo, o humanizaram e fizeram florescer uma espessa cultura, intelectualizada, pensante. Para Febvre o helenismo é ao mesmo tempo um obstáculo e um suporte para uma civilização europeia, herdando dos gregos, inclusive, o seu vocabulário filosófico e científico. Ao tratar da civilização mediterrânea, Lucien Febvre constrói uma imagem da terra, do clima engendrando um sentimento, dizendo:

(...) o Mediterrâneo é a luz, a pureza de um céu absolutamente azul refletindo-se sobre um mar absolutamente azul; é a limpidez: o menor acidente percebido com um vigor espantoso, a léguas de distância; é a segura ventilada: são os ventos locais varrendo o céu e a terra colaborando com o sol numa obra de saneamento; é o calor, mas não excessivo, não de tal forma que esmague o organismo humano... E que a claridade a limpidez, a segura, o calor ventilado possam criar

²¹ Do mesmo modo, destacando as diferenças Marco Pólo escreve seu diário de viagens à Ásia, denominado *Le livre du devisement des diversités*. Diversidades e não semelhanças, esta palavra explica sua múltipla experiência, suas vivências.

um meio, que as queixas e as preocupações as ações desse meio tomem aspectos e qualidades particulares, que se possa realmente falar dessa alguma coisa de sóbrio, de delicado, de seco, que caracteriza as paisagens mediterrâneas; que essa sobriedade, essa delicadeza, essa secura desliza no espírito dos homens, em suas criações, em suas maneiras de ser. (FEBVRE, 2004, p. 68)

Por outro lado, ele nos fala que não podemos dizer que a civilização mediterrânea é filha da *natureza* mediterrânea. Ela é também um produto desta civilização, e que o homem “faz e desfaz”, ou seja, a própria natureza é “filha do homem, criação do homem” (FEBVRE, 2004, p. 70).



Lucien Febvre segue adiante à procura do que irá caracterizar a Europa feita de grupos humanos capazes de criar e de partilhar uma civilização europeia. A noção de Europa para ele é dada pelo Mediterrâneo, visto não apenas como um mar, um espaço líquido, mas também como um Mediterrâneo sólido, um mundo mediterrâneo terrestre que cumpre um papel muito importante na conformação de uma unidade, de um conjunto que é dado pelo “diálogo entre os espaços sólidos e os espaços líquidos”

(FEBVRE, 2004, p. 74). O Império Romano era uma primeira idéia de uma “administração regular” (FEBVRE, 2004, p. 79), que propôs, num primeiro momento a *pax romana*, o fim das lutas entre povos, o Império protegendo contra os bárbaros, respeitando os *limes*²². A civilização romana era “uma civilização material abundante em elementos diversos e que se encontrava em toda parte, da beira do Reno às margens do Saara,” (FEBVRE, 2004, p. 79), unificada por uma língua comum²³. Para Febvre, Roma traçou os “mapas do nosso mundo” (FEBVRE, 2004, p. 80) pela rede de estradas pavimentadas que criou e pelas cidades, estratégicas e mercantis, que fundou ao longo de todo o Império. Um fenômeno cultural que para Febvre

(...) fazia com a organização de suas províncias, o leito temporal do cristianismo. Não preparou ela com sua tolerância, com sua aceitação fácil de todos os cultos e de todos os deuses, o meio de onde surgir, do seio das religiões de salvação, aquela que tomará por capital, a própria capital do Império desaparecido, aquela Roma dos César, fará suceder a Roma dos pontífices? (FEBVRE, 2004, p. 81).

Lucien Febvre passa à explicação do Magreb, único lugar onde a civilização romana não teve continuidade embora dela tivesse feito parte. Esta explicação geohistórica a não mais poder merece destaque nesse momento. Esta região da África do Norte — o Magreb — terra de Santo Agostinho, Marco Aurélio (retórico romano) e outros importantes representantes do mundo romano e cristão, islamizou-se. Segundo Febvre o Magreb é uma chave entre dois *mares*: o Mediterrâneo e o Saara. De início o mar mais intransponível é o Saara, no dizer de Febvre “nenhuma invasão nunca veio do deserto...” (FEBVRE, 2004, p. 82) e o mar Mediterrâneo é considerado fácil. Mas o que era anteriormente fácil, o Mediterrâneo, torna-se “difícil de atravessar, pela insegurança, pirataria e decadência marítima e o outro, antes difícil, torna-se fácil pelo camelo²⁴ (...) que é uma ponte através do deserto” (FEBVRE, 2004, p. 82). Assim, a travessia do deserto faz a ligação da África do norte com o restante da África, separando-se radicalmente da Europa.

²² O *limes* era o limite, a fronteira ou muralha definindo o Império Romano.

²³ O latim era língua viva até o século XVII e dele derivaram a maior parte das línguas faladas na Europa.

²⁴ Em 363, um general romano exigia da *Leptis Magna* (Trípoli) 4.000 camelos.

Para explicar o momento em que se pode chamar de Europa aquele espaço geohistórico estudado, onde já haviam se juntado e constituído os elementos que a fundaram, Febvre evoca Marc Bloch²⁵ e reafirma que a Europa se compõe quando o Império romano se desfaz. A feudalidade é a nova ordem que se estabelece na Europa, um modo de organização política recortado e retalhado. Diante da desunião política, para não perecer, a civilização europeia irá recorrer à religião. A idéia de Europa, de civilização, será dada pela Igreja.

Importa lembrar que ao dizer “a Europa surgiu quando o Império romano desmoronou” deve-se ter o pressuposto da duração do tempo, o lento declínio do Império e a lentidão com que a Europa surgiu. Assim, é preciso entender que a chegada dos bárbaros, que se estende do século terceiro ao século quinto, com o estabelecimento dos Vândalos no Norte da África, dos Visigodos na Aquitânia e na Espanha, dos Ostrogodos na Itália, faz parte do processo de desintegração do Império romano. Mas, também faz parte dessa desintegração a conquista árabe, no limiar do século sétimo, ocupando a Síria (634), o Egito (640), a África (643) e a Espanha (711). Instala-se no Mediterrâneo uma religião oposta aos costumes dos cidadãos do Império, o direito romano é substituído pelo direito muçulmano e uma nova língua, a árabe, substitui a língua grega e latina. A partir do século quinto nasce então o Império *merovíngio* que inicia uma espécie de obra de unificação da Gália e que será sucedida pelo Império *carolíngio*. Este, sim, amplia sua área de influência e seu sistema e estrutura serão a base do que virá a ser Europa; segundo Febvre, será “o primeiro formato válido àquilo que chamamos de Europa (...) um mundo cujo sistema circulatório é o Mediterrâneo” (FEBVRE, 2004, p. 103). O Império *carolíngio* é a primeira forma política de um novo mundo e seu território vai dos Pirineus ao rio Elba, estendendo-se sobre todas as regiões que reconhecem o poder do papa de Roma como a verdadeira Igreja (FEBVRE, 2004, p. 105)²⁶. Para Febvre, o Império *carolíngio* é um

²⁵ Em 1935, Bloch escreve na Revista dos Annales o artigo “A Europa surgiu exatamente quando o Império romano desmoronou”.

²⁶ Em 800, Carlos Magno, rei dos francos, é coroado pelo papa Leão, consolidando a intrínseca relação entre o Império e a Igreja.

Império territorial e não mais marítimo²⁷ como o romano, sendo assim ele é um império rural, “de camponeses e rusticidade” (FEBVRE, 2004, p. 107). Acerca desse mundo do campo que irá gerar o senhorio:

Ao mesmo tempo um território e um grupo, um território organizado para o proveito de um senhor; (...) um grupo que reconhece como chefe precisamente o senhor do território (...) um mundo fechado, essa senhoria, um mundo que se basta a si mesmo (...) adaptado a um regime de economia fechada (FEBVRE, 2004, p. 109).

Para Lucien Febvre a cristandade é uma *realidade* que sucede a essa outra *realidade*, o Império romano, e que, no entanto, dela muito difere. O Império romano foi uma formação unitária, com um território fixo, delimitado, baseado em instituições centrais e instituições locais, em uma força armada e em um ideário próprio tornando possível a existência do Estado. A cristandade, embora seja uma unidade no sentido da fé e da linguagem, não é um Estado, mas ela dá coerência a este mundo ordenando-o. Segundo Febvre “o papa desempenha, acima dos imperadores e dos reis e dos príncipes, o papel político e moral e religioso (...) que tende a erguer acima destes Estados uma grande formação político-religiosa unitária” (FEBVRE, 2004, p. 126). Nesse momento, tem-se também o início de um conflito que irá se intensificar mais adiante, que é o conflito entre dois ideais: o do laicismo e o do clericalismo. As cruzadas²⁸ serão um grande instrumento de unificação européia e irão alimentar, ao mesmo tempo, a hegemonia cristã e o fortalecimento do comércio e da política. Segundo Lucien Febvre, “a cruzada religiosa trabalha em benefício de uma unificação européia que não é somente religiosa, ela é amplamente política. Ela é econômica. Ela é cultural” (FEBVRE, 2004, p. 128).

Lucien Febvre apresenta-nos uma visão de conjunto que se move através do tempo e do espaço. Lembra-nos que a noção de unidade européia não se encerra em uma geografia estática como é apresentada nas escolas. A Europa é comumente apresentada como *encerrada* dentro de limites geográficos fixos. Estes seriam os montes

²⁷ Deve-se lembrar que o fechamento do mediterrâneo pelos muçulmanos reduz o dinamismo que havia durante o Império romano e a circulação comercial cessa amplamente.

²⁸ Em 1096 ocorre a primeira cruzada.

Urais no oriente, o Atlântico no ocidente, o mar do Norte e o Mediterrâneo. O seu esforço de pesquisa, no entanto, contraria a visão estática usual, permitindo-nos compreender o modo gradual em que se dá a sua formação, à base de avanços e recuos, de entrecruzamentos culturais que vão conformando uma civilização comum, resultante do encontro de elementos muito diferentes e que vai conformando uma nova unidade e que pode ser chamada de “cristandade”. Na *feudalidade* ocorre um ímpeto de crescimento humano, um aumento da natalidade que propicia um acréscimo de construções, de igrejas que vai até o século XIV freado pela peste negra²⁹ mais adiante pela guerra dos cem anos³⁰.



Peste negra-doença mortífera em que um dos sintomas era o aparecimento de protuberâncias azuladas na pele.

A *feudalidade* significa a multiplicidade e a complexidade sendo contrária à idéia de unidade, no entanto o crescimento demográfico nos domínios feudais irá conformar uma potência demográfica europeia que irá dar suporte à formação de uma unidade europeia posterior. O comércio se recupera no Mediterrâneo, e como decorrência da sua importância ele cria as cidades mercantis (séculos XI e XII), que serão um elemento essencial europeu, um traço das sociedades europeias. Segundo Febvre:

As burguesias das cidades são um elemento novo que se acrescenta aos castelos, às senhorias ao mundo camponês. E é então, dessa

²⁹ Epidemia que vai se alastrar por toda a Europa no século XIV (1347-1350) causando a morte de aproximadamente 75 milhões de pessoas, reduzindo a população da época em 1/3.

³⁰ Guerra entre a França e a Inglaterra que se inicia no século XIV de 1337 a 1453 que reúne do lado da França a Escócia, Castela e os domínios do Papa e do lado da Inglaterra se unem os Flamengos, os reinos da Alemanha e de Portugal.

adição, dessa dualidade que resulta finalmente a Europa, que não é somente uma realidade geográfica, mas uma realidade social, antes de ser uma realidade política (...) resultado de uma lenta elaboração, de uma elaboração de quinze séculos de história (FEBVRE, 2004, p. 143).

Assim, a unidade política europeia já havia se firmado a partir de fins do século XVI e princípios do século XVII. As Realezas vão sendo substituídas por Estados monárquicos regulares, ordenados e controlados, que passam a estabelecer relações diplomáticas entre si, assim como também irão manter exércitos permanentes sob seus domínios. Paralelamente, põe-se em marcha uma *laicização* de toda a cultura. É o início de um processo gradativo de substituição de uma potência espiritual, o cristianismo, por uma potência temporal, o humanismo.

Assim, Lucien Febvre vai construindo um mosaico de elementos que irão dar conteúdo e forma, sempre relacionando espaço e tempo, tempo-espaço, que, para ele, é uma noção essencial para a compreensão da vida dos homens. Ao modo como ele estrutura seu raciocínio e a própria explicação dos processos que fizeram, lentamente, surgir a civilização europeia, está como um princípio geral a idéia de tempo e espaço. A civilização europeia está ligada “(...) não por um laço de dependência rígida ao meio, não por uma fatalidade da raça, mas sim por vontade de uma corrente de homens flexível e viva, móvel e plástica” (FEBVRE, 2004, p. 75). Para Febvre, o papel do historiador é “não o de simplificar o real, é de procurar, por trás das aparências da simplicidade, a complexidade das coisas vivas, a normal, a necessária complexidade da vida” (FEBVRE, 2004, p. 139). Para isso, ele trabalha concomitantemente com categorias geográficas e históricas. As categorias geográficas estão relacionadas ao espaço geográfico em si e à espacialidade das coisas: à sua materialidade, à qual se ligam diretamente os aspectos econômicos; à utilização dos recursos naturais para a produção da vida material; à conformação do espaço geográfico para o assentamento das culturas agrícolas e das cidades; às questões relacionadas à integração das regiões, através das estradas, das redes fluviais e marítimas, visando principalmente o comércio, enfim, relacionadas a um sem número de situações que envolvem diretamente ação humana e o espaço. As categorias históricas, por outro lado, se estabelecem a partir de condições geográficas específicas e estão relacionadas às múltiplas relações originárias dos diversos elementos que compõem o quadro geral de

forças que atuam em um determinado cenário histórico. O quadro europeu, aqui estudado, leva em conta os múltiplos contatos com o oriente muçulmano, através dos árabes e de Bizâncio (oriente helenizado) com o mundo romano e com o mundo bárbaro, cristianizado, mas de um modo dinâmico, onde todas estas culturas se misturam, em maior ou menor grau, conformando uma outra cultura — a européia. No dizer de Febvre, “uma Europa assim unificada estaria pronta, em breve, para as lutas intercontinentais. Ela engoliria a África. Ela se atiraria sobre a Ásia. Mas que diria a América?” (FEBVRE, 2004, p 301).

2.3. Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda

Para um maior entendimento das obras selecionadas sob o recorte aqui pretendido faz-se necessário situá-las no contexto histórico em que foram escritas e em que se deu a formação intelectual de Caio Prado Júnior (*1907 - +1990) e de Sérgio Buarque de Holanda (*1902 - +1982). As graves questões que estavam sendo discutidas e vivenciadas pela sociedade brasileira serão aspectos aos quais suas obras estarão relacionadas e que a partir delas poderão ser mais bem compreendidas. O livro de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* foi publicado em 1942, no governo Vargas, e o livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, foi publicado em 1956, no governo Juscelino Kubitschek.

O governo Vargas de 1930 a 1945

No governo Vargas, no período 1930-1945, estas questões ligavam-se às novas conformações sociais, políticas e econômicas relacionadas com a nova ordem industrial emergente, o declínio da economia do café e agrária em geral, a emergência de uma

classe média urbana que reivindica espaço no campo político em busca de algum poder com vistas a atender seus interesses. Tem-se, também, uma alteração no modo de tratar a grave questão social brasileira, passando esta a assumir grande destaque e relevância, refletindo-se na importância dada ao tema quando da elaboração da Constituição de 1934³¹. Por outro lado, a crescente organização do operariado brasileiro fez com que tanto as oligarquias agrárias quanto a burguesia industrial e comercial se sentissem ameaçadas e também buscassem frear a perda de poder nos destinos políticos da nação. Soma-se a este quadro o forte apelo nacionalista apregoado pelo *movimento integralista*³², que era antiliberal, autoritário e anti-socialista. A influência socialista adquire forma e peso diante do crescimento do operariado que busca conquistar espaço político, voz e poder dentro do quadro institucional brasileiro. A crescente organização do operariado, a presença do BOC – Bloco Operário Camponês que mesmo na clandestinidade (a *Lei Celerada* de 1927 censurou a imprensa e restringiu o direito de reunião, inviabilizando a sua existência), agregava, cada vez mais, filiados à causa. Segundo Edgar de Decca³³, a Revolução de 30 teria sido um fato histórico produzido visando a própria legitimidade daqueles que assumiram o poder político da nação através de um movimento armado. Este foi um período em que diversas transformações se precipitaram culminando na Revolução de 1930 que se constitui em um marco na passagem da República Velha para a República Nova. No campo da política, tem-se um quadro em que os principais expoentes hegemônicos da República Velha vinham perdendo força com a mobilização dos trabalhadores da indústria. Esse enfraquecimento foi reiterado também pelas diversas dissidências políticas que reduziram o poder das grandes oligarquias agrárias. Caberia aqui a utilização de um dos pressupostos teóricos de Raimundo Faoro, em especial o conceito de “estamento”³⁴

³¹ A Constituição de 1934 irá tratar da questão social e terá caráter democrático, no entanto, durou apenas três anos sendo substituída pela Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas dando início a um período ditatorial.

³² O movimento integralista é considerado uma espécie de “fascismo” brasileiro, liderado por Plínio Salgado.

³³ Em seu livro, *1930: O silêncio dos vencidos*, Edgar De Decca desconstrói a explicação estabelecida pela historiografia a tempos explicando a Revolução de 30 sob a ótica do movimento sindical.

³⁴ Ver em seu livro *Os donos do poder* a construção de um modelo teórico bastante rico e que nos permite perceber diferenças que não se ligam em primeira instância aos aspectos

por ele desenvolvido. Este conceito permite perceber as sutilezas e os meandros dos jogos de força que se estabeleceram dentro de um mesmo segmento social que, no entanto, divergem sobre os rumos a tomar diante da perda de espaço político, assim como quanto à questão sucessória podendo-se explicar por exemplo, o êxodo de integrantes dissidentes do PRP – *Partido Republicano Paulista* para o PD – *Partido Democrático*. A Constituição de 1934, promulgada com o intuito de organizar um regime democrático no Brasil, buscava assegurar a unidade, a liberdade e a justiça juntamente com o bem-estar social e econômico no país. Esta Constituição irá durar pouco, tendo sido suspensa pela Lei de Segurança Nacional. Em 30 de setembro de 1937 Getúlio Vargas instaura o *Estado Novo*³⁵ sob o pretexto de que estava em curso um plano comunista para a tomada do poder. A ditadura Vargas fecha o *Congresso Nacional*, promulga uma nova Constituição (1937) e restringe as possibilidades de organização social e partidária prejudicando, em especial, setores ligados ao operariado e ao movimento do tenentismo. O PCB – *Partido Comunista do Brasil* é colocado na ilegalidade e Getúlio Vargas busca através da coerção e do poder de polícia do estado manter o controle diante de um quadro de grande instabilidade política. Além do fechamento do *Congresso Nacional*, Getúlio extingue os partidos políticos, cria o *DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda*, órgão destinado à prática da censura e fortalece os órgãos de repressão política e social. É este o momento extremo da ditadura Vargas, quando a tortura foi praticada grandemente àqueles que se opunham ao governo³⁶. O governo Vargas durou ao todo quinze anos, de 1930 a 1945. O seu fim se deu com um golpe militar, deflagrado por militares que faziam parte do próprio governo, que destituiu Getúlio da presidência.

econômicos e sim a aspectos de outra ordem ligados à manutenção do poder político e seus desdobramentos.

³⁵ O Estado Novo tem início em 10 de Novembro de 1937 e finda em 29 de Outubro de 1945.

³⁶ Nesse período, foram torturados os comunistas Pagu, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, dentre outros.

O governo Juscelino de 1956 a 1961³⁷

O governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, é um período de governo republicano, tendo sido Juscelino o primeiro presidente eleito pelo voto direto na república brasileira. Buscou fomentar no Brasil o desenvolvimento econômico e social, investindo em ações que visavam criar uma base sólida para que o país pudesse ancorar o seu crescimento. Esta base, segundo o binômio “Energia e Transporte” (slogan da época) pretendia dotar o país de condições para o seu pleno desenvolvimento. Juscelino estipulou um *Plano de Metas*, também chamado de *Plano Nacional de Desenvolvimento* em que foram estipuladas metas de governo agrupadas em cinco grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Como pano de fundo, havia também o compromisso de fazer cumprir o que constava na Constituição que era a mudança da capital para o interior do país, a fim de incentivar a integração e o desenvolvimento. É considerada a fase mais democrática do Brasil. O governo estava sob a égide da Constituição de 1946, que é considerada uma das Constituições brasileiras mais evoluídas e democráticas. Nela instituiu-se a liberdade de manifestação de pensamento, a liberdade de crença religiosa, extinguiu-se a pena de morte, separou os três poderes sendo, enfim, bastante avançada em termos da definição e proteção dos direitos civis e políticos. Contou com a bancada comunista em seu processo constituinte, tendo sido a primeira vez que isso ocorreu. O governo de Juscelino foi um governo que se distinguiu por uma relativa estabilidade política, pelo desenvolvimento econômico e pelo respeito às instituições democráticas.

Nesse contexto político-cultural, a afirmação da identidade nacional será um importante aspecto a ser valorizado. Assim sendo, o pesquisador Sérgio Buarque de Holanda, encontra um terreno propício para o desenvolvimento de suas pesquisas. O seu trabalho buscou principalmente a compreensão do universo brasileiro e da formação da sua identidade nacional. Em seu livro *Caminhos e Fronteiras*, aqui estudado, Sérgio irá tratar, especificamente, do universo paulista, das suas especificidades. A posição estratégica da vila de São Paulo, como centro de um amplo

³⁷ O mandato de Juscelino durou cinco anos não sendo permitida a reeleição.

sistema de estradas que integram tanto o sertão como o litoral, denota a enorme importância da região no contexto da integração nacional.

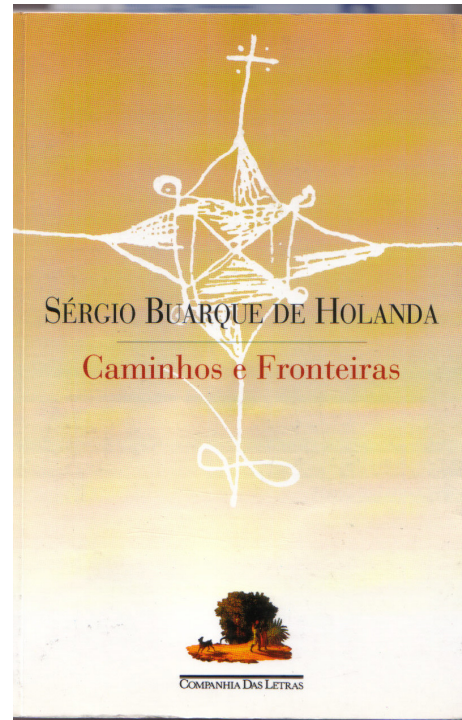
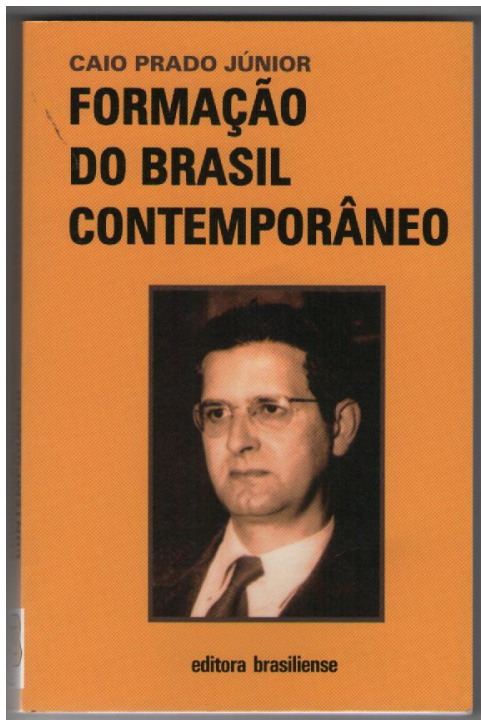
Explicadores do Brasil

Os autores aqui tratados: Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda e suas respectivas obras estudadas, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Caminhos e Fronteiras*, são responsáveis por inaugurar e praticar novas formas de abordar a história do país, de lançar sobre ele um olhar inovador, crítico e responsável, atento às especificidades da sociedade brasileira. Estas obras foram escritas em 1942 e 1956, respectivamente, em períodos históricos de grande efervescência e de grandes alterações no quadro econômico e político do país.

A importância de Caio Prado Júnior e de Sérgio Buarque de Holanda para a historiografia brasileira pode ser entendida pelo modo como sua abordagem própria, aprofundada, gerou uma nova *leitura* do Brasil. Buscou-se identificar, em suas origens, os elementos que contribuíram para dar ao Brasil uma identidade, uma unidade política, econômica e social. Constituiu-se em um grande avanço para a compreensão do país e para a percepção daquela identidade, ou identidades, a partir de uma perspectiva de totalidade; buscou-se conhecer a vida social do período colonial em todas suas nuances cotidianas e em suas bases materiais específicas. Os dois autores aprofundaram seus estudos sobre a essência da formação social brasileira. O enfoque de Caio Prado Júnior está associado a uma visão marxista não ortodoxa que se utiliza de uma liberdade intelectual capaz de prescindir de fórmulas e de esquemas pré-estabelecidos e a visão de Sérgio Buarque de Holanda é identificada com uma abordagem sociológica baseada nos pressupostos da *escola alemã*, especificamente de Max Weber³⁸. As duas obras aqui destacadas foram consideradas “obras fundadoras”

³⁸ Pensador alemão considerado o pai da sociologia. Elaborou diversos estudos histórico-econômico-sociais levantando importantes questões teórico-metodológicas sobre a origem da civilização ocidental. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é uma de suas obras mais conhecidas e significativas para o estudo das ciências sociais.

no sentido de redescobrir e re-conhecer o país, dentro do mesmo espírito da tradição modernista³⁹ e de seus desdobramentos.



Capas dos livros de Caio Prado Júnior e de Sérgio Buarque de Holanda publicados em 1942 e 1956 respectivamente.

2.3.1. Caio Prado: O sentido da evolução

A obra de Caio Prado Júnior, que ora se estuda, é *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicada em 1942. É obra formadora de uma visão totalizante da história em que os processos que a constituem são vistos através das diversas conexões que entre eles se estabelecem. Compreende os processos históricos plenamente constituídos por suas especificidades naturais, dos lugares. Apresenta a natureza em constante confronto com o olhar e interesse humanos, vista como um celeiro de “gêneros aproveitáveis” que hoje diríamos “recursos” e a serviço da organização da qual prescinde a formação econômico-social capitalista naquele estágio em que se

³⁹ O movimento modernista no Brasil irá buscar em suas origens históricas e em sua formação étnica as características nacionais que conformariam a verdadeira identidade cultural brasileira.

encontra, desde os primeiros tempos da colônia. O recorte temporal realizado, início do século XIX é um marco que representa uma etapa decisiva na evolução do Brasil em todos os campos: político, social e econômico. É o momento decisivo em que faz uma síntese dos três séculos de colonização e apresenta o que há de mais característico e fundamental, e que engendra um país com identidade própria e que se preparava para uma nova fase — a do Brasil contemporâneo — resultante daquela fase anterior. Segundo Caio Prado, “o regime colonial realizara o que tinha para realizar” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 9) o país passava pelo dilema “perecer ou modificar-se” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 10). Caio Prado organiza sua pesquisa em três grandes eixos temáticos: o povoamento, a vida material e a vida social. Esta categorização permite abarcar em grande medida a riqueza da organização humana que aqui se estabeleceu. Como ele próprio disse: “povoou-se um território semi-deserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também embora em menor escala da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território.” (PRADO JÚNIOR, 2008, p 10).

Este momento é de suma importância, uma vez que questiona o sistema colonial que até então prevalecia e que já se encontrava repleto de transformações profundas de modo a alterar a sua configuração. A necessidade de mudança urgia que fosse posta em curso uma renovação do país, e este é o início de um longo processo histórico que, segundo Caio Prado Júnior, “ainda se prolonga até os nossos dias” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 10). Aqui se constituiu uma “população diferenciada, habitando um território” que também apresentava características próprias, que definiram uma “estrutura material particular” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 10). Caio Prado, num enfoque que evoca o que diríamos a longa duração e a média duração, nos fala de um processo que “naturalmente se vem esboçando desde longa data. Os sintomas de cada um daqueles caracteres vão aparecendo no curso de toda nossa evolução colonial”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 10). Assim, a longa duração atua de modo que, na atualidade, “sente-se a presença de uma realidade já muito antiga” e que é herança do nosso passado colonial. No plano econômico tem-se um trabalho livre ainda não completamente organizado, sendo que ainda subsistem diversos aspectos do regime escravista que podem ser francamente percebidos. O próprio caráter da nossa

economia, que ainda se organiza com uma produção rural extensiva voltada para o exterior, sentindo-se a falta de um mercado interno vigoroso, à altura de sua população. Ainda no campo econômico tem-se a constatação de uma inércia econômica, distribuída em vastos territórios brasileiros, sendo encontradas áreas com baixos níveis de rendimento econômico, baseando-se em uma produção agrícola que ainda utiliza técnicas e processos bastante rudimentares. No campo social, as relações sociais ainda possuem uma marca colonial. Curiosamente, Caio Prado, em nota de pé de página, comenta sobre o que lhe haveria dito um professor estrangeiro em relação à permanência de processos de mineração, descritos por Eschwege que eram os mesmos ainda utilizados. O professor citado teria dito ter inveja dos historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado. Teria sido Fernand Braudel? Possivelmente. Caio Prado Júnior cursou, em 1934, a recém-criada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo participado de várias turmas dos cursos de história e geografia, sem concluí-los. Ele já havia se formado em direito pela Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Assim, a influência *braudelianiana* poderia ter ocorrido de modo direto, quando provavelmente ele teria sido aluno de Fernand Braudel. Assim, Caio Prado desenvolve sua pesquisa, que pretendia ser mais extensa, chegando à época contemporânea. No volume I, ele aborda o período colonial, do qual dependem as explicações do presente e lugar também “onde se encontram os principais elementos de interpretação” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 13) deste mesmo presente.

A idéia de totalidade e de *Vernunft*, aparece descrita como um de seus pressupostos metodológicos ao dizer que:

Quem observa o conjunto dos acontecimentos, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários (...) que o fazem confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha-mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja qual for o momento ou o aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador (...) Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a

individualidade da parcela da humanidade que interessa ao pesquisador. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 17)

Para Caio Prado Júnior, o pesquisador deve buscar, portanto, os elementos de fundo que definem a vida das civilizações, e estes elementos, visceralmente interligados no tempo e no espaço, definem e redefinem novas conformações *político-geográficas-sociais-econômicas*. Perceber o que de fato importa, a “linha-mestra” geral e ampla que define uma unidade de civilização, é necessário para entender o que dá sentido à sua evolução, o que a torna algo “explicável” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 18). Assim, para a compreensão da formação da sociedade brasileira, é preciso buscar o quadro geral da história dos países europeus a partir do século XV, cuja atividade colonizadora integrou todos os continentes em uma nova ordem, que é a do mundo moderno. Nesse processo, a Europa estende o seu domínio por toda a parte. Assim não podemos perder de vista os antecedentes que contextualizam o descobrimento e a colonização brasileira, pois eles é que irão tornar mais claro o entendimento sobre esse novo mundo que se configura.

A expansão marítima européia, depois do século XV, se dá em função da substituição de um comércio eminentemente terrestre por rotas marítimas, seja pelo Mediterrâneo ou pelo Mar do Norte, de modo que é alterado todo o equilíbrio europeu, “ao deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aqueles que formam a fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha e a Península Ibérica” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 19).

Ao mesmo tempo em que se afirma o novo eixo comercial europeu, Portugal volta-se para o oceano, de modo pioneiro, indo de primeiro estender sua atividade às costas da África. Mais adiante, amplia-se o plano e objetiva-se alcançar o oriente, “em contato direto com as opulentas índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 20). Depois dos portugueses vêm os espanhóis que partem para o ocidente, descobrindo a América. Portugal também se volta para a América, depois virão “os franceses, os ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos.” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 20) Abre-se assim a grande navegação oceânica, e aqueles que não se integram a ela,

aqueles que antes dominavam o sistema comercial terrestre mediterrâneo — Alemanha e Itália — países mal situados geograficamente em relação à América, passam na nova configuração das rotas comerciais, para um plano secundário.

Nesse quadro geral se insere a colonização do Brasil. A colonização naquele tempo era entendida no sentido em que se estabeleciam feitorias comerciais e não um projeto mais amplo de um povoamento efetivo. Segundo Caio Prado, nenhum povo europeu estaria apto a um processo de povoamento de grande envergadura posto que, no século XVI, a Europa ainda se recuperava das grandes baixas populacionais em função da peste que “assolou o continente nos dois séculos precedentes” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 22). Mas, no Brasil, o projeto de colonização precisa ser ampliado, pois aqui a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, para fins mercantis era preciso ampliar as bases para esse empreendimento e criar um povoamento capaz de “abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. (...) Daí surge a idéia de povoar” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 22). As especificidades de cada lugar colonizado ligavam-se à natureza dos gêneros aproveitáveis que cada lugar poderia oferecer. De início o extrativismo, as madeiras, as peles de animais, a pesca, seriam as atividades praticadas e, mais adiante, em substituição, viria uma base econômica mais estável: a agricultura. Para Caio Prado Júnior, cujo trabalho de pesquisa recebe forte influência da teoria marxista — fundamental para sua análise — os aspectos econômicos terão grande relevância, sem que, no entanto, fique reduzida a história colonial a um *determinismo* econômico avesso à inclusão de outros aspectos essenciais para a explicação daquela sociedade incipiente. Assim é que Caio Prado percebe, também, no processo de colonização geral, a importância das lutas político-religiosas, como as dos *huguenotes*⁴⁰ franceses, dos *puritanos* e *quakers* na Inglaterra, dos *morávios*, *schekfelaerd*, *inspiracionalistas* e *menonitas* na Alemanha⁴¹, que buscavam na América uma situação de vida mais estável ao contrário do que ocorria na Europa. Para ele, os motivos

⁴⁰ Rousseau era de uma família *huguenote* (corrente protestante) sendo por isso perseguido na França e irá refugiar-se na Inglaterra onde terá liberdade para desenvolver suas idéias revolucionárias.

⁴¹ Estes grupos sociais em grande parte foram os colonos da América temperada, para onde se dirigiram em sua maior parte.

religiosos e econômicos “são impulsos que se entrelaçam e sobrepõem” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 25). No entanto, as formas de povoamento da América do Norte, onde as condições climáticas e outras se assemelham às da terra de origem serão muito parecidas com as dos seus lugares de origem. Na América tropical, a situação será totalmente diferente; aqui, as condições naturais distintas das européias resultarão em um povoamento diverso, em que a própria diversidade de condições naturais se revelaria um forte estímulo à colonização: a possibilidade de obtenção de gêneros que não havia na Europa. Eram artigos apreciados na Europa pela sua raridade: o açúcar⁴², a pimenta e o tabaco, num primeiro momento e, mais tarde, ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, o café. Do ponto de vista da estrutura social, o colono europeu, no Brasil, viria para atuar como dirigente e grande proprietário rural. A escravização de negros africanos remonta ao século XV em Portugal, através do aprisionamento de negros nas guerras coloniais do Norte da África, sendo que, em 1550, tinha-se que 10% da população de Lisboa eram constituídos de escravos negros.⁴³ Portanto, nas palavras de Caio Prado Júnior:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 29).

Quanto ao modo em que se dá o povoamento da colônia, a sua principal característica é a dispersão pelo território. Vários fatores a determinaram e, dentre eles, principalmente, a grande extensão da costa, que a partir do Tratado de Tordesilhas exigiu que fossem ocupados simultaneamente vários pontos dela, o bandeirismo em busca da escravização do indígena e de metais e pedras preciosas, fixando novos

⁴² O açúcar, raro no continente europeu, produzido em pequena escala na Sicília, seria tão valorizado chegando a compor os enxovais das rainhas sendo considerado o dote mais precioso.

⁴³ Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531.

territórios no interior. As missões católicas catequizadoras (Companhia de Jesus) também contribuíram para a criação de núcleos esparsos que vão de norte a sul, da bacia amazônica até a bacia do rio da Prata⁴⁴. As estatísticas demográficas eram escassas naqueles tempos, sendo mencionado um recenseamento feito em 1797-8 que trata de uma população de 3.000.000 habitantes. Em meados do século XVIII, cerca de 60% da população localizava-se na zona litorânea, em torno de 2.000.000 habitantes. Segundo Caio Prado, “sobra para todo o resto do território, noventa ou mais por cento da área, menos da metade do total” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 37). Com exceção da região paulista, onde se cria um povoado no planalto do Piratininga⁴⁵, já em princípios da colonização, apenas a partir do século XVIII, quando é descoberto o ouro, sucessivamente, em Minas Gerais, (último decênio do século XVII) Cuiabá (em 1719), e Goiás (seis anos depois), é que se desencadeia um movimento de formação de povoamentos fixos no interior. A “corrida” para as regiões das minas provoca um esvaziamento da costa brasileira e como decorrência há uma grave queda na produção agrícola litorânea. A decadência da produção do ouro em meados e fins do século XVIII faz com que o fluxo migratório se volte para o litoral e assim seja reativada a sua agricultura. No entanto, a ocupação do interior havia sido iniciada irreversivelmente, e assim foi continuada sobre uma base econômica agrícola e não mais a partir do ouro⁴⁶. No litoral, nem todas as porções litorâneas eram adequadas para a povoação, isto em função da existência de grandes manguezais, de grandes depósitos arenosos e da presença de barras de rios irregulares, onde havia “despejos de rio na vazante” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 38). A população iria se localizar nos pontos favoráveis, que seriam destacadamente: toda a extremidade Nordeste do país, que vai do Rio Grande do Norte até Maceió. Segue-se para o sul, na região do recôncavo Baiano, “uma larga baía, um verdadeiro mediterrâneo de águas encravadas na terra e com mais de mil

⁴⁴ Em 1759, as forças castelhanas se unem às forças portuguesas para expulsar os missionários que punham em cheque a sua hegemonia.

⁴⁵ Em 1534 tem-se a revogação da ordem de Martim Afonso de Souza por sua esposa e sucessora na administração colonial do Brasil que proibia a entrada de europeus no campo de Piratininga. Esse ato irá impulsionar a expansão bandeirante naquela região.

⁴⁶ Sobre o interregno de meio século entre a decadência do ouro e a ascensão da agricultura do café, existe um interessante trabalho escrito por Roberto Borges Martins que estuda a auto-suficiência das fazendas da região do ciclo do ouro após a sua exaustão.

quilômetros quadrados de superfície” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 39). O recôncavo seria a região mais rica e densamente povoada da colônia, havendo ali a presença de duzentos e sessenta engenhos de açúcar que nele trabalhavam. A estes dois núcleos demográficos se soma o do Rio de Janeiro (meados do século XVI), cuja ocupação que ocorre em toda a região da chamada *Baixada Fluminense*, que é uma região formada por uma “meia-lua” irregular situada entre a Serra e o mar, no sentido leste-oeste e no sentido norte-sul, entre o Rio *Iatabapoana* (hoje define a divisa entre Rio de Janeiro e Espírito Santo) e a Serra do Mar ao sul, quando esta termina abruptamente sobre o mar (região de Parati). Na região do Rio de Janeiro, então capital da colônia, em 1799, estima-se a existência de 616 engenhos de açúcar e 253 engenhos de aguardente. A região que vai do Recôncavo até o Rio de Janeiro, apresenta, por outro lado, um grande obstáculo para o seu povoamento: a população indígena. Esta era a região próxima onde habitavam os índios *Aimorés*, conhecidos por *Botocudos*. Eles foram grupos indígenas que resistiram ao processo de ocupação dos brancos e reagiam com violência à violência que lhes era aplicada pela dominação do homem branco. Em função dos constantes ataques indígenas, o governo, em 1808, irá “declarar guerra ofensiva aos Aimorés” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 48). Era este um trecho bastante despovoado e consta que em sua visita ao Brasil, no período de 1815 a 1817, o Príncipe Maximiliano teria sofrido muitas adversidades, inclusive sede, por falta de uma povoação onde pudesse encontrar pouso e todo tipo de apoio para poder seguir viagem. Mais ao sul tem-se menos núcleos de povoamento, destacando-se Santos e Paranaguá, sendo que Santos tinha importante comunicação com o interior, especialmente com o planalto paulista que por ali exportava a sua produção crescente. No litoral catarinense a população se adensa, em especial na ilha de Santa Catarina, o seu povoamento é iniciado em 1651. Seguindo para o sul, tem-se a região dos campos de Viamão, limitados ao norte pela serra e ao sul pela lagoa dos Patos⁴⁷. Região de topografia plana, que se estendem campos por uma vasta área, cobertos por uma vegetação rasteira de gramíneas que logo foram utilizados para a criação de gado.

⁴⁷ O nome Patos refere-se á um grupo indígena assim denominado que foram os primeiros habitantes da região.



Johan Moritz Rugendas: Tropeiros na área da mineração

O povoamento do interior irá se dar basicamente em função de dois fatores: a mineração e a dispersão das fazendas de gado. Os núcleos de povoações que fazem as articulações das regiões das minas (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) com o litoral (para onde se encaminha sua produção) e de onde partiram os seus descobridores seriam São Paulo e a Bahia. O Rio de Janeiro ganhará importância nos primeiros anos do século XVIII, quando as áreas exploradas da mineração já estavam bastante povoadas e passará então a ser o mais importante ponto de partida para o escoamento da produção da mineração. A penetração que se dá em torno das fazendas de gado é mais duradoura e dá-se de modo gradual “espraiando para o interior” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 53). Segundo Caio Prado, a respeito dos povoamentos relacionados às fazendas de gado: “sua expansão é por contigüidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador” (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 54).

Caio Prado, faz um “corte transversal” na história do povoamento do território brasileiro, onde as práticas sociais se embrenham com a geografia dos lugares, conformando um quadro geral explicativo dos modos e da dinâmica de ocupação das diversas partes do território. Cada lugar com sua especificidade, suas características naturais, os povos originais que neles habitam, os recursos que oferecem, as questões político-administrativas — ordens superiores, leis e decretos⁴⁸, ingerências de estado de

⁴⁸ Por exemplo, em um dado momento, o governo metropolitano adota uma norma em que as áreas onde se explorava o diamante passa a ser interdita, os moradores são expulsos e as minas são entregues a exploradores através de contratos. Apenas em 1803 é extinta a proibição.

toda sorte — atuando concomitantemente nos processos que se desenvolvem. Enfim, todas as temporalidades se interpenetram, o pesquisador, não se sabe se historiador ou se geógrafo, parte para uma montagem da explicação do Brasil colonial extremamente rica e dinâmica. Ele articula aspectos que vão desde as forças macro-econômicas que atuam por trás da empreitada colonial européia descendo ao nível do cotidiano, como ele mesmo diz:

Se desço ao que poderá parecer minúcias, é que são elas que mais importam. Cada uma daquelas situações que aparecem à tona dos acontecimentos, que podemos apalpar e acompanhar, ligam-se a contradições gerais que vêm do âmago do sistema colonial, que resultam daquilo que chamei de “vícios” do sistema, e que o processo da colonização foi pondo, um a um, em evidência. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 363).

Assim, Caio Prado Júnior monta — e desmonta — explicações da formação do Brasil colonial, de um modo transdisciplinar, profundo, especializado, realizando uma *Vernunft* da história colonial brasileira.

2.3.2. Sérgio Buarque: para uma nova história⁴⁹

A obra de Sérgio Buarque de Holanda aqui destacada, *Caminhos e Fronteiras*, publicada em 1956, busca explicações e desenvolve diversos aspectos da vida social, política e econômica paulista e brasileira a partir de suas raízes étnicas, das interações que se dão entre a cultura “adventícia”, dos colonos portugueses, e a cultura local, indígena, a partir de um quadro geral que é o de uma formação econômica mercantil-colonial. A pesquisa parte de um enfoque totalizante, tendo como pressuposto a necessidade de se buscar uma explicação geral que alcance a compreensão de todo o processo histórico de formação do país. Na busca de explicação dos meios de

Este aspecto, assim como outros processos administrativos da metrópole, irá prejudicar o povoamento destas regiões interdidadas.

⁴⁹ Título inspirado no nome de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda originalmente publicado na Folha da Manhã, São Paulo, em 26 de julho de 1950.

dominação nas colônias, Sérgio Buarque envereda por questões eminentemente “espaciais” tais como a percepção da rede de caminhos que integram os territórios coloniais do planalto do Piratininga⁵⁰, o fato de os indígenas se guiarem pelos *astros e rastros*, auxiliando assim a orientação do colono português, o conhecimento das plantas que “dão” água e das que são usadas como remédio para a cura de doenças, dentre outros, que são aspectos que se relacionam diretamente com o meio que envolve aquela realidade social, com as matérias com que lida. A própria construção das cidades foi vista como um elemento decisivo, um verdadeiro instrumento de dominação inquestionável. A utilização do *traço retilíneo* na conformação das cidades, como modo de assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de núcleos de povoação estáveis e ordenados. O traço retilíneo “em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito, manifesta bem essa deliberação, aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado” (HOLANDA, 1994, p. 96).

O livro *Caminhos e Fronteiras*, que se compõe de um conjunto de monografias a respeito da vila de São Paulo, enfoca aspectos diversos ligados à sua vida material de modo inédito, onde são destacados elementos *estruturantes* de sua história ligados à *espacialidade* daquela organização social, vista como inerente às práticas sociais e à vida daquela região, no período colonial. Estrutura-se em três capítulos, denominados: *Índios e Mamalucos*, *Técnicas Rurais* e *O Fio e a Teia*. Importa destacar a atenção dada às culturas indígenas, à sua tecnologia ancestral e ao modo como estes saberes permaneceram após a vinda dos portugueses e que para eles foi de grande valia. Os caminhos abertos pelos indígenas foram integralmente utilizados pelos “adventícios”, assim como os meios de orientação desenvolvidos pelos nativos. A pesquisa empreendida em *Caminhos e Fronteiras* se desenvolve em busca das raízes mais profundas da nova cultura que ali se engendra mesclando saberes e institutos indígenas e portugueses, trazendo para a cena histórica elementos da longa, da média e

⁵⁰ A palavra *piratininga* significa em tupi-guarani “peixe-seco”. O núcleo inicial da vila de São Paulo, no entorno do colégio jesuíta, se localizava em uma colina entre os vales dos rios Tamandateí e seu afluente o Anhangabaú. Pela própria conformação do relevo o rio Tamandateí possuía uma enorme várzea onde hoje se localiza, em grande parte, o Parque Dom Pedro II.

da curta duração. Neste sentido tem-se o mesmo entendimento no dizer de Fernando Novais no prefácio do livro: “É gratificante ver Sérgio Buarque praticando um estudo de civilização material em estilo braudeliano *avant la lettre*” (HOLANDA, 1994, p. 8). No primeiro capítulo, Sérgio Buarque nos fala da existência de mapas do século XVII que apresentam uma rede de caminhos, que consistiam, segundo ele em “um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa” (HOLANDA, 1994, p. 19). Estes caminhos praticamente foram inalterados pelos colonos portugueses, demonstrando a total adequação às necessidades de integração entre as regiões que importava ligar, ou seja, áreas de mineração e também aquelas áreas onde se devia “fazer pouso e plantar mantimentos” (HOLANDA, 1994, p. 19). O sistema de sinalização, de reconhecimento dos caminhos utilizado pelos indígenas, servia-se de balizas e de “mostradores para a volta”, tais como galhos cortados à mão, organizados em forma de ângulo reto. Muitas vezes eram apenas feitas marcações nos troncos, a golpes de machado. Este vasto sistema seria largamente apropriado pelos colonos portugueses como meio de orientação nas “matas espessas” e ainda hoje permanece entre os velhos sertanistas e “roceiros” (HOLANDA, 1994, p. 20). A assimilação de saberes locais, através da utilização do próprio índio, foi fundamental para o sucesso das expedições bandeirantes. O modo específico de enfrentamento das exigências do meio tornava o índio um elemento necessário para suprir o total despreparo dos colonos para o mesmo enfrentamento a que se viram defrontados. Segundo Sérgio, citando informações compiladas por Von Martius⁵¹:

O índio imita com destreza a voz dos bichos, (...) identifica as plantas através da sua maceração, sabendo para que elas servem, (...) percebem pelo olfato a aproximação de uma cobra (...) e distinguem, a sete quilômetros de distância, o barulho dos lenhadores derrubando madeira. (HOLANDA, 1994, p. 22).

⁵¹ Médico, botânico e antropólogo alemão que veio ao Brasil (1817-1826) na comitiva da arquiduquesa austríaca Leopoldina (para se casar com D. Pedro I) para pesquisar o Brasil sob diversos ângulos, antropológicos, botânicos, zoológicos, principalmente.

Além de detentores de todos estes conhecimentos, os índios ainda seriam grandes “cartógrafos” segundo a descrição dada por Von den Steinen⁵² em que um índio “capitão suiá⁵³ teria desenhado na areia parte do curso do Alto Xingu, com os numerosos afluentes e com a indicação, além disso, de treze tribos ribeirinhas. (...) se uma tribo possuía cinco aldeias traçava cinco riscos no chão e mostrava os cinco dedos.” (HOLANDA, 1994, p. 23). Nestes “mapas”, eram representados os saltos e cachoeiras dos rios mediante convenções gráficas e eram feitos em verdadeira “escala” de modo a que as extensões dos rios e dos espaços guardassem uma correlação com as dimensões reais.

A passagem que trata da pouca utilização dos calçados nas áreas rurais e nas viagens, onde eram vistos “os mancebos, todos descalços de pé e perna, com escopetas e alfanges⁵⁴” (HOLANDA, 1994, p. 26), também nos fala da denominação de *Lavapés* a um sítio onde ficava antigamente a entrada da cidade. Este nome indicaria que era ali, ao chegar à cidade, que o caminhante tinha “o cuidado de calçar-se, depois de limpar cuidadosamente os pés” (HOLANDA, 1994, p. 28). O título de um dos capítulos do livro, “Veredas de pé posto”, representa a necessidade de se andar com os pés descalços em virtude das diversas transposições de veredas e de rios existentes naquelas paragens.

⁵² Pesquisador alemão que empreendeu uma expedição científica no Brasil, descendo o rio Xingu, da nascente à foz, em 1884. Desta expedição resultou a publicação da obra “Através do Brasil Central”.

⁵³ Nome de tribo indígena situada às margens do rio *Suyá-Missu*, um dos afluentes do rio Xingu.

⁵⁴ Espécie de punhal ou cutelo.



Grande cachoeira do sumidor dans la forêt das Pissinguaba – Hoje Parque Estadual da Serra do Mar na divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro

No entanto, acontecia também de haver outras paragens onde se passava mais de um dia caminhando sem se transpor nenhum curso d'água. Nesses lugares, era preciso conhecer as plantas que acumulavam água ou então distinguir alguma pedra ou tronco de planta sob o qual houvesse um “olho d'água”. Este atributo de *distinguir* derivava de uma “extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o civilizado” (HOLANDA, 1994, p. 37). Assim, fala-se nas árvores que choram, na árvore que pinga, enfim, plantas que curiosamente, nos lugares mais secos, nos sertões mais áridos, lá estão, como que para matar a sede dos viajantes. Elas seriam: o *umari*, o *escapu*, o *umbuzeiro*, o *mandacaru* ou *monducuru*, os *taquaraçu*, os *caraguatás* (bromeliáceas), verdadeiros “poços vegetais”. Havia também alguns frutos que serviam para acalmar a sede e também como remédio, que, segundo Simão de Vasconcelos⁵⁵, “por seu bom cheiro, por sua umidade gostosa, que satisfaz a sede (...) resfria e umedece o palato, tira o desejo de água e recreia, corrobora o coração e com mais força o sumo espremido é remédio único às febres biliosas” (HOLANDA, 1994, p. 40). A existência da água, portanto, é fundamental para o funcionamento daquela engrenagem. É fundamental também, no estabelecimento de arraiais e povoações. Segundo Sérgio Buarque, viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire e

⁵⁵ Cronista jesuíta autor da *Crônica da Companhia de Jesus*.

Burton⁵⁶ destacam que as povoações eram situadas nas baixadas e fundos de vales, ou seja, nas proximidades das águas. Essa preferência era especialmente ligada aos paulistas, aqui a água servia para bebida e para as diversas utilidades domésticas como em toda a parte, mas, servia também para acionar o monjolo, que era um instrumento desconhecido nas capitanias do Norte (HOLANDA, 1994, p. 41).

Ao início da parte denominada IGUARIAS DE BUGRE, Sérgio Buarque traça uma verdadeira definição da temporalidade da longa duração *braudeliana* relacionada aos aspectos mentais cujas origens remontam à ancestralidade das formações sociais. Segundo Sérgio Buarque,

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições, estranhos à sua herança de cultura. (...) as sociedades (...) dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional. (HOLANDA, 1994, p. 55).

Assim, o historiador desenvolve um importante pressuposto teórico, em que uma noção estrutural é evidenciada e explica as atitudes de permanência e as de mudança no âmbito de uma unidade social. Dá-nos o exemplo da criação das abelhas como demonstração do entrosamento entre saberes tradicionais indígenas e saberes da apicultura européia. O sistema de criação de abelhas em cabaças, facilmente transportáveis, representava um avanço no processo de domesticação. Constituíam-se em uma solução intermediária entre o método de exploração de abelhas silvestres, utilizado pelos índios não *sedentarizados* (pelos jesuítas p.ex.) e o método fixo europeu. Do mesmo modo, quanto à alimentação, foi necessária a transigência dos colonos brancos na aceitação dos “recursos e táticas de aproveitamento do mundo animal e vegetal como meio de subsistência” (HOLANDA, 1994, p. 56). Assim, da necessidade

⁵⁶ Auguste de Saint-Hilaire foi botânico, naturalista e viajante francês que esteve no Brasil no período de 1816 a 1822. Richard Francis Burton foi viajante, cônsul e escritor britânico que veio ao Brasil como cônsul britânico e aqui viveu no período de 1861 a 1868. Para conhecer melhor o país estudou português e tupi.

surge a aceitação de modificar uma dieta alimentar que passa a incluir as cobras, sapos, ratos, içá⁵⁷ torrada e raízes de guariba, grelos de samambaia, chegando às vezes à utilização de macacos, jacarés, lagartos, larvas de coleópteros e lepidópteros, como o bicho-de-taquara. No entanto, era mais comum a aceitação de vegetais⁵⁸ do que de “bichos imundos”, tendo sido fartamente deglutidos os palmitos, as jabuticabas, os araçás, as guabirobas, as grumixamas, as pitangas, os cambucis, os ananases, os araticuns, o jataí⁵⁹ dentre outros. Também foram fartamente utilizados os pinhões de araucária (ibás), que eram abundantes em São Paulo, naqueles tempos, e que “davam excelente farinha e chegavam a substituir em certos casos a mandioca” (HOLANDA, 1994, p. 58). Este momento em que o autor nos fala da presença das araucárias no planalto paulista nos leva a um entendimento da importância do estudo das *temporalidades ecológicas*. Sim, este estudo, que poderia se denominar “ecologia histórico-geográfica” nos levaria ao conhecimento de inúmeros processos de destruição instituídos pela ação humana direta ou indiretamente, que são os chamados “efeitos *antrópicos*”, aqui entendidos na sua dimensão temporal e espacial. Nessa pesquisa, que seria uma outra — uma espécie de pesquisa das ausências — poderiam ser incluídos tantos estudos, como o da extinção dos grandes felinos brasileiros, onde o papel do “desonçador” contratado para eliminar as onças nas fazendas ou nas áreas próximas às vilas rurais ou urbanas deveria ser esmiuçado assim como outros fatores que envolvem a extinção de diversas espécies biológicas animais e vegetais.

Segundo Sérgio Buarque, as principais características das populações paulistas são: a grande mobilidade, a mistura étnica e também a aculturação (HOLANDA, 1994, p. 60). Assim, a caça e a pesca são atividades de grande importância para a sobrevivência daqueles que nas entradas, bandeiras ou nas monções⁶⁰, precisavam garantir o alimento nas prolongadas jornadas. Assim os métodos de caça, os

⁵⁷ Em língua tupi *içá* quer dizer tanajura ou formiga saúva. Em várias descrições de missionários jesuítas as içás são consideradas iguarias saborosas e saudáveis.

⁵⁸ Papel semelhante tinham as castanhas-do-pará nas capitânicas do Norte e o caju nas do Nordeste.

⁵⁹ Espécie de palmeira utilizada para fazer uma espécie de farinha. É também denominação de uma espécie de abelha-social, cujo mel é muito delicado e é produzido em pouca quantidade.

⁶⁰ Expedições fluviais que, entre a segunda década do século XVIII e a primeira do século XIX, mantiveram as comunicações entre a capitania de São Paulo e de Mato Grosso, no Brasil.

instrumentos utilizados pelos indígenas foram utilizados pelos portugueses e mamelucos incorporando as práticas indígenas aos seus hábitos. O mesmo pode ser visto na pesca fluvial e lacustre que “dos portugueses veio o anzol metálico, que substituíra com vantagem os espinhos tortos dos indígenas” (HOLANDA, 1994, p. 72). A utilização da fauna não se ateve à alimentação sendo grandemente utilizada como um recurso natural que ampliou a base econômica sobre a qual se assentava aquela sociedade. Assim, no século XVIII, proliferaram nas vilas os curtumes e “fábricas de atanados”⁶¹, sendo o couro um importante artigo a ser comercializado, ao lado do açúcar, da cera, dos panos de algodão. Viria a ser chamado de “dinheiro da terra”. Os couros eram provenientes principalmente das peles de veados e de antas, mas para “aproveitá-las” era preciso saber curti-las. O couro de anta era muito valorizado, o couro de veado era utilizado para a confecção de botas e calçados, de gibões protetores e de capas para as armas de fogo.

Outro aspecto estudado por Sérgio Buarque trata do conhecimento a respeito dos medicamentos utilizados, de origem vegetal e animal, advindos da tradição e dos costumes da raça subjugada, a indígena. Em São Paulo, mais do que em outras regiões brasileiras foram mantidos diversos aspectos da cultura indígena, inclusive a língua⁶². Para Martius: “O mérito no descobrimento e na utilização das plantas curativas, coube em maior grau aos paulistas, tanto quanto a descoberta das minas de ouro” (HOLANDA, 1994, p. 77). Para a prevenção e mesmo cura de doenças, eram também muito utilizadas, com a mesma intensidade dos remédios, as rezas, preces escritas, as bênçãos, os patuás e as mandingas. As fórmulas contra o *ar*, este elemento etéreo, de onde podem vir as mais diversas doenças, enfermidades ou acidentes, tinham muita importância naquelas paragens. Assim, tem-se a “benção do ar”, encontrada em apenso a um velho roteiro bandeirante, cujo texto é:

⁶¹ Atanados são artigos utilizados para curtir o couro, tais como o angico e outras plantas, por conterem tanino quando reduzidos à pó.

⁶² O *tupi* foi usado como língua geral na colônia juntamente com o português principalmente pelo fato de os jesuítas a terem estudado e difundido tendo feito inclusive publicações. Em 1757, a utilização do *tupi* foi proibida por uma Provisão real. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o português fixou-se definitivamente como o idioma do Brasil. Muitas palavras do universo tupi-guarani foram incorporadas à língua portuguesa, principalmente aquelas ligadas a nomes de plantas, de animais e de áreas geográficas.

Em nome de Ds. Padre. Em nome de Ds. Fo. Em nome do Espírito Santo. Ar vivo, Ar morto, ar de estupor, ar de perlesia, ar arenegado, ar escomungado, eu te arenego. Em nome da Santicima trindade q. sayas do corpo desta Creatura, homem ou animal e q. vas parar no mar agrado pa. Q. viva sam e alliviado. P.N. Maria Credo. (HOLANDA, 1994, p. 87).

Os movimentos migratórios das entradas e bandeiras foram responsáveis pela disseminação de doenças, principalmente a malária (sezão, febre-maligna). Nessas jornadas, havia um sem-número de riscos e perigos que podiam afetar a saúde ou mesmo causar a morte dos viajantes. Assim, podem-se enumerar as ameaças tais como: “as moléstias, a fome, a sede, o gentio brabo, os animais peçonhentos e agressivos” (HOLANDA, 1994, p. 91), assim como os acidentes diversos, tais como afogamentos, quedas e outros possíveis quando se avança para o desconhecido, embrenhando na selva.

O movimento é constante. Na região de São Paulo, aqui enfocada, os caminhos e as fronteiras não cessam de se fazer e refazer, a “vocaçã pelo espaço” no dizer de Sérgio Buarque, era uma situaçã inerente e necessária para que novas formas de vida fossem produzidas, uma vez que era preciso uma açã transformadora, mutante, que acompanhasse as novas questões que se impunham. Segundo Ilana Blaj e Marina Maluf, para Sérgio Buarque de Holanda, a história é o estudo do movimento, das tensões entre as diferentes temporalidades, que alternam continuidade e ruptura e constroem, não de um modo linear, uma outra unidade. É através do estudo do cotidiano, na esfera do lugar, que o historiador dialeticamente, na interaçã das diversas temporalidades, consegue explicitar as correlações que vão dinamicamente se estabelecendo, a partir dos legados ancestrais dos povos primitivos, em permanente diálogo com os legados que vieram de ultramar, de Portugal. A figura do mameluco, ou *mamaluco*, será ela própria uma metáfora da interaçã entre povos e diferentes culturas, ele será uma espécie de síntese do encontro, e que, segundo Sérgio, “seria arredio, desconfiado, cauteloso, amante da solidã, enfim, uma raça soturna, fruto da interaçã meio/sociedade/cultura” (BLAJ; MALUF, 1990 p. 42).

2.4. Milton Santos

Espaço e tempo em Milton Santos

Segundo Milton Santos a especificidade da urbanização contemporânea é seu caráter globalizado, com todo o planeta utilizando as técnicas informacionais, gerando um mundo interligado. Nesse contexto, o território se transforma em um “meio técnico-científico-informacional”. Em suas palavras:

O meio geográfico, que já foi “meio natural” e “meio técnico”, é hoje, tendencialmente, um “meio técnico-científico”. Esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera. Vejamos o caso do Brasil. Como tecnoesfera, o meio técnico-científico se dá como fenômeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psicoesfera, ele é o domínio do país inteiro. Ambos esses fatos têm profundas repercussões na prática econômica — e nos comportamentos sociais e políticos —, constituindo uma base nova para o entendimento de regionalização do país. (SANTOS, 2008, p. 30).

Opera-se, assim, uma completa racionalização do território e o meio do homem contemporâneo pode ser distinguido, segundo Milton Santos, em duas esferas: uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera*.

A primeira corresponde propriamente ao meio técnico — científico — informacional, com as ações humanas fortemente mediadas pelas técnicas e a realidade do mundo sendo reelaborada por meios de informação crescentemente concentrados. As técnicas e ciências são determinadas e direcionadas pelas demandas e a lógica do mercado capitalista, embora Milton Santos reconheça o grande potencial democrático da rede mundial de informações.

A psicoesfera corresponde ao conjunto de crenças e idéias, ou seja, à esfera da mente, sendo um âmbito fácil de ser artificializado e direcionado pelo consumo e pela

mídia. É a esfera das ideologias e joga papel importante na política e na determinação dos comportamentos humanos, sendo o lugar do embate entre tradição e modernidade e apresentando forte ligação com as práticas do cotidiano.

Para melhor compreender o meio em que o homem contemporâneo está imerso, é preciso ter em mente que os conceitos de espaço e de tempo utilizados por Santos. Para ele, o espaço é constituído pelo conjunto dos sistemas de objetos e sistemas de ações, operando de modo inter-relacionado e perpassados pelo tempo. Neste, Milton Santos distingue o “tempo das ações” e o “tempo dos objetos”, sendo este o tempo da materialidade, produto das técnicas.

No mundo contemporâneo as ações são cada vez mais condicionadas pelos objetos, ou seja, pelo tempo embutido nos mesmos. Os objetos são, por um lado, um tempo cristalizado, o tempo de sua produção, e, por outro lado, eles trazem incorporados a si um conjunto de ações (e os tempos a elas correspondentes) para sua operação. Nesse sentido, têm um papel fundamental na determinação e no controle do tempo das sociedades. No mundo contemporâneo, esse condicionamento das ações se dá por objetos que são, em sua maioria, de produção centralizada e utilizando técnicas de domínio restrito, o que favorece, tanto as imposições pelo mercado e os interesses econômicos hegemônicos, com a constituição de uma psicoesfera dominada pelo consumo e pela geração artificial de necessidades e vontades.

Na noção de tempo, Milton Santos dará grande importância à noção de “tempo do lugar”, o qual seria constituído pelo “conjunto de tempos internos a ele”, tanto a nível dos indivíduos e dos grupos sociais, como a nível das empresas, correspondendo às múltiplas possibilidades de utilização do tempo e do espaço.

Nessa multiplicidade, que faz a dinâmica e a extrema diversidade do ambiente urbano, há, no entanto, um espaço e um tempo dominantes, aqueles dos atores que comandam o processo econômico, político e ideológico, fazendo com que o tempo de todos seja, em maior ou menor medida, manipulado e condicionado pelos atores hegemônicos, por seus interesses e sua lógica operativa.

O espaço hegemônico, que Milton Santos liga ao espaço racionalizado, ao que ele chama de “zonas luninosas” da cidade, e o tempo dos atores hegemônicos se impõem, no entanto, sempre gerando atritos, zonas de conflito, de indeterminação, na

medida em que atingem o território de modo diferenciado e se chocam com outras lógicas espaço-temporais pré-existentes.

O espaço, na visão de Milton Santos, é “acumulação desigual de tempos”, e a sociedade contemporânea se inscreve em uma paisagem e em valores e comportamentos cujas formas são compostas de atualidades de hoje e do passado. Assim, a sociedade atual é determinada, não só pela lógica contemporânea dos atores hegemônicos, mas também pelas formas pré-existentes, e não só as formas físicas, circunstanciadoras das atividades presentes, mas também as formas sociais e econômicas.

A realidade urbana é uma realidade histórica, produto de um processo histórico, de uma superposição de tempos. A compreensão desse processo é fundamental, não só para o entendimento das particularidades de cada formação social e urbana, mas para o apontar das potencialidades de sua transformação e desenvolvimento.

Nas palavras de Milton Santos (2008), o passado poderá estar morto como tempo; entretanto, o passado não está morto como espaço. Para Milton Santos, o passado já não é, e nem voltará a ser; contudo, permanentemente, o passado sempre se transforma em presente que, por sua vez, é o tempo do aqui e do agora: é o tempo do lugar. Além disso, tempos sobrepostos adquirem visibilidade em certas paisagens:

A paisagem é como um palimpsesto, isto é, o resultado de uma acumulação na qual algumas construções permanecem intactas ou modificadas, enquanto outras desaparecem para ceder lugar a novas edificações. Através desse processo, o que está diante de nós é sempre uma paisagem e um espaço, da mesma maneira que as transformações de um idioma se fazem por um processo de supressão ou exclusão, onde as substituições correspondem às inovações. Da mesma forma que o sistema lingüístico, cada sistema geográfico é sucedido por outro, que recria sua coerência interna, ainda que, isolada, cada variável experimente um processo de mudança com ritmo próprio (SANTOS, 2008, p. 62).

Assim, a imposição do espaço e tempo dos atores hegemônicos, não consegue abolir inteiramente as possibilidades múltiplas de outros atores sociais viverem ou inventarem outras lógicas de espaço e de tempo, ou seja, outros tempos de viver e fazer o espaço que se relacionam diferentemente com o tempo dominante.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, ao gerar certa anulação das distâncias, ou seja, certa compressão do espaço faz com que este passe a se organizar segundo dois tempos: por um lado, o “tempo das trocas instantâneas”, em que qualquer ponto do mundo pode se interligar, inclusive para a produção. Nesse tempo, qualquer ponto do espaço pode participar da centralidade, da convergência urbana, sem estar na cidade e no centro. Por outro lado, o espaço contemporâneo se organiza também segundo um “tempo longo”, que é o tempo da estrutura espacial da cidade, o tempo do urbanismo e da arquitetura tradicionais. Nesse tempo se dão os impasses do urbanismo contemporâneo, premido, por um lado, pelas demandas de anulação das distâncias e pela racionalização do espaço a serviço da fluidez e da velocidade, e, por outro lado, pela necessidade de geração de lugares de vida social, de proximidade entre os indivíduos.

A esses tempos de organização do espaço contemporâneo correspondem dois tempos diferentes, mas interligados, de viver a cidade: o “tempo rápido”, ligado ao espaço racionalizado dos atores hegemônicos, gerador das “zonas luminosas” da cidade, zonas da exatidão, constituídas ao sabor da modernidade, do mercado e da produtividade capitalista. E o “tempo lento”, ligado ao captar e viver a cidade em velocidades baixas, propiciador dos contatos interpessoais, gerador das “zonas opacas” da cidade, zonas do aproximativo, onde se podem gerar formas de relações sociais não ditadas pela eficiência e a produtividade, onde podem emergir as situações não previstas, as particularidades.

A construção teórica desenvolvida por Milton Santos permite uma visão ampliada e múltipla dos elementos que constituem e explicam os processos geohistóricos em sua globalidade. Deve-se destacar o conceito de *lugar*, desenvolvido por Milton Santos, em função da riqueza com que seu estudo nos traz um entendimento das relações que se dão no âmbito das sociedades urbanas. Para Milton Santos, os lugares “podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo”. Partindo do espaço/mundo formado pela unidade que hoje se estabelece entre global/local, é a partir de um pressuposto geográfico, o do lugar, que Milton Santos percebe a existência de uma ordem geral (ligada às relações exteriores ao lugar) que se confunde com uma ordem local (ligada às relações interiores do lugar) fazendo do

espaço um “campo de forças multicomplexo”. Ao nível local, uma abordagem reveladora de significados para Milton Santos diz respeito ao estudo do cotidiano. Este estudo, que parte de uma visão geográfica, deve levar em conta os objetos, as ações, a técnica e o tempo. Para ele as relações inter-humanas incluem o uso das técnicas e dos objetos técnicos. Segundo Milton Santos, o lugar “refaz o mundo porque é ali que o mundo se faz factível”. Deste modo, tem-se uma noção ampliada do lugar visto que, na modernidade, através das redes informacionais que se estabelecem, o lugar encontra-se mediado por âmbitos interiores e exteriores a ele e estes são forças que nele atuam e o modificam.

Segundo Henri Lefebvre, o conceito do habitar envolve as relações que se dão no nível do cotidiano, ou seja, no nível onde as relações se concretizam. A história estabelece ligações e correlações no sentido vertical e também no sentido horizontal, ligadas às estruturas e às conjunturas. Segundo ele, não há obra sem códigos, significações e valores, assim como também *não há obra sem um lugar*. Para Lefebvre este é um ponto “metodológica e teoricamente importante”. Da mesma forma, tem-se, na análise de Milton Santos sobre o lugar, a afirmação do “papel da vizinhança na produção da consciência”, identificando na “densidade social” produzida pelo conjunto dos homens um enorme poder de mudança social. (SANTOS, 2008, p. 319)

Essas questões se colocam diante da Geografia, assim como para todas as ciências sociais, visto que seria possível uma unidade metodológica para todas elas. Esta perspectiva teórica tem sido incorporada pelas ciências na busca de uma visão totalizante e sintética da vida urbana. Nas palavras de Milton Santos (2008, p. 322), “o lugar é o quadro de uma referência pragmática de mundo”; sendo assim, é dele que partimos ao construir nosso pensamento, abstração em torno do que sabemos através da experiência vivida.

CAPÍTULO 3

TEMPORALIDADES DO ESPAÇO

*Trate-me por Ishmael.
Há alguns anos — não importa quantos ao certo —,
Tendo pouco ou nenhum dinheiro no bolso,
E nada em especial que me interessasse em terra firme,
Pensei em navegar um pouco e visitar o mundo das águas.*

Herman Melville - Início do memorável livro Moby Dick

O passado nunca está morto, não é nem sequer passado.

William Faulkner

3.1. Traços biográficos: da infância aos Annales

POR UMA BIOGRAFIA DE CONTEXTUALIZAÇÃO:

FERNAND BRAUDEL

Acervos de infância

No país da França, região da Lorena, em *Lumeville-em-Ornois*, um lugarejo situado no vale do rio Orne, tributário do rio Moselle, nasce Fernand Braudel, no ano de 1902. Portanto, se uma folha de plátano ou de faia que do bosque de *Touraille-sur-bois*¹ se desprendesse da árvore e ao humor do vento e capricho da chuva viesse cair no rio Orne, chegaria em pouco tempo até o rio Moselle e ali, ora flutuando ora não, alcançaria seu destino, o Mar do Norte. Foi ali, naquele pequeno povoado, que o menino Fernand viveu seus cinco primeiros anos de vida, na casa da avó paterna e onde, como ele mesmo disse “o que outros aprenderam nos livros, sei desde há muito de fonte direta”(BRAUDEL, 1992, p. 4). As experiências ali vividas iriam conformar seu modo de ver o mundo, sua compreensão da vida social e seu entendimento, atávico, da espacialidade das coisas. Naquele lugarejo, onde as atividades rurais predominavam sobre aquelas ligadas a uma urbanização rudimentar, Fernand vivenciou os ciclos das estações, o regime das chuvas, o repetir-se das épocas de preparo do solo, de plantio, de cuidados para o desenvolvimento das culturas, a alternância de terras e os processos da colheita. Nesse sentido ele disse: “conheço por seu nome as plantas, as árvores dessa aldeia do Leste, conheço cada um de seus habitantes (...) vi girar a roda de um velho moinho construído por parentes meus”. (BRAUDEL, 1992, p. 4). A esta

¹ Vilarejo vizinho a Lumeville-en-Ornois próximo a uma expressiva floresta ainda hoje preservada.

época, ao viver de forma direta e em estreito contato com experiências ligadas à escala da terra, ao mundo vegetal e animal pouco mediado pelos artifícios humanos, ou mediado em uma escala de divisão do trabalho menos alienante que a das cidades, Braudel teve a oportunidade de lidar com a diversidade e com a presença dos elementos ditos naturais por excelência. Estas experiências vão moldar a idéia da *longa duração*² e vão marcar a percepção do mundo e das civilizações em Braudel. Elas irão ampliar-lhe a capacidade de reconhecer as permanências e mudanças que se expressam de forma cíclica e contínua, entrelaçando-se com as ações humanas e que, numa síntese, constituem a densidade da história, a sua espessura. Fizeram com que o historiador Fernand Braudel buscasse em sua trajetória acadêmica aquilo que, como disse Marc Bloch³, fosse “uma história mais ampla e humana” (BLOCH, 2002, p. 39).⁴ Sendo assim, entende-se que sua origem camponesa, que ele chamou de “sua essência camponesa”, tenha corroborado para a elaboração do conceito da *longa duração*. Este conceito permitiu a Braudel direcionar seus estudos rumo a uma história abrangente que se harmoniza de forma dialética incorporando os diversos tempos históricos: o tempo rápido dos acontecimentos, o tempo mais alongado das conjunturas econômicas e sociais e o tempo demorado das estruturas.

Formação de historiador

Depois de mudar-se para os arredores de Paris, acompanhando o trabalho do pai, que era professor de matemática, em 1913, Fernand Braudel estuda no Lycée Voltaire e em 1920 inicia seus estudos de História na Faculté des Lettres de Paris, da

² Conceito fundamental criado por Braudel que irá embasar toda a sua metodologia das temporalidades na história.

³ Marc Bloch foi fundador da Revista dos Annales juntamente com Lucien Febvre em 1929.

⁴ Esta é uma conclusão de Bloch já no fim da vida, em sua dedicatória a Lucien Febvre no livro que escreve na prisão *Apologia da história* em 1941 e que é publicado em 1949 após a sua morte em 1944.

universidade de Sorbonne. É preciso, aqui, fazer uma digressão sobre a presença da disciplina *história* na vida dos franceses. O movimento da Revolução Francesa, ao transformar a ordem estabelecida na França, produziu novos valores sociais, e esta influência deixou marcas irreversíveis naquele país fazendo com que a vida política e social se tornasse interesse de grande parte do povo francês. Segundo Nilo Odália (BURKE, 1990), o historiador Michelet⁵, um dos principais estudiosos daquele movimento, com toda a sua genialidade e capacidade explicativa somados ao alto valor literário da sua escrita, fez com que “a sensibilidade histórica do povo francês tenha se aguçado”, (BURKE, 1990, p. 8) havia trazido o gosto pela leitura de livros de história e havia deslocado a temática histórica para um lugar central de interesse daquela sociedade. Ao introduzir uma preocupação histórica que foi incorporada ao cotidiano das pessoas fez com que as discussões em torno da história compusessem o dia-a-dia dos cidadãos. Diante desse quadro, fica mais fácil compreender o porquê da negativa do pai de Braudel quando este esboçou interesse pela medicina, ao qualificar esta última como uma “vocação insuficientemente afirmada” (BRAUDEL, 2002, p. 5), incitando-o a optar pela história, disciplina que Braudel além do mais “adorava”. De volta à Sorbonne, Braudel foi aluno de Henri Hauser⁶ que para ele “falava uma linguagem diferente, de uma história econômica e social” (BRAUDEL, 2002, p. 6). Finaliza o curso de história e em seguida, aos vinte e um anos, viaja para a Argélia, onde será professor no *Liceu* de Constantina e depois em Argel (1923-1932). Esta mudança promove uma inversão de ponto de vista, seja em relação ao que viria a ser seu objeto de estudo, o mar Mediterrâneo, seja em relação a um outro modo de vida bem diferente do europeu: o modo de vida do *Magrebe*⁷. Nesse período visitou os países do norte da África, conheceu e se encantou pelo Saara e vislumbrou o mediterrâneo “ao revés”, como um “espetáculo, percebido da outra costa” (BRAUDEL,

⁵ Jules Michelet escreveu a *História de França*, obra que levou trinta anos para ser escrita e que foi considerada uma grande obra sobre o tema e de uma importância mundial.

⁶ Henri Hauser lecionava na cadeira de História Econômica e posteriormente em 1936 foi substituído por Marc Bloch, que viria a ser fuzilado pelos nazistas em 1944.

⁷ Magrebe, palavra árabe que significa “poente” ou “ocidente”. Região do norte da África que é a parte ocidental do mundo árabe que abrange o Marrocos, o Saara ocidental, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia. Magrebe se opõe a Machrek que significa “nascente” e que se refere à sua parte oriental.

2002, p. 7). Em 1931, Henri Pirenne apresenta de forma brilhante em Argel suas idéias sobre o Mediterrâneo. O fascínio pelo mar provocado pela palestra de Pirenne soma-se ao interesse de Braudel pelos estudos sobre Felipe II e a Espanha. À medida que sua pesquisa avança, a presença do mar mediterrâneo se agiganta em detrimento da figura de Felipe II: “Felipe II, o Prudente, o Triste, atraía-me cada vez menos, e o Mediterrâneo cada vez mais” (BRAUDEL, 2002, p. 9). O contato com a história da Espanha em uma pesquisa realizada anteriormente fez com que Braudel em consulta aos *Archives Nationales* tivesse acesso ao importante fundo K, que era um acervo proveniente do saque de Napoleão I aos documentos de Simancas⁸. Braudel define então o tema para sua tese, que era uma etapa obrigatória para o ensino superior: *Felipe II, a Espanha e o Mediterrâneo*. Nas férias de 1927, Braudel inicia suas pesquisas em Simancas durante as férias, pois nessa época não havia na França “nem bolsas de pesquisa e nem licenças para realizá-las” (BRAUDEL, 2002, p. 8)⁹. Braudel teve a sorte de conhecer um operário americano cineasta que lhe ofereceu uma máquina de filmagens que fez com que ele obtivesse de duas a três mil fotos por dia, que ele próprio revelava e lia com o uso de uma lanterna. Foi entre 1927 e 1933, sem nenhuma pressa, que sua decisão se amadureceu, escolhendo então o seu tema de pesquisa: o Mediterrâneo. Segundo Braudel, ele “havia metido na cabeça a idéia de descobrir o passado desse mar que via todos os dias...” (BRAUDEL, 2002, p. 9). Esse trabalho foi considerado por seus colegas como “bastante ambicioso” e também infundável (DAIX, 1992). Em 1934 ele “descobre” os “maravilhosos registros de Ragusa¹⁰, falando de barcos, fretes, mercadorias, seguros e tráficos... Pela primeira vez eu via o Mediterrâneo do século XVI” (DAIX, 1992, p. 58).

⁸ Cidade espanhola da região de Castela que remonta aos tempos romanos, próxima ao Rio Douro, tendo ali sido construído um castelo nos tempos medievais. Em meados do século XVI, Felipe II de Espanha ordenou a restauração do castelo que passou a ser utilizado como sede do Arquivo Geral de Castela.

⁹ Embora Braudel afirme sobre a “não existência de bolsas”, de fato o que havia era uma escassez na oferta das mesmas, pois o próprio Braudel nos fala também que Marc Bloch havia sido bolsista em Paris na *Fondation Thiers* e também obtivera uma bolsa de estudos na Alemanha, nas universidades de Berlim e Leipzig. Lucien Febvre também foi bolsista da *Fondation Thiers*.

¹⁰ Ragusa, atual Dubrovnik na Croácia, foi a principal cidade da República marítima de Ragusa que teve o seu auge nos séculos XV e XVI.

Braudel no Brasil

Em 1935, Braudel chega ao Brasil para integrar o grupo da então chamada *missão francesa no Brasil*¹¹, que estava incumbida da montagem da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da recém-criada Universidade de São Paulo. Ele fora convidado por Georges Dumas que havia sido incumbido de organizar o grupo de intelectuais franceses que integrariam o corpo docente daquela faculdade. O grupo era formado por jovens estudiosos de elevada qualidade intelectual e que vieram dar àquela instituição um enfoque mais humanista e inovador aos estudos em todos os campos das ciências sociais. Eles chegaram num clima de grande efervescência cultural e política em face da Revolução de 1932¹² e da propagação de uma mentalidade renovadora e empreendedora associada ao modo de ser e agir dos paulistas, conforme posteriormente iria dizer Levy Strauss, em 1990:

A influência francesa era muito forte no Brasil desde o *comtismo*. Para os brasileiros cultos, o francês era uma segunda língua. Georges Dumas (1866-1946) fizera várias estadas no país e travara relações com a aristocracia local, sobretudo em São Paulo, e quando os paulistanos decidiram criar uma universidade em sua cidade, recorreram a ele. Os paulistanos consideravam-se o braço mercante de uma nação adormecida num torpor colonial. Foi pensando em posicionar a juventude paulista ao nível da cultura europeia que esses aristocratas burgueses decidiram criar uma universidade. (Braudel in DAIX, 1995, p. 163)

A missão foi composta por: Roger Bastide (sociólogo), Paul Arbousse-Bastide¹³ (sociólogo), Fernand Braudel (historiador), Lévi-Strauss (sociólogo), Pierre Monbeig

¹¹ A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com Dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia.

¹² A Revolução Constitucionalista de 1932, ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, entre os meses de julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo a derrubada do *Governo Provisório* de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil.

¹³ O grupo de professores franceses relacionava-se com os alunos de maneira muito próxima e sem diferenças de modo a terem se tornado, professores e alunos, grandes colegas. Nesse clima

(geógrafo), Jean Maugué (filósofo), Pierre Deffontaines (geógrafo) dentre outros. Para Fernando Novais (1994), a participação da chamada missão francesa no Brasil foi decisiva e segundo ele:

(...) a palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa (...) evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação. (...) Os franceses foram muito importantes na renovação dos estudos de Ciências Sociais no Brasil. Costuma-se dizer que a seleção desses professores foi muito acertada, e na década de 30 eles tinham vinte e poucos anos e eram recém-formados. (NOVAIS, 1994, p. 1).

Eduardo de Oliveira França, historiador, aluno do curso de História àquela época, fonte primária sobre a missão francesa, nos fala da sensação causada pela vinda da “missão” estimulando-o a se inscrever no curso de história sendo que já cursava o curso de direito:

Na época, se propalava que a contratação de professores franceses era um erro, pois poderiam desnacionalizar nossa cultura. Ora, sucedeu exatamente o contrário, porque acima de tudo induziram e ajudaram o estudo dos problemas brasileiros, estimulando uma cultura com raízes na própria terra. Esse foi outro aspecto muito positivo da missão francesa. (FRANÇA, 1994, p. 1)

Para Braudel, a vinda ao Brasil será uma importante experiência em sua vida pessoal e intelectual, tendo dito que: “Foi no Brasil que me tornei inteligente, especialmente em São Paulo” (Saint-Paul, como ele dizia); “foi no Brasil que eu me tornei o que sou hoje” (BRAUDEL, 1992, p. 10). Ele nos mostra o quanto serão fundamentais os processos de amadurecimento por ele experimentados ao se tornar membro do corpo docente da universidade paulista e ao vivenciar a realidade brasileira. Foi também no Brasil que Braudel teve o tempo suficiente para continuar a escrever sua tese e, tendo ele trazido suas inúmeras fichas e microfiches dos documentos de sua pesquisa, foi preciso alugar mais um quarto no hotel onde se instalara para poder abrigá-los e onde passava o dia lendo documentos.

de afeto, os alunos da faculdade, para diferenciar os professores de mesmo sobrenome, chamavam Roger Bastide de “Bastidinho” e Paul Arbousse-Bastide de “Bastidão”.

Posteriormente muda-se para uma casa a fim de receber sua mulher Paule Braudel e sua primeira filha, ainda bebê. Nas férias de 1935-1936, Braudel e sua mulher Paule saem do Brasil, deixam a filha em Argel com a avó materna e partem para Veneza numa viagem de estudos a fim de realizar pesquisas para o seu livro sobre o Mediterrâneo. A partir de então Paule torna-se sua colaboradora, constituindo-se em um importante apoio para Braudel, ajudando-o, inclusive, a ler documentos em dialeto veneziano¹⁴, que ela não conhecia, mas que, com a prática, passou a compreender verdadeiramente. Voltando ao Brasil, Braudel retoma seus trabalhos na docência da universidade e no ano seguinte é convidado a integrar o corpo docente da *École de Hautes Études* em Paris. No entanto, para ele, foi efetivamente a sua vivência no Brasil, que conheceu para além da cidade de São Paulo, ao visitar o interior, o norte e nordeste do país, que lhe permitiu chegar a uma concepção da história que ele não teria alcançado se tivesse permanecido no Mediterrâneo. De acordo com o pesquisador Luís Correa Lima¹⁵, no Brasil, Braudel conheceu as obras de Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Jorge Amado, Monteiro Lobato e Paulo Prado. A universidade francesa fazia a exigência de uma tese secundária, em que o material da tese principal era utilizado novamente para outro trabalho de menores dimensões. O tema escolhido por Braudel é o Brasil do século 16, sobre o qual decide escrever um ensaio. Mais adiante, durante a sua prisão, em 1943, é publicado nos *Annales-Mélanges* outro grande artigo de Fernand Braudel sobre o Brasil e sobre a obra de Gilberto Freyre. Posteriormente, após a guerra e em função de sua estadia no Brasil, Braudel será uma espécie de referência sobre a história da América latina, sendo chamado, inclusive, para dar um curso sobre o tema na Sorbonne, em 1946.

Outro momento digno de destaque, ocorrido no Brasil, na Bahia, diz respeito a uma imagem poética elaborada por Braudel em que ele faz uma analogia entre vagalumes e o tempo da *longa duração*:

¹⁴ A maior parte da pesquisa para a tese havia sido feita em Simancas e nos arquivos das principais cidades cristãs do Mediterrâneo — Gênova, Florença, Palermo, Veneza, Marselha e Dubrovnick (Ragusa).

¹⁵ Em texto da ANPUH - Associação Nacional de História, 2005 — intitulado *O Brasil transforma Braudel*.

Recordo-me de uma noite, perto da Bahia, quando assistia absorto ao espetáculo pirotécnico de fosforescentes vagalumes; sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar, sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O mesmo acontece com os eventos, para além de seu brilho, a escuridão predomina (BRAUDEL, 1992, p. 10).

Nessa passagem, vê-se com clareza o sentido que é dado ao que está ligado à longa duração, ou seja, àquilo que permanece quase inexoravelmente, subsiste e que muda muito lentamente.

Contato com Lucien Febvre

Um importante aspecto na vida pessoal e intelectual de Braudel, lembrando que para Braudel não havia distinção entre o historiador e o homem, será a forte influência do historiador Lucien Febvre¹⁶ em todo o seu pensamento. A essa altura, Lucien Febvre já havia publicado, em 1911, seu trabalho sobre *Felipe II e o Franco-condado*, em 1922, seu livro *A Terra e a Evolução Humana*, em 1928 seu livro *Martinho Lutero: um destino*; e também Marc Bloch já havia publicado, em 1920, sua tese *Reis e servos, um capítulo da história capetíngia*, em 1924, *Os Reis Taumaturgos* e, em 1931, *As Características Originais da História Rural Francesa*. Braudel havia visto Marc Bloch apenas algumas vezes antes de sua morte em 1944 e travara contato com Lucien Febvre em 1932 e 1933, sendo uma vez na casa de Henri Berr¹⁷, depois na *Encyclopédie française*, na Rue du Four e outra vez na casa dele, em seu escritório da Rue du Val de Grace. Estes encontros haviam ocorrido antes da vinda de Braudel ao Brasil que se daria em 1935. Em 1937, numa

¹⁶ Lucien Febvre e Marc Bloch foram os criadores da *Revista dos Annales* (1929) e o entusiasmo de ambos fez deles uma referência junto aos jovens historiadores franceses, sendo considerados verdadeiros expoentes para a construção de uma *Nova História*.

¹⁷ Henri Berr, criador do Centre de Synthèse com suas Semaines de Synthèse, círculo de intelectuais de diversas áreas, como historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos, biólogos, antropólogos e filósofos. É lá que Febvre e Braudel se vêem pela primeira vez em uma (“maravilhosa”) discussão sobre o humanismo.

conjunção excepcional de fatores, Braudel encontra-se com Lucien Febvre, em Santos, no navio que tomara rumo à França, partindo juntamente com sua mulher, Paule, definitivamente do Brasil. Lucien Febvre voltava de uma série de conferências em Buenos Aires e assim, no navio, passaram os vinte dias da travessia entre “conversas e risadas” (Braudel in DAIX, 1992, p. 165). Este evento estreitou os laços entre ambos de forma definitiva.

Cabe aqui outra digressão a respeito do fenômeno, aparentemente casual, mas que pode ser entendido como uma *sincronicidade*, nos termos desenvolvidos por Carl Jung, em seu livro, *Sincronicidade: um princípio de conexões acasuais*. Carl Jung define assim acontecimentos relacionados por significado e não por relação causal. (JUNG, 2011) A sincronicidade é também referida por Jung como uma "coincidência significativa", ou seja, assim como os *arquétipos* e o *inconsciente coletivo*, a *sincronicidade* é um conceito *junguiano* que deriva de uma inter-relação transpessoal. A *sincronicidade*¹⁸, “difere da coincidência, pois não implica somente na aleatoriedade das circunstâncias, mas sim num padrão subjacente ou dinâmico que é expresso através de eventos ou relações significativos” (JUNG, 2011, p. 18). Por esses fenômenos da sincronicidade, e pela profunda admiração e respeito que irá presidir o curso da amizade entre os dois, Fernand Braudel e Lucien Febvre carregam consigo uma ligação íntima por toda a vida, até a morte de Febvre em 1956. É interessante transcrever o relato de Braudel a Bringuier a respeito do seu encontro com Lucien Febvre, no navio, que o “acaso” produziu:

Quando soube que ele estava a bordo, tive uma sensação de prazer e ao mesmo tempo de temor. Ele tinha fama de ter um temperamento difícil. Vira-o duas ou três vezes. Admirava-o. Ele trabalhava sobre Felipe II, mas antes em aparência. O Franco-condado absorvia tudo. Felipe II apenas estava no horizonte. Por isso é que ele já me havia aconselhado a passar a estudar o Mediterrâneo. O sujeito não era inteligente, mas superiormente inteligente. Generoso a mais não poder. Sem a menor sombra de inveja. Sempre que encontrava alguém

¹⁸ O termo foi utilizado pela primeira vez por Carl Gustav Jung em publicações científicas em 1929, porém ele demorou ainda mais 21 anos para concluir a obra "Sincronicidade: um princípio de conexões acasuais", onde expõe o início da discussão sobre o assunto. Esta foi uma de suas últimas obras, e foi, segundo o próprio, a de elaboração mais demorada devido à complexidade do tema e da impossibilidade de reprodução dos eventos em ambiente controlado.

com talento, ficava numa alegria transbordante. É prodigiosa a quantidade de pessoas que estimulou, lançou, elevou acima delas mesmas. Tinha uma extraordinária necessidade de elevar os outros até o seu nível. (DAIX, 1995, p. 163)

Mais adiante, ao longo do período de prisão de Braudel, de 1940 a 1945, Febvre será um importante apoio através da longa correspondência que irá se estabelecer entre os dois. Febvre receberá os “cadernos” enviados por Braudel onde escrevia a sua obra do Mediterrâneo. Após a guerra, quando se dá a sua libertação, Braudel assumiria juntamente com Febvre a Revista dos Annales e após a saída de Febvre, em 1956, Braudel assume sozinho a direção daquela revista. Mais tarde, em um artigo intitulado *Presença de Lucien Febvre*, Braudel irá, ele mesmo, dizer da importância e influência do grande historiador e amigo.

Escrita do Mediterrâneo: o tempo da prisão

Em 1938, Braudel foi nomeado para uma cátedra na *École Pratique de Hautes Études*¹⁹ em Paris e, em 1939, quando se preparava para dar início à redação de seu livro²⁰, estoura a guerra. A partir de então é designado a participar daquela luta na fronteira do Reno.

Para um maior entendimento do contexto da guerra e mais especificamente, daquele contexto na França, recorramos a um breve histórico periodizado das principais ações de guerra, marcos da evolução da ocupação da França pela Alemanha. A Alemanha viu surgir à partir dos anos de 1930 um governo totalitário com objetivos

¹⁹ A *École Pratique des Hautes Études* (EPHE) é uma instituição francesa de pesquisa e ensino superior público de caráter científico, cultural e profissional, criado por decreto do governo francês, em 1868. Dela derivou em 1975 a EHESS, que é a sua seção de ciências econômicas e sociais, tornada autônoma e sendo chamada de *École des hautes études en sciences sociales*. (EHSS). Além de Braudel, estiveram ligados à EHESS como alunos, professores ou pesquisadores: Roland Barthes, François Bourguignon, Pierre Bourdieu, Fernando Henrique Cardoso, Manuel Castells, Cornelius Castoriadis, Jacques Derrida, Marc Ferro, Lucien Febvre, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Milan Kundera, Alain Touraine e outros.

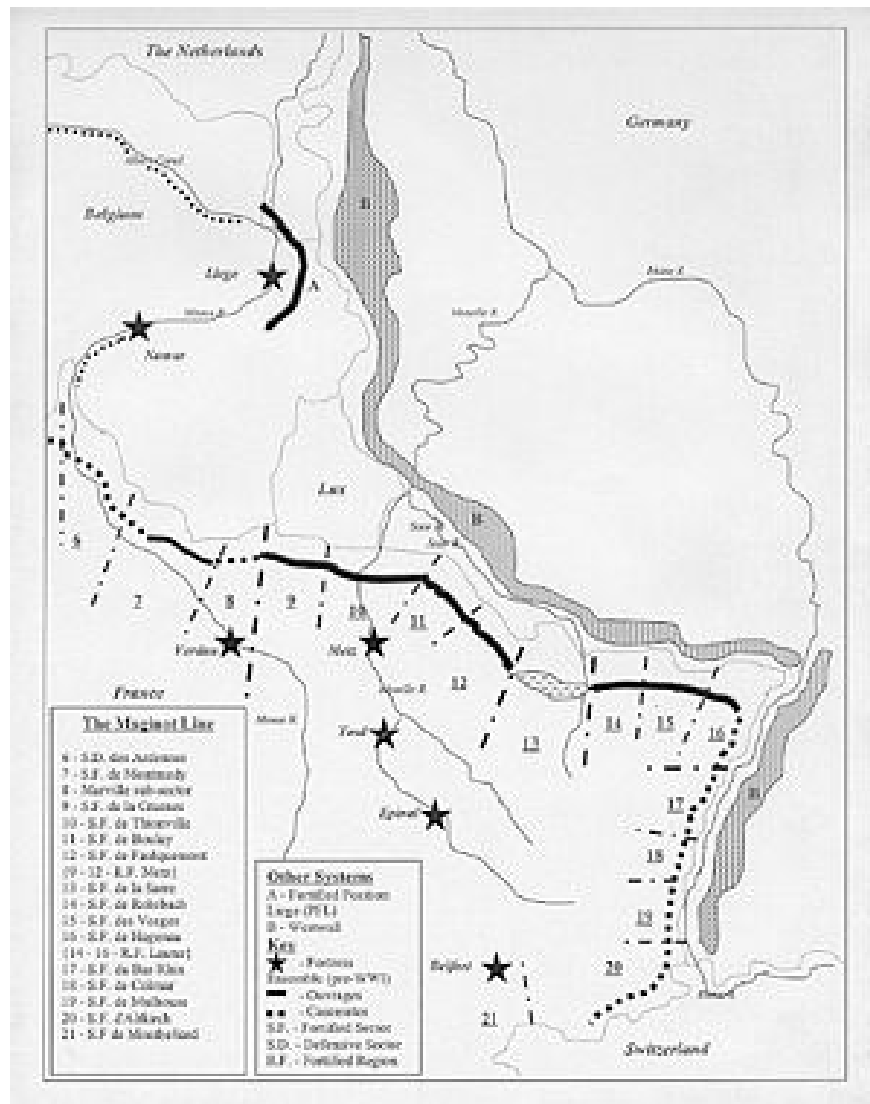
²⁰ A esta altura, Braudel havia escrito uma longa introdução do livro que após tantas revisões acabou não sendo aproveitada quando da sua edição.

militaristas e expansionistas levando a um conflito de proporções mundiais, a Segunda Guerra Mundial, em virtude das ações beligerantes e de desrespeito às regras que mantinham uma situação de equilíbrio instável entre as nações desde a Primeira Guerra Mundial. Este era um equilíbrio tênue, tendo em vista os processos e o desfecho em que se deu o fim da Primeira Guerra e que deixou por assim dizer, a Alemanha bastante humilhada. Os termos do Tratado de Versailhes²¹ contribuíram para a queda da República de Weimar em 1933 e assim abriu-se o campo para a ascensão de um governo totalitário e antidemocrático que foi o *nazismo*, que se fortaleceu na época pela promessa de solucionar a grave crise econômica e reduzir os altos níveis de desemprego. Desta forma, desencadeou-se um processo de industrialização de armamentos e de equipamentos bélicos para dar subsídios a este expansionismo que levou a conflitos inevitáveis entre a Alemanha e os países que foram sendo por ela ameaçados. A Alemanha desrespeita o “Tratado de Versailhes” reconquistando territórios perdidos na primeira guerra. Em 1939, com a invasão da Polônia, a França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha. A guerra toma proporções mundiais e formam-se dois grandes blocos, o dos Aliados — Inglaterra, URSS, França e EUA — e o do Eixo — Alemanha, Itália e Japão, definidos em função do posicionamento dos países em relação às ações da Alemanha. A seguir, a Alemanha invade a França e os Países Baixos, isto em 10 de Maio de 1940. A invasão da França pelos Países Baixos foi uma estratégia alemã em função da necessidade de desvio da *Linha Maginot* ²², que começava ao Sul, perto da Suíça, e terminava na fronteira com Luxemburgo. Primeiro

²¹ O tratado de Versailhes (1919) foi um tratado de paz assinado pelas potências européias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial. Após seis meses de negociações, em Paris, o tratado foi assinado como uma continuação do armistício de Novembro de 1918. Em suas cláusulas a Alemanha saía totalmente desmoralizada tendo sido considerada responsável pela guerra, ou seja, tendo a “culpa da guerra”, perdeu territórios e colônias e estimou-se uma dívida (reparação de guerra) de mais de 33 milhões de dólares. Valor considerado altíssimo pelos alemães.

²² A Linha Maginot foi um sistema de defesa construído entre 1930 e 1936, paralelo à divisa Franco-Germânica, constituído por um complexo formado por um conjunto de trincheiras, vias subterrâneas, obstáculos, baterias blindadas escalonadas em profundidade, postos de observação com abóbadas blindadas e paióis de munições a grande profundidade. Com suprimentos próprios de energia, munição e alimentos, a linha era formada por uma série de fortalezas e estruturas interligadas. Era composta de 108 edificações principais (fortes) a 15 km de distância uns dos outros, outras edificações menores, casamatas e mais de 100 km de galerias.

foi ocupada a parte norte da França e, a seguir, Paris, ocupada em 14 de Junho de 1940. A França se rendeu em 22 de Junho de 1940, com a assinatura do Armistício que definiu o *cessar-fogo* entre as duas nações. A assinatura se deu em Compiègne, (mesmo local onde fora assinado o armistício de 1918 que pôs fim à Primeira Guerra) e estabeleceu as condições oficiais da ocupação alemã da França, que ficou dividida em duas grandes zonas, a zona ocupada, sob controle alemão, e a chamada zona livre sob a autoridade da França de Vichy, que era um governo colaboracionista com os Alemães. Fora da França, o general De Gaulle, veterano da Primeira Guerra Mundial, liderou as *Forças Francesas Livres* (parte da Resistência) com base na cidade de Londres. Dentre os vários termos do armistício, um deles definiu que os prisioneiros de guerra (mais de um milhão e meio de homens) ficariam cativos até à assinatura de um acordo de paz. Braudel foi capturado em 29 de Junho de 1940 (sete dias após a assinatura do armistício) ao fechar-se o cerco ao destacamento que ele integrava e que se situava em *Sedan-Charleville-Mezières*, área localizada entre a *Linha Maginot* e o exército alemão, tendo o grupo ficado ali encurralado.



Linha Maginot na divisa entre a França e a Alemanha

Braudel permanece aprisionado na Alemanha até 1945, primeiro na Mogúncia e depois (junho de 1942) em Lubeck. A experiência do cativo fez com que Braudel buscasse se abstrair daquele rude cotidiano da prisão através do trabalho intelectual, como forma de se ausentar das dificuldades e dos medos próprios daquela instável e perigosa situação. Mergulhou assim, com afincos, na escrita de seu livro, que viria a ser a sua ambiciosa obra prima e que tanto impressionaria a elite acadêmica francesa. Durante esses longos anos da prisão, Braudel substituiu a degradação da sobrevivência de prisioneiro por uma outra vida mais ampliada, metafórica, imaginária, ligada à riqueza do mundo mediterrânico e do mar propriamente. O Mediterrâneo emergiu como “personagem histórico”, fato sem antecedentes na historiografia e que será um marco

para o seu desenvolvimento. Dessa forma, ele faz uma opção pela liberdade e não pelo castigo ou pela culpa infligidos nestas situações extremas. Através desse mundo concretamente imaginário, Braudel irá reviver o século XVI à medida que avança em suas descobertas e nas inúmeras conexões que estabelecerá em busca da explicação do sentido da vida dos homens daquele tempo-espaço. Assim, entraria para a história da historiografia como um renovador de seus métodos e um autor de grande ambição e fôlego intelectuais. Ao dar relevo, em sua concepção da história, às oscilações cíclicas, Braudel antecipou as análises conjunturais e estruturais que tanto iriam influenciar toda uma geração de pensadores sociais. Rompendo com a história tradicional, historizante, factual, tentou, sob a influência de Lucien Febvre e Marc Bloch, integrar os campos das outras ciências humanas à pesquisa histórica, com uma visão econômica, social e cultural das sociedades. Braudel escreveu seu livro em cadernos escolares que foram enviados, um a um, para Lucien Febvre que os recebeu, leu cuidadosamente e devolveu a Braudel quando findou a guerra. A escrita do livro baseou-se principalmente em arquivos da memória, ou seja, durante o período da prisão ele não pode consultar as fontes documentais que havia levantado e compilado nem esclarecer dúvidas ou mesmo discutir seus pontos de vista de um modo mais sistemático. No entanto, foi nesse período que, segundo ele,

Minha visão da história tomou, então, sua forma definitiva, sem que eu me desse conta disso de imediato, em parte como a única resposta intelectual a um espetáculo — o Mediterrâneo — que nenhum relato histórico tradicional parecia-me capaz de apreender, em parte como a única resposta existencial aos tempos trágicos que eu atravessava. (...) Eu precisava acreditar que a história e o destino se escreviam em muito maior profundidade. Escolher o observatório do tempo longo era escolher, como um refúgio, a própria posição de Deus pai. (DAIX, 1999, p. 232).

Com efeito, o isolamento da prisão proporcionou-lhe um distanciamento que acelerou o amadurecimento de uma concepção diferente e possibilitou a construção de campos ainda não explorados e que foram a contribuição própria de Braudel para os *Annales* e para a historiografia. A 24 de Janeiro de 1941, Braudel concluiu a primeira versão do *Mediterrâneo*, tendo escrito 1.600 páginas em muito pouco tempo. Pierre Daix (1999) estima que Braudel escreveu uma média de 10 páginas por dia, nesse

período. No campo da Mogúncia, Braudel iniciara ciclos de palestras que eram proferidas aos prisioneiros, tratando de diversos temas de história, geografia, literatura e outros. Ao transformar o ambiente da prisão numa universidade improvisada, Braudel irá considerar este acontecimento, em carta enviada a Paule em janeiro de 1942, “o mais belo êxito universitário de minha vida (...) minha sala nunca se esvaziava.” (DAIX, 1999, p. 198) O sucesso de suas conferências teria feito, talvez, com que os alemães, a partir de 30 de setembro de 1941, o autorizassem a mandar vir livros (alemães) da “rica biblioteca da Mogúncia” (DAIX, 1999, p. 194). Este fato será decisivo para seu trabalho que a esta altura estará pronto e irá trazer novo fôlego para a revisão da tese do Mediterrâneo. Braudel passa a ser chamado de “Magnificus”²³ o que demonstra o respeito e a consideração com que era tratado naquela prisão “universitária.” Ali também, conforme carta escrita à Lucien Febvre, Braudel explica estar orientando dez alunos em suas pesquisas, o que demonstra que os trabalhos ali eram levados bastante à sério e encarados com a mesma intensidade de uma universidade. O seu forte interesse pelas atividades “acadêmicas” revela que Braudel conseguira transformar o tempo da prisão em um tempo proveitoso. Por isso ele teria respondido àqueles que lhe perguntavam sobre os motivos que fizeram com que ele não tentasse fugir, assim como outros fizeram, que, como já tinha quarenta anos, não conseguiria a agilidade corporal necessária para a fuga. Por outro lado, isso também se explica por ele, ao ocupar-se com suas atividades acadêmicas, ter desenvolvido uma forma de suportar tudo aquilo de modo que conseguira permanecer por ali e não, como ele mesmo disse, “ficar obcecado pela fuga”. (DAIX, 1999, p. 200).

Na carta a Febvre de 26 de outubro de 1941, Braudel faz comparações entre a Alemanha e a França reconhecendo que em seu país, a geografia humana e a economia política estavam “terrivelmente atrasadas” (DAIX, 1999, p. 204). Esta conclusão provavelmente foi reforçada pela leitura que Braudel fazia naquele mês de vários escritores alemães: Max Weber, em seu artigo *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1901), e no livro *Economia e sociedade* (1922); Werner Sombart, em seu livro *O moderno capitalismo*; George von Below, em seu livro *Sobre as periodizações históricas, com especial atenção à fronteira entre a Idade Média e os tempos modernos*. Mais adiante, Braudel recebe

²³ Título atribuído ao reitor de uma unidade acadêmica.

também em setembro de 1942 vários números dos Annales (a revista continuava sendo publicada durante a guerra) assim como o livro de Lucien Febvre: *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*.²⁴

O livro sobre o Mediterrâneo foi escrito e reescrito pelo menos três vezes enquanto Braudel estava na prisão. A reelaboração constante da tese foi reforçada pela experiência da vida em cativo. Em carta a Paule, Braudel definira sua posição sobre o ato de escrever, dizendo que “devíamos pensar e só depois escrever. Mas na realidade escrevemos, em vista da pressa, e depois pensamos, quando sobra tempo” (DAIX, 1999, 216). Sabe-se que Braudel, considerando-se satisfeito com a última versão (a terceira) escrita do Mediterrâneo, enviou-a a Lucien Febvre, dizendo que “trabalho e meu livro toma a forma de um verdadeiro livro” (DAIX, 1999, p. 212). A tese foi muito bem aceita por Lucien Febvre. Além de “admirar e saborear os capítulos tão ricos de geografia” (DAIX, 1999, p. 204), Febvre disse em carta ao próprio Braudel enviada em janeiro de 1942:

Mais que nunca precisamos de ti, mais que nunca contamos contigo. Será que percebes a alegria que teus cadernos me dão? Já não se trata de promessas, trata-se de realizações. Se os homens da minha idade puderem ver a continuidade assegurada por vocês, terminarão em paz sua vida trágica e atormentada. (DAIX, 1999, p. 210).

Foi também na prisão que Braudel recebeu a notícia da morte de Marc Bloch, acontecida em 16 de Junho de 1944, fuzilado juntamente com outros 150 companheiros de prisão. O desembarque dos aliados na Normandia, no que foi chamado o dia “D” se deu em 6 de Junho de 1944, portanto, Marc Bloch é morto, já no final da guerra.

Lubeck foi liberada sem combates no início de maio de 1945, após o suicídio de Hitler em 30 de Abril. Braudel é libertado em Maio de 1945 quando finda a guerra. Ele tem dificuldades para voltar para a França imediatamente, indo primeiro de “Mercedes” para a Holanda e depois de avião para a França, lá chegando em 26 de Maio de 1945.

²⁴ A tese concluída em 1947 (1.160 páginas), quando da sua defesa em primeiro de Março de 1947, foi publicada pelo autor em 1949, e pela *Librairie Armand Collin*, Paris em 1966, esta segunda edição será revisada e nela serão incluídos gráficos e mapas que não haviam constado da primeira.

Na França, ele irá imergir em seu trabalho de finalização do Mediterrâneo, concluindo a terceira parte, intitulada “Os acontecimentos, a política, os homens”. Esta era uma parte factual, portanto dependente de suas fichas e notas que haviam sido recuperadas após a sua prisão. O livro dividiu-se em tres partes: A primeira intitulada “A contribuição do meio”, ligada à *longa duração*, ao tempo geográfico, que é uma história que se move lentamente, relacionada ao homem em suas relações com o meio que o cerca. A segunda, intitulada “Destinos coletivos e movimento de conjunto”, ligada a um tempo social que se relaciona com “forças de profundidade” ligadas às estruturas econômicas, sociais e políticas, que atuam de forma “lentamente ritmada” configurando as sociedades. A terceira parte, intitulada “Os acontecimentos, a política, os homens”, ligada a um tempo individual, que é o das “oscilações breves, rápidas, nervosas”, do tempo presente, “das paixões, dos acontecimentos”, instantes que por sua vez, “são manifestações desses largos destinos”, dessas forças de fundo, e que “só se explicam por elas” (BRAUDEL, 1983, p. 25).

A novidade do livro estava no tratamento amplo, não apenas do espaço como da duração, na articulação das temporalidades com as espacialidades, ou seja, na síntese e na totalidade tempo-espaço. Segundo Daix, “não só o livro se torna mais denso e claro como o faz aprofundando e acentuando a originalidade que já ostentava: a amplitude de vida e a dinâmica da história.” (DAIX, 1999, p. 269). Em carta enviada a Paule em 15 de Fevereiro de 1941, quando estava na Mogúncia, Braudel já antecipa a complexidade de sua visão e a verdadeira reviravolta na concepção do espaço, em relação à geografia clássica, ampliando os espaços através de áreas de influência, de ciclos variáveis, dinâmicos, espaços essencialmente dialéticos, utilizando-se do que Pierre Daix chama de “extrapolação metodológica”:

De acordo com as exigências da história, o Mediterrâneo só pode ser uma zona espessa, prolongada regularmente para além de suas margens e em todas as direções ao mesmo tempo. Ao sabor de nossas imagens, ela pode evocar um campo de forças (...) ou mais simplesmente um lar luminoso, sem que tenhamos a possibilidade de assinalar numa linha riscada de uma vez por todas a divisão entre a sombra e a luz. (...) E, com efeito, que fronteira traçar quando já não se trata de plantas ou animais, do relevo ou do clima, mas dos homens, que não se deixam conter por qualquer delimitação, que superam todas as barreiras? O Mediterrâneo (e o Mediterrâneo maior que o

acompanha) é tal como o fazem os homens. (...) Essas circulações de homens, de bens, tangíveis ou imateriais, desenham ao redor do Mediterrâneo fronteiras sucessivas, auréolas. Trata-se de cem fronteiras ao mesmo tempo: umas na esfera da política, outras na da civilização e da autonomia (DAIX, 1999, p. 272).

Braudel inova no modo como trata o espaço geográfico, sendo que o faz sem que este se explique isoladamente. O espaço aparece como algo dinâmico, não como um resultado do determinismo geográfico, fixista: “o espaço braudeliano é antes de mais nada um espaço de relações, e só poderia ser concebido na rapidez e na multiplicidade” (DAIX, 1999, p. 273). A sua obra, então, é um passo inaugural, ampliando os campos da história, buscando uma história total através da articulação entre as temporalidades longa, média e curta, tendo em vista perceber “as condições gerais de vida dos homens” (BRAUDEL, 1983, p. 34); tendo em vista, ainda, perceber os movimentos contínuos e os que se alternam, o que permanece e o que se modifica, um campo de experimentações dos homens, sempre em processo dinâmico e inacabado. Não poderíamos chamar esse procedimento de que Braudel lança mão exatamente de dialético? Poderiam os marxistas tê-lo considerado um conservador ou não teria sido ele exatamente o contrário disso, ou seja, um praticante pleno de dialética em todos os campos de percepção da vida social?

Decepção na Sorbonne

Após a saída da prisão e paralelamente a sua dedicação à escrita de conclusão do Mediterrâneo, Braudel, então com 43 anos, se empenhou como candidato à agregação²⁵ junto à Sorbonne²⁶ quando vaga uma cadeira de história moderna. Pierre

²⁵ *Agregè* era o termo dado àqueles professores recém agregados aos quadros docentes das instituições educacionais superiores.

²⁶ A Sorbonne é um sítio histórico situado no Quartier Latin de Paris. Seu nome é alusivo ao teólogo do século XIII Robert de Sorbon, fundador do Colégio de Sorbonne, que à época era dedicado ao ensino de teologia. O nome Sorbonne designa, em linguagem corrente, a antiga Universidade de Paris (antes de 1793), bem como as faculdades que ali se estabeleceram no século XIX e a nova Universidade de Paris, correspondente ao período de 1896 a 1971. Em 1970,

Renouvin, responsável pela universidade naquele momento, já havia conhecido Braudel à época do Congresso de Argel em 1930. No entanto, isso ajudaria apenas a confirmar que se tratavam ali de duas visões de história totalmente diferentes. No evento do Congresso, Renouvin enviara uma resenha para ser publicada nos *Annales* que Braudel considerou “o que pode haver de incolor e neutro” (DAIX, 1999, p. 262). Renouvin havia convidado Braudel para dar um curso sobre a América Latina na Sorbonne, fato que o alegrou (a Braudel), pois se sentiu iniciado no mundo daquela universidade. Por isso imaginou que chegara a sua vez de inserir-se naquela instituição: pura ilusão e otimismo. O curso por ele ministrado causou um verdadeiro choque, positivamente, para os alunos, tendo dito Pierre Chaunu, um dos ouvintes daquele curso:

Ouço Braudel e penso comigo mesmo: os outros não existem mais. Tudo me encantava. Fui conquistado num quarto de hora; a maneira de falar, o que ele dizia correspondia tanto ao que eu desejava... Ele falava de espaços e eu via esses espaços (...) Era fantástico! Ele nos falava dos ciclos econômicos, citando Labrousse e Simiand. Corri para a biblioteca para consultar as obras desses autores que eu desconhecia. Era formidável, um verdadeiro choque. (DAIX, 1999, p. 261)

Outro candidato à agregação, Marc Ferro, assistira a uma conferência de Braudel e, maravilhado pelo que ouvia, dissera aos colegas que teriam que vir. Afirmou que Braudel “construía a história diante de nós” e que ainda “ele era destituído de qualquer dogmatismo, e nós estávamos cercados de dogmatismos, inclusive o dos comunistas, que não era dos menores naquela época” (DAIX, 1999, p. 261).

Braudel não imaginava a inveja que o enorme sucesso de seu curso iria causar a Renouvin. Este era um homem de personalidade difícil, explicada em parte pelo fato de ter participado da Primeira Guerra Mundial na qual perdera um braço. Tornou-se, assim, um especialista em Primeira Guerra Mundial e passaram a lhe interessar as

como parte da reação governamental aos movimentos de maio de 1968, a Universidade de Paris foi dividida em treze universidades autônomas, mantidas com recursos públicos. Quatro dessas universidades públicas passaram a compartilhar o nome de Sorbonne e estão parcialmente instaladas no sítio histórico da rue des Écoles, no V arrondissement, na área central de Paris.

questões de diplomacia. Este homem possuía um grande poder decisório nas assembleias de historiadores para escolha dos candidatos a professor. Além do mais, Renouvin tinha o objetivo de editar a sua obra sobre a *História das relações internacionais* e, por isso, sua preferência recaía sobre o nome de Gaston Zeller que era candidato à cadeira da Sorbonne e colaborador de Renouvin naquele seu projeto editorial. Gaston Zeller foi nomeado e, ironicamente, numa atitude bastante agressiva em relação a Braudel, ofereceu um curso sobre o Mediterrâneo que, no dizer de Marc Ferro, “não tinha o menor interesse”. (DAIX, 1999, p. 265) De alguma forma, repetia-se com Braudel a mesma imensa injustiça que se dera com Lucien Febvre em 1926, quando este também não conseguiu ingressar no corpo docente da Sorbonne. Essa dupla derrota, de Braudel e Febvre, será muito mais uma derrota daquela instituição e da historiografia francesa e mundial, que não pode ser atingida pela influência revolucionária nas formas de ensino e nos programas a serem propostos por estes brilhantes e inovadores intelectuais. Mas o processo de mudança e renovação do fazer histórico já fora desencadeado e, irreversivelmente, não pode ser freado, dada a importância do novo enfoque da história e o fantástico poder de explicação e de encantamento das novas “leituras” a respeito das civilizações feitas por Braudel e Lucien Febvre. O fracasso na Sorbonne jamais seria esquecido por Braudel, e ele sempre se lembraria do sabor amargo da derrota e do sentimento de exclusão que o dominaria por muito tempo, talvez até a sua morte.

Defesa da tese

Braudel apresenta a defesa da tese do Mediterrâneo em primeiro de Março de 1947 para um auditório repleto, comprovando o enorme sucesso que fazia entre os alunos do curso de história. O júri (que hoje chamaríamos de banca) foi presidido por Roger Dion, especialista em geografia histórica; composto por Emile Coornaert, professor do *Collège de France* e amigo de Braudel; Marcel Bataillon, hispanista

conhecido de Braudel desde Argel, também professor do *Collège de France* e amigo de Lucien Febvre; Ernest Labrousse, companheiro dos *Annales* e recém ingresso na Sorbonne na única cadeira de história econômica e social. O último era o já anteriormente citado Gaston Zeller, especialista no século XVI na Sorbonne, que, embora tenha se colocado em oposição a Braudel, fazendo-lhe críticas à tese, acabou deliberando, assim como os outros jurados, em favor da sua aprovação. Mas dada a então recente decepção pelo não ingresso na Sorbonne, a merecida alegria pela aprovação de sua tese se viu ofuscada. A tese, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*, inaugurou uma nova maneira de encarar a história e chegou a ser considerada pelo jornal *New York Times* como a obra histórica mais significativa do nosso tempo. Para a historiografia o *Mediterrâneo* foi e sempre será uma obra definitiva referencial seja para o estudo do tema propriamente dito seja em função dos aportes teóricos trazidos para o desenvolvimento dos estudos no campo da história e das ciências sociais como um todo.

Escola dos Annales

A *Escola dos Annales* foi um movimento intelectual que teve início na França, fundada em 1929, sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch, que renovou a historiografia e se consolidou através da publicação periódica intitulada *Anais de História Econômica e Social*²⁷ e dos livros escritos por seus mentores e colaboradores. A partir de uma ótica inovadora e ampliada, a nova revista teve como modelo a revista *Annales de Géographie* de Paul Vidal de la Blache²⁸, que desde 1891, quando foi criada, já visava uma aproximação entre geógrafos, historiadores e sociólogos, principalmente. A

²⁷ A revista teve cinco títulos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d'histoire sociale* (1939-1942); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-1994) e *Annales. Histoire. Sciences Sociales* (a partir de 1994).

²⁸ Paul Vidal de la Blache foi professor de Febvre, e este último tinha forte admiração pelo mestre, na *Escola Normal Superior*. Vidal de la Blache mantinha um relacionamento intelectual com importantes historiadores da época. A introdução escrita por Vidal de la Blache ao compêndio da *História da França* publicado em dez volumes por Ernest Lavisse introduziu uma visão abrangente da história ao relacionar a ação humana com o espaço geográfico. Vidal seria também um importante colaborador da *Revista dos Annales*.

Revista dos Annales será porta-voz de um ideário a favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história tendo sua força argumentativa no modo de construir narrativas e de organizar os elementos que as compõem de forma clara e iluminadora de novos campos, de planos interdisciplinares. As questões colocadas por ela conformam um quadro de síntese entre os diversos campos da atividade humana, em sua dimensão espaço-tempo. Lucien Febvre e Marc Bloch encontravam-se insatisfeitos com o modo tradicional com que os historiadores de então procediam, modo este que, segundo eles, era bastante restrito e ligava-se a uma história factual, incapaz de perceber o grande movimento da história, ampliado, articulado com os campos econômico e social, assim como com a geografia e a cultura. Para Lucien Febvre, a “história era filha de seu tempo” (BURKE, 1990, p. 7). Portanto, naquele momento em que a França, assim como o restante da Europa e do mundo, passava por importantes mudanças — verdadeiras convulsões sociais — vê-se que a história tradicional não atendia mais às necessidades daqueles novos tempos e de seus novos anseios. Sendo assim, a sensibilidade e a inquietude de Febvre e Bloch em sua determinação para a construção de uma história mais crítica e global fizeram com que os dois colegas e amigos desde a *Universidade de Estrasburgo* fundassem em parceria a *Revista dos Annales*, de modo que seu primeiro número foi publicado em 15 de janeiro de 1929. Em 1933, Febvre vai para Paris assumindo uma cátedra no *Collège de France* e, em 1936, Bloch sucede Hauser na cátedra de história econômica da Universidade de Sorbonne. Estas transferências foram possíveis pelo reconhecimento do trabalho de ambos e “são sinais evidentes do sucesso do movimento dos *Annales*” (BURKE, 1990, p. 37).

Para a compreensão dos processos que levaram à criação da revista, é preciso voltar à sua origem e revelar seus antecedentes. Encontraremos uma figura primordial que é a de Henri Berr, um brilhante filósofo e professor que estaria “onde tudo começou” (BRAUDEL, 1992, p. 14). Este filósofo que se enveredou pelos campos da história e de outras ciências afins escreveu sua tese, *A síntese dos conhecimentos e a história: ensaios sobre o futuro da filosofia* (tese de doutorado, 1898), tratando do estudo da história de uma forma geral buscando desvendar o seu sentido totalizante e não, como era comum, constituí-la em um somatório de fatos concatenados cronologicamente sem nenhuma visão crítica. A preocupação de Henri Berr era a de realizar uma síntese, isto

é, fazer uma filosofia da história de modo a repensar e rever os seus objetivos. Para dar visibilidade aos novos sentidos da história e permitir a livre discussão sobre a matéria, Henri Berr funda, em 1900, a *Revue de synthèse historique*. Henri Berr explicita seu posicionamento em relação ao ensino da história quando de sua candidatura ao *Collège de France*:

O *Collège de France* não tem mais nenhum ensino de história filosófica, nem mesmo de história geral. Lá, se ensina: a história literária, a história da arte, a história da filosofia, a história das legislações, a história econômica, ensinam-se histórias, não se ensina a história. (BRAUDEL, 1992, p. 17)



Capa de dois volumes da *História universal* de Henri Berr, publicados em 1934.

As idéias discutidas na *Revue de synthèse historique* e nas reuniões em que participaram intelectuais de vários campos científicos, historiadores, geógrafos, economistas, sociólogos, biólogos, matemáticos, físicos, psicólogos e filósofos, fizeram com que Henri Berr fosse considerado uma “ovelha negra” (BRAUDEL, 1992, p. 18) por parte daqueles que tinham aversão ao novo ou àquilo que representava mudança. No entanto, graças a essas reuniões, promovidas por Henri Berr, foi possível congregar

intelectuais entusiastas por algo novo, dentre eles: Paul Lacombe, Henri Hauser, François Simiand, Abel Rey, Lucien Febvre e Marc Bloch. (BRAUDEL, 1992, p. 19). Elas possibilitaram, inclusive, o encontro entre Fernand Braudel e Lucien Febvre, em 1933. Este rico processo foi interrompido pela guerra de 1914, de modo que só a partir de 1920 Henri Berr dá início à sua coleção *Èvolution de L'humanité* e, em 1925, funda o *Centre de synthèse* onde se darão as importantes *Semaines de synthèse*. A supressão do adjetivo *histórico* torna mais coerente o sentido filosófico e globalizante da revista. Lucien Febvre e Marc Bloch colaboraram regularmente com a *Revue de synthèse* e nela Lucien Febvre teve um papel de liderança decisivo juntamente com Henri Berr. No entanto, o desejo de criar uma outra revista que fosse mais combativa e menos filosófica fez com que Marc Bloch e Lucien Febvre²⁹ fundassem a *Revista dos Annales* em 1929.

Em todos os trabalhos publicados na revista havia uma preocupação em retirar a história do seu isolamento disciplinar, tendo-se a convicção de haver uma unidade em construção entre a história e as ciências sociais. Para isso, foram convidados diversos pesquisadores da geografia, da sociologia, da psicologia, da história e de outras áreas jamais incluídas nos interesses dos historiadores de então. Na *Revista dos Annales* estabelece-se um lugar possível para a prática da interdisciplinaridade. Isso porque, “(...) a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade não podia reduzir-se a um pálido reflexo dos jogos de poder (...)” (BURKE, 1990. p. 7). Abria-se assim uma nova perspectiva para a história, ampliando os seus campos de atuação e promovendo uma verdadeira revolução nos métodos e na prática do fazer histórico. Propunha-se a construção de uma “história coletiva”, ou, na expressão utilizada por Febvre, realizar uma “outra história”. Este movimento iniciado pelos *Annales* irá produzir o que se chamou de *Nouvelle histoire* que representou um novo patamar de caráter inovador e transdisciplinar para a prática da pesquisa histórica.

Fernand Braudel se insere nesse movimento tornando-se um renovador dos métodos historiográficos especialmente no desdobramento de uma teoria capaz de a

²⁹ Bloch e Febvre se conheceram na Universidade de Estrasburgo em 1919 para onde haviam sido nomeados professores.

um só tempo tornar o estudo da história mais complexo e multifacetado e, a outro, cada vez mais esclarecedor e completo. Braudel desenvolveu um método de síntese entre tempo e espaço que se tornou uma contribuição enriquecedora para o campo da história e que a *Revista dos Annales* irá divulgar e difundir não só em seu país como também para além da França. Ao mesmo tempo, foi a *Revista dos Annales* que contribuiu para que Braudel orientasse seus interesses para a construção de uma história mais ampla, chegando ele a dizer que “o que devo aos *Annales*, ao seu ensino e inspiração, constitui a maior de minhas dívidas” (BURKE, 1990, p. 50).

Para o entendimento do processo em que a *Revista dos Annales* evoluiu desde a sua criação até os dias atuais é preciso lembrar alguns momentos que marcam fronteiras dentro do próprio movimento. Segundo Peter Burke este movimento pode ser dividido em três fases. A primeira, de 1929 a 1945, sob a inspiração de seus criadores Lucien Febvre e Marc Bloch, caracteriza-se por seu caráter desafiador, “radical e subversiva contra a história tradicional” (BURKE, 1990, p. 12). Para Braudel, o início dos *Annales* aconteceu com o mesmo espírito — paixão e polêmica — da *Enciclopédia* dos filósofos do século XVIII. (BURKE, 1990)

Depois da Segunda Guerra Mundial, no período de 1946 a 1968, tem-se a sua segunda fase, mais consolidada e reconhecida pela intelectualidade. Nesta fase, a *Escola* estava sob influência de Lucien Febvre e de Fernand Braudel. Braudel irá introduzir novos conceitos e métodos contribuindo para que a *Escola* se enriqueça nos campos teórico e metodológico. No pós-guerra, em 1947, Febvre é convidado para criar a *VI Seção da École Pratique de Hautes Études*,³⁰ dedicada às ciências sociais e que englobava o *Centro de Pesquisas Históricas*. Estes cargos assumidos por Lucien Febvre e os demais cargos por ele distribuídos para os seus colaboradores, como Braudel, Charles Morazé, Robert Mandrou (BURKE, 1990), dentre outros, demonstram um processo de institucionalização que vai se afirmando de modo que o movimento iniciado de forma “herética”³¹ passa a se integrar ao *Status quo* da historiografia francesa. O poder e a

³⁰ Lucien Febvre foi o primeiro presidente da *École Pratique de Hautes Études* e diretor do Centro de Pesquisas Históricas.

³¹ Lucien Febvre afirmara em sua aula inaugural de 1953 que “é necessário ser herético”.

influência da revista já eram enormes quando assume a direção da revista o historiador Fernand Braudel em 1946.

A partir de 1968³² se inicia uma fase marcada pela fragmentação e pela diversificação temática. Para Burke, estas fases do movimento, vieram “ilustrar o processo cíclico comum segundo o qual os rebeldes de hoje serão o *establishment* de amanhã” (BURKE, 1999, p. 13). A Revista teria uma repercussão ampliada em dois níveis, seja no sentido da abrangência da sua influência para além da França, seja no sentido da sua influência para todo tipo de público, seja ele acadêmico ou leigo³³.



Capa da publicação da Revista dos Annales – 2008. O nome *Annales: História, Ciências Sociais* é dado a partir de 1994.

³² Os eventos estudantis de maio de 1968 em Paris e seus desdobramentos inspiraram novos questionamentos quanto aos conteúdos e formas de gestão da revista.

³³ Braudel seria o responsável pela pesquisa e textos para uma série de programas de televisão sobre a história mundial nos anos de 1970.

A partir de 1968, Braudel irá recrutar historiadores para integrarem o grupo da Revista com o intuito de renovar os *Annales*, dentre eles: Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Marc Ferro. A diversificação temática proposta pelos *Annales* enriqueceu o campo da história por um lado e ao mesmo tempo permitiu que se firmasse também, dentre as diversas tendências, a da história quantitativa, ou serial, especialmente voltada para a história econômica e dos preços. Do campo econômico, esta linha quantitativa, derivou para o campo social resultando na elaboração de uma história populacional subsidiada por pesquisas aprofundadas baseadas em dados numéricos, nas quantificações.

Outra presença importante será a de Ernest Labrousse na *Revista dos Annales*. Sua relevância se deve à sua orientação marxista que o fará direcionar seus estudos para aspectos conjunturais, como crises econômicas e estudos econômicos ligados à Revolução Francesa e outros estudos, sendo assim responsável pela penetração do *marxismo* no grupo dos *Annales*. Isto se pode observar em seus trabalhos publicados em 1933, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus*, em 1944, *La crise de l'économie française*, em 1970, *Dynamismes économiques, dynamismes sociaux, dynamismes mentaux*, in BRAUDEL e LABROUSSE, *Histoire économique e sociale de la France*. Labrousse irá se utilizar dos métodos da história quantitativa, tais como gráficos e tabelas com seus dados tabulados.

Outra tendência adotada pelos *Annales* possibilitou estudos a respeito de uma história cultural e social. Deu-se então o desenvolvimento da chamada *história das mentalidades*, que considerou as questões mentais ligadas à longa duração e que se manifestam no cotidiano das pessoas, nas “estruturas mentais” (BURKE, 1990, p. 86), nos modos de vida e nos hábitos. A fronteira da história foi estendida incorporando estudos sobre a infância, o sonho, o corpo, incluindo estudos sobre o odor e sobre temas pouco estudados como o tema da morte³⁴ (BURKE, 1990, p. 82). Um importante

³⁴ Philippe Ariès estudou as relações entre a natureza e a cultura escrevendo sobre a infância e a morte em seus livros *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* (1960) e *L'Homme devant la mort* (1977).

aspecto da terceira geração da *Revista dos Annales* foi incorporar a mulher, seja ela como pesquisadora, seja como tema de estudo. Assim sendo, vieram Christiane Klapish, com estudos sobre a família, Arlette Farge, que estudou o mundo social das ruas de Paris, Monza Osouf, estudando os festivais à época da Revolução Francesa e Michèle Perrot, que escreveu sobre a história do trabalho e a história da mulher (BURKE, 1990, p. 81). Paralelamente, deve-se destacar a atuação de Jacques Le Goff e Georges Duby no sentido de aprofundar seus estudos nas relações entre as instâncias mentais e materiais. Duby publica *Les trois ordres* (1978), compreendendo a representação coletiva da sociedade medieval dividida em três grupos, padres, cavaleiros e camponeses. Le Goff publica seu importante livro, marco na história das mentalidades e que trata do “imaginário medieval” intitulado *La naissance du Purgatoire* (1981).

Na década de 1970 houve “uma reação negativa indiscriminada contra a abordagem quantitativa. Ao mesmo tempo se formava uma reação contrária ao que os *Annales* defendiam, especialmente contra o domínio da história estrutural e social” (BURKE, 1990, p. 93). O resultado destas reações foi o surgimento múltiplo de uma mudança antropológica, cultural e simbólica, um retorno à temática política — julgada esquecida — e um reaparecimento da narrativa, da biografia histórica e dos eventos tais como o *crack* da bolsa e a grande peste de 1348.

A popularização da história foi outro importante aspecto que se deu, a esta altura, na *Escola dos Annales*. O livro de Le Roy Ladurie, intitulado *Montaillou*³⁵ foi um *best-seller* na França e demonstrou o interesse do público francês pela “História nova”³⁶. Na atualidade, há o interesse pela abordagem dos *Annales* em pelo menos três campos das ciências: na geografia, na sociologia e na antropologia (BURKE, 1990, p. 118).

A *escola dos Annales* foi um movimento de importância fundamental para a historiografia, para a compreensão do mundo e para a reflexão sobre os limites entre as ciências. A amplitude de suas conquistas abrindo espaços para a prática da interdisciplinaridade sensibilizou o mundo acadêmico para temas outrora

³⁵ Lugarejo situado ao sul da França, na região dos Pirineus. Ladurie pesquisou a história da aldeia no período de 1294 a 1324, à época com 250 habitantes. Naquele período, estes foram submetidos á uma severa inquisição pelo bispo local resultando na prisão de toda a aldeia.

³⁶ O próprio presidente Mitterrand admitiu na televisão que estava lendo o livro.

subestimados e até negligenciados. Esse movimento foi determinante para a compreensão dos processos *espaço-temporais* aos quais está relacionada toda a atividade humana.

3.2. Decomposição do tempo histórico

Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único — princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão.

Michel Foucault

O lugar e o cotidiano no Mediterrâneo de Braudel

Os meios teórico-metodológicos desenvolvidos por Fernand Braudel fazem uma distinção no tempo da história através da criação do conceito das temporalidades. Na tentativa de “buscar os laços entre a História e o Espaço” (BRAUDEL, 1983, p. 21), Braudel cria um campo de análise onde estas relações são decompostas em três temporalidades: a da longa duração, a da média duração e a da curta duração.

Numa perspectiva atual, em que os estudos do *lugar* assumem um importante sentido e uma grande relevância para o entendimento dos processos que se estabelecem na modernidade, observa-se uma aproximação do conceito de *lugar* com a concepção das *temporalidades* proposta por Fernand Braudel. Esta concepção, a das

temporalidades, comporta um potencial bastante enriquecedor para as discussões em torno da noção de lugar numa ótica contemporânea, em que globalização e localização se fazem presentes em uma constante interação dialética entre ordem local e ordem global, impondo-se, no dizer de Milton Santos: “a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados.” (SANTOS, 2008, p. 315)

Aparentemente, a idéia de lugar parece se associar ao tempo curto, ao agora, ao imediato, ao que nos media diretamente, um lugar do presente vivido. No entanto, neste imediatismo está presente um passado, uma aura de vivências experimentadas, de marcas concretizadas, que atuam sobre o agora, definindo-o clara ou obscuramente. Do mesmo modo, e com a mesma intensidade com que o passado atua e permanece no presente, este (o presente) é capaz de um fazer-se desbravador de tempos e de espaços, engendrando mudanças, criando os caminhos de seu porvir. É nele, no lugar-presente lastreado de vivências e de esferas distantes no tempo, que se darão as conformações, as feições, os produtos de todo tipo de interações, sejam elas pacíficas, violentas, intensas, ordeiras, radicais ou não.

Segundo Braudel, o tempo da curta duração é o “tempo individual, dos acontecimentos à dimensão do homem, e por isso a dimensão mais rica em humanidade e a mais perigosa”. (BRAUDEL, 1983, p. 25) Esse entendimento do tempo da curta duração liga-se também ao entendimento de um espaço percebido na esfera do acontecimento que, ao mesmo tempo, o envolve (o acontecimento) e o compõe no seu fazer-se. Trata-se de ler o espaço, ou o lugar, em um de seus âmbitos fundamentais, ligado ao momento em que tempo e espaço, ação humana e lugar se dão ao mesmo tempo, absolutamente relacionados, expressando uma idéia de conjunto, de uma forma dialética e enriquecedora do tecer da vida social. É este o âmbito em que se relacionam as estruturas cotidianas e as ações humanas conformando o que chamamos de realidade. É nesse nível que as ações humanas constroem o seu conteúdo e a sua forma, definindo-se com certa unidade em isto ou aquilo. Cada temporalidade possui características próprias, especificidades que tem a ver com os modos como ela se deu no passado, com a sua capacidade de gerar ressonâncias, desdobramentos, de deixar marcas, construir conceitos, e, também, do modo como se insere no presente, reabilitada, vivendo no presente, como parte dele.

No campo do urbanismo, o conceito de lugar está ligado, inicialmente, a partir das análises da paisagem urbana, notadamente em Gordon Cullen (1981), à ideia física de um espaço de delimitação clara, escala compatível com a humana e características formais que o diferenciam de espaços circundantes. Esta concepção de lugar evoluiu, especialmente através da abordagem de Aldo Rossi (1998), para uma categoria derivada da interação entre uma configuração física particular, um conjunto de atividades e de modos específicos da presença humana no espaço (as apropriações), perpassados pela história. Ou seja, trata-se não apenas de uma forma espacial particular, mas de uma particularidade que deriva também da ação do tempo, do acúmulo de significados e referências históricas, de práticas coletivas ou individuais, de experiências, gerando uma densidade vivencial presente e passada que acentua as vinculações e a empatia entre os usuários e o espaço. Rossi enfatiza a ideia da cidade como uma rede de relações sincrônicas e diacrônicas, ou seja, como o cruzamento das relações do presente com as relações superpostas dos tempos passados, referindo-se ao lugar como a resultante de “uma relação singular, mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar”. (ROSSI, 1995, p. 147) Esta abordagem sobre o lugar pode ser compreendida em diferentes escalas, desde as escalas mínimas, ligadas a uma dada atividade (como um bar, ou um pátio), até uma praça, um bairro ou a própria cidade. Dentro das situações que Aldo Rossi concebe como geradoras da noção de lugar, algumas são destacadas, enquanto elementos urbanos que teriam uma maior capacidade de gerar em si um caráter singular, uma identidade, que se irradia para o seu entorno. São por ele chamados de “fatos urbanos primários”, considerados “nós de significação” no contexto da cidade (ROSSI, 1998, p. 4).

Associando o conceito das temporalidades de Braudel ao sentido de lugar no campo do urbanismo, é possível pensá-lo como uma cristalização, sempre dinâmica e em processo, da combinação das temporalidades longa, média e curta, sendo o lugar o resultado desse acúmulo das marcas físicas e simbólicas deixadas pelo tempo na forma da cidade e em suas relações e práticas sociais. Conforme o pensamento de Rossi (1998), o lugar é como um adensamento de uma diversidade de tempos e, também, de valores históricos que vão se acumulando.

No desenvolvimento desta análise, emerge o *lugar* como um conceito-chave capaz de ser o elo entre as três temporalidades propostas por Braudel, visto que nele podem ser percebidos os efeitos de cada temporalidade, quer isoladamente ou em seu conjunto, dependendo do enfoque, do corte epistemológico que se propõe, ao observarmos uma dada realidade. Na correlação feita por Braudel — em seu livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II* — é que pode ser vista em mesma dimensão, a do lugar, a presença das três temporalidades atuando e definindo suas feições e seus conteúdos.

Associação semelhante pode ser feita em relação ao conceito de Henri Lefebvre da cidade como mediação entre uma “ordem distante” e uma “ordem próxima”. Esta, correspondendo à ordem do cotidiano ou do habitar, seria, na verdade, o modo particular e específico da ordem distante realizar-se, gerando as particularidades e a diferenciação dos lugares. E o que é a “ordem distante” senão a moldura mais geral das relações sociais, políticas e ideológicas que estruturam as diversas sociedades, associada às questões mais permanentes ligadas ao meio e às estruturas mentais ancestrais e mais permanentes das sociedades? Este processo é, portanto, o das construções históricas da longa e média durações, cristalizadas e recriadas nas relações do cotidiano.

Podemos somar a esta análise o conceito do Prático-inerte. Na abordagem do cotidiano é de grande importância a relação do sujeito com o Prático-inerte- conceito criado por Sartre, citado por Milton Santos (*A Natureza do Espaço*). O Prático-inerte “significa as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e também em configurações espaciais e paisagens”. (SANTOS, 2008, p. 317) Este conceito envolve uma visão de construção individual e coletiva, de ação social e de corporeidade, próprias do modo de ser do espaço no contexto das estruturas sociais.

No capítulo 5 do “Mediterrâneo” — *A Unidade Humana: Rotas e Cidades, Cidades e Rotas* —, Braudel nos fala dos significados da água do mediterrâneo, gerando “união, transporte, troca, aproximação (...) mas por muito tempo ela fora separação, obstáculo que foi preciso ultrapassar (...). Pouco a pouco as barcas terão

vencido o mar, estendendo os seus laços, construindo gradualmente o conjunto coerente do Mediterrâneo dos homens e da História”. (BRAUDEL, 1983, p. 309)

Nesta passagem, Braudel nos apresenta um lugar/mediterrâneo que se dá pela unidade gerada por uma rede de interações sociais, de trocas comerciais que interliga cidades, cria rotas marítimas e terrestres. Para Braudel não é a água que liga as regiões do Mediterrâneo, mas o esforço coletivo humano, o desenvolvimento técnico das embarcações e de todos os objetos a serviço das interações por mar e terra. Esta unidade mediterrânica vai se dar numa escala geral e vai marcar o caráter, a forma das cidades mediterrânicas de modo que seus traçados, suas estruturas sociais, seus hábitos e seu cotidiano se darão de um modo próprio, específico, mas inserido como parte de um movimento maior. No sistema mediterrânico, algumas cidades se destacarão como provedoras deste ou daquele produto, extraído da natureza com menor elaboração da mão humana (coral, pesca do atum) ou manufaturado, ou seja, com uma maior elaboração pela mão humana (azeite, tecidos, utensílios domésticos). Outras serão distribuidoras de produtos, entrepostos comerciais integrando as diversas regiões da orla mediterrânica ou de sua área de influência. Outras serão também grandes produtoras dos meios de manutenção e de expansão daquele sistema eminentemente comercial e militar, produzindo embarcações que possibilitam a navegação. Em sua análise, Braudel realiza uma construção histórica onde aspectos relacionados à “ordem próxima” se interligam àqueles da “ordem distante” de forma orgânica, num constante diálogo e interação. Milton Santos nos fala da importância dos objetos que nos cercam no mundo contemporâneo, sendo que tudo o que fazemos se relaciona direta ou indiretamente com este sistema de objetos, sistema este relacionado à dimensão espacial enriquecida pelo papel preponderante da informação e da comunicação no cotidiano das sociedades modernas. A percepção da relação entre as ações sociais e os objetos que nos cercam — eles mesmos produtos da dinâmica social — também é necessária ao longo da análise de todos os processos históricos. Em todos os tempos, ao longo da história humana, as formações sociais, ou melhor, o conjunto de elementos que compõem o modo de ser de cada sociedade, em suas instâncias sociais, econômicas e culturais, está expresso no sistema de objetos que contêm e no grau tecnológico em que se dão.

Em seu livro *O Mediterrâneo*, na passagem em que Braudel explica a Batalha de Lepanto, tem-se o *lugar* — em um estreito localizado entre Patras e Corinto — onde se realiza a Batalha, luta entre o poder cristão e o poder otomano. Nele se enfrentam duas realidades tecnológicas de ambas as partes, ou seja, a dos objetos de guerra (dos barcos, dos armamentos), sua organização espacial, ou seja, o modo com que se colocam formando um desenho que abraça a esquadra inimiga, segundo uma orientação do comando geral. Este evento — assim visto em sua forma de tempo curto, à altura dos acontecimentos — nos mostra a riqueza de vida e de possibilidades que se dão no âmbito do lugar e das relações estabelecidas que dele advém. Do mesmo modo e ainda nesta esfera, temos as estratégias de guerra, os acordos em torno dos víveres, da necessidade de se praticarem preços razoáveis e de se estabilizarem as taxas e outros direitos a fim de se manterem providas as frotas dos aliados ao longo do processo que antecede o confronto e todo tipo de recursos voltados para a vitória daquela empreitada.

Em outra passagem de seu livro, naquela que trata da questão dos muçulmanos em Granada, Braudel nos fala da “condenação sem apelo” feita pelos conselheiros de Felipe II “a uma civilização inteira, a toda uma arte de viver”. (BRAUDEL, 1984, p. 153) Neste momento, Braudel centra sua análise nos atos de violência ligados ao cotidiano da vida dos mouriscos, que se dão na esfera do lugar — a cidade de Granada. A saber, estes atos são: a proibição dos vestuários mouriscos dos homens e das mulheres (estas deverão renunciar ao véu na rua), o encerramento das casas onde se praticavam cerimônias islâmicas clandestinas, a proibição dos banhos públicos e finalmente a proibição da língua árabe. Ora, estes atos vão estreitando a possibilidade de prática dos valores próprios daquela cultura; ou seja, extinguindo essas práticas tenta-se extinguir a própria cultura (que ainda subsiste) que, afinal, se dá através delas. A partir destes atos verificam-se diversos focos de insurreição da parte dos mouriscos, numa tentativa de continuar a vida daquela civilização que passava por um processo de desmoração. Observa-se o acirramento dos atos de violência aos mouriscos, isto provoca as rendições em massa dos insurrectos: “a guerra estava praticamente terminada, a revolta apodrecida por dentro. As expulsões haviam começado: três mil e quinhentos Mouriscos de Granada tinham sido transportados da capital para a Mancha

vizinha” (BRAUDEL, 1984, p. 154). A política da Inquisição vai se nutrindo de atos contra os mouriscos, investigam-se os seus locais (casas, lugares de trabalho) e pede-se que seja feito um recenseamento dos mesmos. Estes atos vão evoluindo em: obrigação dos mouriscos a servir nas galeras, contra soldo; a separação das crianças de suas famílias, sendo confiadas a educadores, padres e artesãos; são feitas execuções daqueles considerados mais perigosos e realizadas expulsões das cidades para o campo. “Os indesejáveis Mouriscos são condenados por todos os membros do Conselho (de Estado), sem exceção”. (BRAUDEL, 1984, p. 156). Vai se construindo, em vários gestos, uma única ação brutal contra toda uma civilização.

Outra civilização analisada por Braudel em todos seus aspectos é a civilização judaica. Segundo Braudel (1983, p. 166), é uma civilização que se compõe de forma dispersa, no entanto “como múltiplas gotinhas de azeite sobre as águas profundas” permanece em sua unidade de crenças, uma civilização tão particular, que “irradia, transmite, resiste, aceita, recusa”, enfim tem todos os traços de uma civilização autêntica. Os judeus, nem sempre viveram à parte: abriam-se para o mundo onde viviam, havendo misturas, conversões locais ao judaísmo. Existe uma convivência pacífica com o outro, sem, contudo, perder-se a sua crença. Nem sempre habitaram um bairro especial, um *ghetto*.³⁷ (BRAUDEL, 1984, p. 168) Inicia-se o processo de segregação, os judeus passam a ser obrigados a “habitar em conjunto e a usar um sinal particular” (BRAUDEL, 1984, p. 168) que os distinga.³⁸ A partir de 1593, em diversas cidades da Itália mediterrânica (a Espanha havia expulsado os judeus em 1492), como Veneza, Milão, Verona, Pádua e outras, são encontrados elementos que denotam um crescente sentimento de hostilidade aos judeus. Um processo de segregação vai se estabelecendo em todo mundo mediterrânico.

³⁷ O nome guetto vem do bairro que lhes foi atribuído em Veneza e onde antigamente se vertia — ghettare — o ferro fundido dos canhões.

³⁸ Em Milão, os judeus passam a ser obrigados a usar um chapéu amarelo.



Decreto de Alhambra (1492): assinado pelos reis Católicos Isabel e Fernando, expulsando os judeus da Espanha

Em Verona, os judeus têm de fixar sua residência nas proximidades da grande praça da cidade (o lugar do comércio) “onde se vende o vinho”, ao longo de uma rua que vinha sendo chamada de “*via degli Hebrei*.” Em diversas cidades espanholas existiam “*juderías*”, ou seja, os bairros onde viviam os judeus segregados. Braudel nos fala dos seus hábitos e heranças diversas, até mesmo de seus hábitos culinários, “preparando seu alimento com cebolas e alhos e fazendo-os frigir no azeite e não no toucinho” (BRAUDEL, 1984, p. 169) — a cozinha com toucinho era hábito dos cristãos. Este aspecto é impressionante e demonstra as possibilidades das trocas culturais, das interações que se dão no cotidiano dos lugares, sendo que vemos hoje nos hábitos alimentares dos espanhóis exatamente aquilo que era praticado pelos judeus. Segundo Salvador Madriaga, citado por Braudel, “o triunfo do azeite, desde então, foi uma herança judia, uma transferência cultural” (BRAUDEL, 1984, p. 169). Segundo Braudel, são os judeus, “os herdeiros involuntários de civilizações orientais, sendo os intermediários do pensamento e da ciência árabes: filósofos, matemáticos, médicos, cosmógrafos (gente sensata e engenhosa)”. (BRAUDEL, 1984, p. 170) No século XV,

serão entusiastas da imprensa, e “traduziram toda espécie de livros para sua língua, o hebraico.” (BRAUDEL, 1984, p. 170) Os judeus seriam intérpretes natos de qualquer conversação no Oriente, sendo que sem eles seria impossível qualquer tipo de entendimento. Segundo citação de Braudel, tem-se que “os Judeus da Turquia falam vulgarmente quatro ou cinco línguas, e há vários que sabem dez ou doze” (BRAUDEL, 1984, p. 171). Em Veneza, são criados três *ghettos* — o *vecchio*, o *nuovo* e o *nuovissimo* — com casas de até sete pavimentos, pois esta era a região de ocupação mais densa da cidade. Tem-se mais uma vez a conformação física da cidade, como uma resultante concreta da segregação e da intolerância dirigidas aos judeus. A mesma Veneza que simultaneamente também contém, impregnada em sua forma, em suas pedras, o poder de Bizâncio (tendo sido parte daquele império, centro comercial importante), numa arquitetura grandiosa, conformando seus espaços de poder, como a Basílica de São Marcos. Cidade suntuosa, símbolo e expressão da sua potência comercial, dos processos marítimos que tinham o mediterrâneo como seu grande unificador e a partir do qual alimentava seus fluxos de idas e vindas. Talvez, tenha sido esta relação de Veneza com Bizâncio aquilo que explica o fato de que na Batalha de Lepanto, a todo tempo, os venezianos pareciam querer romper com a aliança e negociar com os “Turcos”, com o oriente.

Em todos estes exemplos retirados da primorosa pesquisa e análise de Fernand Braudel sobre o mundo mediterrânico, percebe-se o lugar como elemento mediador entre as três temporalidades que atuam sobre as realidades socioespaciais daquela unidade de vida humana. O lugar pode ser entendido como o cruzamento entre os processos mais gerais de uma sociedade e os seus processos mais específicos, ligados à escala do cotidiano, da emoção, enfim, da ordem local. É na esfera do lugar que se constrói e organiza a sociabilidade, a qualidade de ser social, característica própria do homem, visto como ser eminentemente gregário que cria e recria espaços aptos para o florescimento da vida e da morte, suportes e expressões do existir.

CAPÍTULO 4

REFLEXÕES TEÓRICAS

COMPLEMENTARES

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há outro segredo senão a simplicidade que vai direto ao essencial, não a simplicidade que mutila a verdade, que enuncia o vazio e constitui um apelido da mediocridade, mas a simplicidade que é clareza, luz da inteligência. Ir direto àquilo que constitui o centro de uma civilização.

Fernand Braudel

O mundo social ao redor de nós não é uma coisa dada para toda a eternidade.

Ludwig Feuerbach

Geografia ou história / conforme nos observem / ou quando nos pensamos.

Carlos Barral

A utilização de métodos como espécies de modelos não é o modo mais apropriado de se abordar qualquer questão e em qualquer campo das ciências humanas e sociais. Não se trata, aqui, portanto, de assim o fazer, mas sim de buscar na riqueza da abordagem de Fernand Braudel e dos pesquisadores aqui focalizados os elementos que nos ajudam a avançar nos modos de empreender uma pesquisa e de buscar conhecer um campo de estudo, um objeto. Enfrentar o mundo, entender, não é tarefa fácil. Para construir conhecimento é necessária, principalmente, a busca da interdisciplinaridade. O isolamento próprio dos campos do saber, reconhecidos nas diversas disciplinas, não é suficiente para que seja feita a síntese, a compreensão da totalidade (ou das totalidades parciais) que dá sentido à vida do mundo. A necessidade de conhecimento de uma porção de mundo nos faz perceber a dinâmica em que se organizam as sociedades, o movimento dialético das temporalidades, a correlação entre os campos e, nela, as inter-relações entre tempo e espaço. Vistas à distância, as diversas “correntes teóricas”, às vezes aparentemente contrárias entre si, parecem confluír para um lugar, na atualidade, em que se pode “entender”, de um modo contextualizado, o avanço parcial que um dado aspecto teórico trouxe de esclarecedor para o estudo de um objeto. Assim, na atualidade, pode-se distinguir aquilo que deve ser descartado e o que deve ser mantido, sob o enfoque do tempo presente. Este, provavelmente será modificado mais adiante, visto que, à medida que novos elementos vão sendo incorporados à discussão, outras posturas passam a ser validadas em substituição às anteriores. Talvez não seja tempo de *ismos* e de nos perdermos em lutas pouco profícuas sobre a validade desta ou daquela teoria. Deve-se ter a sensibilidade de perceber a diversidade de *elementos significantes*, das ações significantes. No dizer de Walter Benjamim:

(...) para conciliar uma plena visibilidade com a aplicação do método marxista, a primeira etapa seria a de retomar na história o princípio da montagem. Portanto, edificar as grandes construções a partir de elementos mínimos, confeccionados com agudeza e precisão. Ou seja,

a de descobrir na análise do pequeno momento singular o cristal do acontecimento total (BENJAMIN, 2007, p. 15).

Assim, as contribuições, ora teórico-metodológicas, ora a partir das práticas de pesquisa, apresentadas pelos pesquisadores aqui destacados, trazem, para a geografia, uma possibilidade de ampliação de seus horizontes: a de incluir elementos carregados de historicidade na sua construção de síntese. São exercícios de construção do conhecimento que buscam levar em conta as influências das formações sociais no território. Para este esforço de síntese — absolutamente necessário — é preciso o intercâmbio entre disciplinas. Segundo Milton Santos, “Todas as ciências são ciências de síntese ou simplesmente não são ciências” (SANTOS, 2008, p. 126). Ou seja, não é atribuição exclusiva da geografia a realização de sínteses. Esta é uma necessidade inerente a toda e qualquer disciplina. Mesmo delimitando um campo de estudo, este não pode perder-se em si mesmo. Deve ser permanentemente ligado à sua posição no todo, à sua função, seus efeitos e importância sobre o todo. Milton Santos ainda afirma que:

A capacidade de síntese, que não é privilégio de nenhum especialista, surge como resultado de uma preparação intelectual que vai além da própria especialidade para abarcar o universo das coisas e a compreensão de cada coisa como um universo (SANTOS, 2008, p. 126).

A importância da prática interdisciplinar reside na ampliação das possibilidades de interpretação de processos socioespaciais estudados, enriquecendo seus conteúdos. A incorporação de elementos advindos de outros campos, não considerados pela geografia, produz um aumento de possibilidades de compreensão dos objetos, uma maior aproximação das suas “realidades”. Faz com que a disciplina avance em direção a uma superação que sempre é buscada, mas nunca atingida. Marc Bloch e Lucien Febvre muito se referiram à geografia. Febvre dizia que “tudo se pode pedir à geografia”, que o fazer do historiador se liga visceralmente ao estudo da geografia, e dela não pode prescindir. O próprio Marc Bloch, citado por Milton Santos, dissera que: “Tanto o sociólogo Durkheim, quanto o geógrafo Vidal de La Blache deixaram sobre os estudos históricos do princípio do século XX uma marca

incomparavelmente mais profunda que a de qualquer outro historiador” (SANTOS, 2008, p. 130). Assim, o movimento *transdisciplinar* importa a todos os campos do conhecimento. Tanto a história quanto a geografia saem enriquecidas ao abordar seus conteúdos através de um olhar socioespacial. A geografia se vê engrandecida ao utilizar-se do estudo dos processos históricos que constroem a vida das sociedades, vida que se traduz em transformações do território, em interação com o meio natural, em constituição de lugares e de espaços que participam da construção das espacialidades. A riqueza interdisciplinar, para a geografia, não está apenas na incorporação dos temas exógenos a ela, mas também na incorporação dos conteúdos conceituais e metodológicos utilizados por outras disciplinas. Nesse sentido, o arsenal teórico metodológico desenvolvido por Fernand Braudel muito tem a dizer à geografia. Segundo François Fourquet:

Braudel inventa um novo espaço-tempo (...) assim como Henri Pirenne, faz uma *história social total*, (...) trata seu problema em todos os planos: político, social, militar, econômico, religioso, cultural, etc. (...) Ele acrescenta a dimensão histórica e geográfica, o espaço e o tempo do mundo (LACOSTE, 1989, p. 79).

É em seu *Mediterrâneo* que Braudel esboça uma nova compreensão quanto ao “tempo do mundo”¹, utilizando-se da idéia de economia-mundo por ele percebida como uma realidade estabelecida, no século XVI, a partir do “quadrilátero urbano” composto pelas cidades de Veneza, Milão, Gênova e Florença. Segundo Braudel, esta instância rege o *ecomundo* na segunda metade daquele século. Assim, Braudel dilata as formas do espaço e do tempo ao perceber uma força que se estabelece por meio de cidades e fluxos, que segundo François Fourquet “sulcam e trabalham o espaço mediterrânico” (LACOSTE, 1989, p. 82). O próprio mar emerge como uma nova categoria, segundo Braudel, uma *Planície Líquida* (BRAUDEL, 1983, P. 121).

A separação entre os campos disciplinares da geografia e da história herda uma deformação que se inicia em Kant, no começo do século XIX, como nos diz Milton Santos. Para Kant “a história se ocupava da descrição dos acontecimentos de acordo com o tempo e a geografia se ocupava do mesmo objeto de acordo com o espaço”

¹ Este viria a ser o nome de um livro seu publicado em 1959.

(SANTOS, 2008, p. 134). Essa visão, que ainda subsiste, pensa o tempo como uma dimensão separada do espaço. Segundo Milton Santos, esta posição é responsável por um atraso considerável na progressão teórica da geografia: “a geografia, na realidade, deve ocupar-se em pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (SANTOS, 2008, p. 135). A geografia deve ser pensada historicamente, de modo a perceber as “diferenciações do espaço social” dentro do quadro geral das formações sociais (SANTOS, 2008, p. 135). Ela deve buscar a interdisciplinaridade para compreender “os diversos aspectos de um mesmo objeto” (SANTOS, 2008, p. 139) e não perder-se em analogias simplistas e mecânicas. A idéia de totalidade dentro da ciência não é a de abarcar toda a realidade do mundo e sim a de saber perceber o lugar específico em que se encontram as diferentes partes que a compõem. E, por outro lado, segundo Milton Santos:

O conhecimento das partes, isto é, do seu funcionamento, de sua estrutura interna, das suas leis, da sua relativa autonomia, e a partir disto, da sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade (SANTOS, 2008, p. 141).

Outro problema enfrentado pela geografia seria a dificuldade de definição de seu objeto. Se, por muito tempo, a geografia não se preocupou em definir o seu objeto, isso acarretou um grande atraso no campo teórico-metodológico da disciplina (SANTOS, 2008, p. 145). Assim é que, ao delimitar seu objeto, a geografia avança quanto à sua identidade própria e constitui-se como disciplina cuja responsabilidade é a de buscar revelar um aspecto da realidade total. Para Milton Santos (2008, p. 146), “a sociedade, que deve ser, finalmente, a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano, é uma sociedade total”. No intuito de buscar conhecer o seu objeto, é que a geografia se aproxima dos outros campos disciplinares. O espaço social é aquele modificado pelo tempo, pela ação humana; é um espaço esquadrihado pelas práticas sociais que o constroem. Além da identificação do objeto, deve-se também definir suas categorias fundamentais. Embora estas categorias também se modifiquem ao longo dos processos históricos, elas constituem uma base permanente, um guia para

a teorização (SANTOS, 2008, p. 147). O espaço como um produto histórico é a categoria fundamental para o estudo da geografia: “o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 2008, p. 151).

Esta pesquisa propõe trazer para a geografia as elaborações teórico-metodológicas feitas por Fernand Braudel, uma vez que elas se apresentam como importantes instrumentos para a percepção da dinâmica em que se dão as ações humanas conformando o espaço social, que é o objeto por excelência da geografia. As temporalidades por ele enfocadas permitem-nos compor com mais propriedade e consistência o espesso tecido que compõe este espaço social. O modo como Fernand Braudel estrutura suas pesquisas, a preocupação permanente com os elementos determinantes que delineiam as feições de cada processo histórico, deve importar à geografia, não só enquanto método de pesquisa que busca explicações para os fenômenos sociais, mas, principalmente, como exemplo de como o fazer científico pode trazer à tona o que parecia oculto e que emerge, como uma constatação, como uma verdade inexorável. A elaboração teórico-metodológica apresentada por Fernand Braudel, fundamentada nas temporalidades, da longa, da média e da curta duração, remete às *espacialidades* que a elas se correlacionam. As *ações significantes* que se ligam a cada temporalidade podem estar relacionadas diretamente às práticas sociais humanas, como podem advir de aspectos constitutivos “naturais”, como a composição *geomorfológica* dos espaços, a constituição dos elementos geológicos dos terrenos, o movimento das marés, as progressivas transformações do universo.² Todos esses fatores e aspectos são elementos significantes que definem e explicam as resultantes socioespaciais consideradas. Assim, a cada temporalidade, têm-se *espacialidades* correspondentes e inter-relacionadas. A cada estudo, delimitado no tempo e no espaço, tem-se a multiplicidade das temporalidades atuando concomitantemente, assim como, a multiplicidade das *espacialidades*. As *espacialidades* são elementos que determinam e são determinados pelas *temporalidades*, a cada momento destacado. As *espacialidades* são elementos híbridos, constituídas por aquilo que as origina e que se liga aos processos naturais que independem da ação humana, e também por aquilo que se origina dos

² Marcelo Gleiser, físico brasileiro, nos lembra que a matéria (a substância) da qual somos feitos é a mesma e tem a sua origem no pó das estrelas que explodiram em tempos ancestrais.

processos resultantes da ação humana. Nesse sentido, as *espacialidades* são uma síntese destes processos, a forma das ações, a consolidação dos efeitos das ações humanas no espaço, o fruto da relação dialética entre tempo e espaço. A título de exemplo, Fernand Braudel nos fala em seu prefácio à primeira edição do mediterrâneo: “Penso que o melhor documento sobre o passado do mar é ele próprio, tal como cada um o pode ver — e amar” (BRAUDEL, 1983, p. 21). Outro aspecto que esta afirmativa de Braudel nos ensina, é de que importa também o olhar daquele que pesquisa, ou seja, as *espacialidades* são constituídas, também, pelos sentidos que lhe são atribuídos, pelo olhar de quem as vê, pelos recortes que lhe dão o contorno.

Para Milton Santos:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. (...) O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, 2008, p. 153).

Portanto, o modo de pesquisa proposto por Braudel, recortando os procedimentos de pesquisa em momentos de temporalidade longa, média ou curta, nos remete — a todo o momento — às *espacialidades* parciais ligadas a cada *temporalidade*, mas, também, nos leva a realizar uma síntese permanente entre estes momentos parciais para a construção de uma totalidade. A necessidade de enquadrar as diversas *ações significantes* em uma dada temporalidade está ligada ao ritmo e à antiguidade em que estas ações se deram (ou se iniciaram). O tempo do movimento das *ações significantes*, ou seja, o tempo em que estas ações se desenvolveram e a distância em que elas se deram em relação ao tempo presente da pesquisa (que pode ser o século XVI ou o ano de 2011), irão definir a sua categoria temporal, ajudando a compor os diversos processos que atuam sobre as sociedades. Assim, esta fragmentação aparente em temporalidades, visa muito mais à que se percebam os ritmos em que estas *ações significantes* se dão, de modo a serem contempladas em toda a sua abrangência e importância. São estas estratégias de pesquisa que permitem ampliar as suas bases, os seus elementos constitutivos e possivelmente a sua — de seu objeto — mais completa explicação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000. [v. 5. A filosofia do Renascimento].

AGOSTINHO, Santo. *Confissões: de magistru (do mestre)*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008. 288 p.

ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 375 p.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte italiana*. Cosac Naify.

ARISTÓTELES. *Metafísica; Ética a Nicômaco; Poética*. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ARISTÓTELES. *Tópicos: dos argumentos sofísticos*. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ARNAUD, Margot. *La mitologia clásica*. Traducción de Pilar Careaga. 8. ed. Madrid: Acento Editorial, 1999. 93 p.

AYMARD, Maurice *et al.* *Ler Braudel*. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus, 1989. 236 p.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 205 p. (Tópicos).

BACON, Francis. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 272 p.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa. *Debret e o Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007. 708 p.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 448 p.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, 1.167 p.

BLAJ, I.; MALUF, M. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista História*, São Paulo, n. 122, p. 17-46, jan./jun.1990.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 433 p.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2001. (Coleção História).

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. *Les caracteres originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin Éditeur, 2006. 444 p.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: v.1 As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. Tradução de Telma da Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 541 p.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: v.2 Os jogos das trocas*. Tradução de Telma da Costa. Revisão da tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 578 p.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: v.3 O tempo do mundo*. Tradução de Telma da Costa. Revisão da tradução Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 541 p.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. 289 p. (Debates; 131 / dirigida por J. Guinsburg)

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II - Vol. I*. Tradução Ministério da Cultura Francês. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. 695p.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II - Vol. II*. Tradução Ministério da Cultura Francês. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. 730p.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée: et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 1. La Part du milieu. 3. ed. Paris: Armand Colin Éditeur, 2010. 533 p.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée: et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2. Destins collectifs et mouvements d'ensemble. 3. ed. Paris: Armand Colin Éditeur, 2006. 800 p.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée: et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3. Les événements, La politique et les hommes. 3. ed. Paris: Armand Colin Éditeur, 2006. 662 p.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes Ed., 2002. 404 p. (O Homem e a História).

BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história*. Tradução de Lucy Magalhães. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1989. 204 p.

BRITO, Orsely Guimarães Ferreira de. Heráclito, o pensador do logos. Cultural Brasil [on line]. Disponível em: <<http://www.culturalbrasil.org/orsely.htm>> Acesso em: 19 jul. 2011.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. Tradução de David Jardim Júnior. 11. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 417 p.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. 154 p.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002. 276 p.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 285 p.

CAMARGOS, Sérgio. Kant, as intuições puras de tempo e espaço e a formação do conhecimento. *Scribd* [online], Inverno 2009, p. 1-12. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/27716385>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COSTA, Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

CULLEN, Gordon. *El paisaje urbano: tratado de estética urbanística*. Barcelona: Editora Blume, 1981. 200 p.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: uma biografia*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 1999. 655p.

DANTE. *Seleção de textos*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DESCARTES, René. *Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 324 p.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. Tradução de Alan Neil Ditchfield. Petrópolis: Vozes, 2008. 70 p.

DIDEROT, Denis. *Carta sobre os cegos: para uso dos que vêem*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001. 321 p.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986. 392 p.

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2004. (Coleção História).

FEBVRE, Lucien. *Febvre contra a História Historizante*. (1947). In: MOTA, C. G. (Org.). “História”. Lucien Febvre. São Paulo: Ática, 1978. 107 p.

FEBVRE, Lucien. *Honra e pátria*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FINK, Carole. *Marc Bloch: a life in history*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1989. (Canto)

FRANÇA, Eduardo de Oliveira. Um professor de história. *Estud. av.* [online]. 1994, v. 8, n. 22, p. 151-160. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300013>. Acesso em: 12 jul. 2011.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 340 p.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. 348 p.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981. 152 p.

GALILEU. *O ensaiador*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 349 p.

HISSA, Cássio E. Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 316 p. (Humanitas)

HISSA, Cássio E. Viana (Org.). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 315 p. (Humanitas)

HISSA, Cássio E. Viana. *Notas de seminário*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010a.

HISSA, Cássio E. Viana Hissa. *Entre notas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010b. 125 p. (inédito)

HISSA, Cássio E. Viana. Sobre pensamentos de Paul Vidal de La Blache: reflexões sob a referência do presente. *Geografia*, Rio Claro, v. 30, n. 1, p. 5-20, jan./abr. 2005.

HISSA, Cássio E. Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa F.; MILANI, Carlos Roberto S. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

HISSA, Cássio E. Viana (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 311 p. (Humanitas)

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 366 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Encontros*. Organização Renato Martins Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOMERO. *Odisséia, v.1: Telemaquia*. Tradução, introdução e análise de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2009. 157 p. (L&PM POCKET; 593)

HOMERO. *Odisséia, v.2: Regresso*. Tradução, introdução e análise de Donaldo Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2008. 279 p. (L&PM POCKET; 602)

JAMMER, Max. *Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na física*. Tradução da terceira edição ampliada, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC-Rio, 2010. 323 p.

JUNG, Carl Gustav. *Sincronicidade: um princípio de conexões acasuais*. 2011.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LACOSTE, Yves in AYMARD, Maurice et al. *Ler Braudel*. Campinas: Editora Papyrus, 1989. 236 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. 544 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Traduzido por Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade: prelúdios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *O marxismo*. São Paulo: Difel, 1979.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LIMA, Luís Correa. *O Brasil transforma Braudel*. APUH – Associação Nacional de História, 2005.

LOPES, Marco Antônio (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio Janeiro: Editora FGV, 2003. 184p.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 223 p.

MARÍAS, Julian. *História da filosofia*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do espírito das leis*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 116 p. (Coleção Primeiros Passos).

MOURA, Mário Carlos Soares de. *Grécia Antiga: esquemas e textos*. Belo Horizonte: Editora UCMG/FUMARC, 1981. 164 p. (Cadernos UCMG, 7; série história)

NOVAIS, Fernando. Braudel e a “missão francesa”. *Estud. av.* [online]. 1994, v. 8, n. 22, p. 161-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300014>. Acesso em: 12 jul. 2011.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS: fragmentos, doxografia e comentários. Seleção de textos: José Cavalcante de Souza. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 365 p.

PLATÃO. *O Banquete: ou Do Amor*. Tradução Prof. J. Cavalcante de Souza. 4. ed. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1986. 202 p.

PLATÃO. Diálogos. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 261 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. 95 p. (Tudo é história; 78)

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 104 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. 391 p.

RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo (Antropogeografia)*. Turim: Fratelli Bocca, 1914. 596 p.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. 6. ed. v. 1. São Paulo: Paulus, 1990.

RIBEIRO, Guilherme. A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico. *Confins* [online], 10 | 2010, posto online em 17 novembro 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6592>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as artes e as ciências*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 15. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2007. 59 p. (Coleção Histórias e Idéias; 1).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e Tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 384 p. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 170 p. (Coleção Milton Santos; 7).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990. 117 p.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 285 p. (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 174 p. (Coleção Milton Santos; 11).

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Introdução aos diálogos de Platão*. Tradução Georg Otte. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 75 p.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa (Entrevistadores). *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 127 p.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. São Paulo: HUCITEC, 1976. 250 p.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973. 152 p.

TATE, Georges. *O Oriente das Cruzadas*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 192 p. (Descobertas)

TAVARES, Gonçalo M.; HISSA, Cássio E. Viana. De arte e de ciência: o golpe decisivo com a mão esquerda. In: HISSA, Cássio E. Viana (Org.). *Conversações: de artes e de ciências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 125-150.

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2003. 132 p.

WEBER, Max. *História geral da economia*. Tradução de Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2006. 336 p.

WEBER, Max. *Sociologia*. Organizador: Gabriel Cohn. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986. 167 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13)

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 531 p.